

ADÍLIO MOREIRA DE MORAES

AGRESSIVIDADE EM DETENTOS E PRÁTICA DE FUTEBOL: ESTABELECENDO RELAÇÕES

2ª EDIÇÃO – REVISTA E AMPLIADA

Editora
**SER
TÃO
CULT**





Adílio Moreira de Moraes

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2019 - Reconhecimento), Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Pernambuco UPE/Universidade Federal da Paraíba UFPB (2014 - Reconhecimento). Especialista em Treinamento Desportivo (UNINTA), Especialização em Docência do Ensino Superior (FACULDADE KURIOS - FAK), Gestão Escolar (UNINTA) e Fisiologia do Exercício e Biomecânica do Movimento (UNINTA). Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA (2006), em Pedagogia pela FACULDADE KURIOS - FAK (2017) e em Administração pela Faculdade Excelência - FAEX (2019).

ADÍLIO MOREIRA DE MORAES

AGRESSIVIDADE EM DETENTOS E

PRÁTICA DE FUTEBOL:

ESTABELECENDO RELAÇÕES

2ª EDIÇÃO – REVISTA É AMPLIADA

Sobral-CE
2023

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Agressividade em detentos e prática de futebol: Estabelecendo relações
© 2023 copyright by: Adílio Moreira de Moraes
Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
**SER
TÃO
CULT**

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Ana Carolina Eiras Coelho Soares
Andreia Rodrigues de Andrade
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Cícero João da Costa Filho
Cid Morais Silveira
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
João Batista Teófilo Silva
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valéria Aparecida Alves

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação e capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

M828a Moraes, Adílio Moreira.

Agressividade em detentos e prática de futebol: estabelecendo relações. / Adílio Moreira de Moraes. – Sobral- CE: Sertão Cult, 2023.

132p.

ISBN: 978-65-5421-059-1 - e-book em pdf

ISBN: 978-65-5421-058-4 - papel

Doi: 10.35260/54210591-2023

1. Futebol. 2. Detentos. 3. Esporte- Relações sociais. I. Moraes, Adílio Moreira de. IV. Título.

CDD 796. 332
796



Este e-book está licenciado por Creative Commons
Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Sumário

Agradecimentos	7
Lista de tabelas	9
Listas de ilustrações	11
Prefácio	13
Apresentação	17
Introdução	21
Um recorte histórico acerca da formação da linguagem, do pensamento e do comportamento humano	25
Revisão de literatura	33
Metodologia	101
Resultados	107
Discussão	113
O universo do estudo através de fotos	119
Conclusão	125

Agradecimentos

Agradeço a Deus, nosso Senhor, pelo dom da vida.

A todos da minha família que direta ou indiretamente contribuíram para a construção deste livro.

À minha irmã Betânia Moreira de Moraes, pelo auxílio na transformação de pequenos rabiscos em estruturas lógicas.

À minha irmã Berla Moreira de Moraes, por ter me colocado de volta no circuito da educação, serei eternamente grato pelo que fez.

Ao meu irmão Aquiles Moreira de Moraes, pelos anos de convivência e experiências trocadas.

À minha mãe Aurilene Moreira de Moraes, de forma especial, por sempre acreditar nos filhos e apostar todas as suas fichas em cada um deles, por se alegrar com a alegria do filho e se entristecer com suas tristezas. Uma grande educadora, uma grande mulher e uma grande mãe, um exemplo a ser seguido.

À minha esposa Vanessa Mesquita Ramos, a pessoa mais doce e amável que conheci, é minha amiga, companheira, namorada, enfermeira, professora e mãe dos nossos filhos Lara Mesquita Moraes, Isis Mesquita Moraes e Luca Mesquita Moraes, que são os amores das nossas vidas. Obrigado por tudo!

Agradeço ao professor orientador Osvaldo Arsênio Villalba pelas orientações e estímulo para estar sempre melhorando enquanto profissional.

Ao meu coorientador Francisco Placido Nogueira Archanjo, por ter aceitado este desafio estatístico, suas orientações foram fundamentais para a construção deste projeto.

Ao professor Valdiney Gouveia, pela presteza na disponibilidade do material utilizado como instrumento de pesquisa.

Aos detentos da Penitenciária Regional de Sobral – PIRES, que contribuíram participando como sujeitos da pesquisa, sem os quais não seria possível sua concretização.

Lista de tabelas

- Tabela 1** - Média de escores de Agressividade do Questionário de Agressão de Buss & Perry – BPAQ – (BUSS; PERRY, 1992), adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.*(2008), Sobral-CE, 2014107
- Tabela 2** -Nível Médio de Agressão Física do Questionário de Agressão de Buss & Perry – BPAQ – (BUSS; PERRY, 1992), adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.*(2008), Sobral-CE, 2014109
- Tabela 3** - Nível Médio de Agressão Verbal do Questionário de Agressão de Buss & Perry – BPAQ – (BUSS; PERRY, 1992), adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.*(2008), Sobral-CE, 2014110
- Tabela 4** - Nível Médio de Raiva do Questionário de Agressão de Buss & Perry – BPAQ – (BUSS; PERRY, 1992), adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.*(2008), Sobral-CE, 2014.....111
- Tabela 5** - Nível Médio de Hostilidade do Questionário de Agressão de Buss & Perry – BPAQ – (BUSS; PERRY, 1992), adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.*(2008), Sobral-CE, 2014112

Listas de ilustrações

Figura 1 - Campo de futebol visto do alto	119
Figura 2 - Campo de futebol visto do solo.....	119
Figura 3 - Escolta para realização do jogo.....	119
Figura 4 - Canto do Hino Nacional.....	120
Figura 5 - Disputa acirrada pela posse da bola.....	120
Figura 6 – Jogo Entre Agente Penitenciário X Detento.....	120
Figura 7 - Comemoração de um gol.....	121
Figura 8 - Reinício da partida após o gol.....	121
Figura 9 - Intervenção durante o jogo.....	121
Figura 10 - Bola rolando durante a competição.....	122
Figura 11 - Aplicação da regra do jogo.....	122
Figura 12 - Penalidade máxima.....	122
Figura 13 - Premiação coletiva.....	123
Figura 14 - Premiação individual.....	123
Figura 15 - Cobertura da final do campeonato pela Rádio Caiçara AM.....	123
Figura 16 - Cobertura da final do campeonato pela TV Verdes Mares.....	124

Prefácio

Foi com alegria, curiosidade e admiração que recebi o convite para refletir com os leitores sobre a obra intitulada *“Agressividade em detentos e prática de futebol: Estabelecendo relações”*, de autoria do Professor Doutor Adílio Moreira de Moraes. Recebi o convite e ouvi um pouco sobre a sua experiência profissional como Educador Físico com detentos em Sobral, Ceará, pois acredito no poder que as práticas esportivas proporcionam para a ressocialização de seres humanos que cometem crimes em nossa sociedade e ficam guardados em uma penitenciária, para que paguem à justiça pelos erros cometidos.

Esta obra foi escrita com maestria e sensibilidade, seguindo o rigor científico de apresentar resultados de uma pesquisa com detentos. Na introdução, você encontrará conceitos de esporte e o autor explicita a sua experiência profissional de atuar em um presídio de segurança máxima localizado na região Norte do Estado do Ceará, a Penitenciária Industrial Regional de Sobral - PIRES, onde realizou um trabalho de desenvolvimento de práticas esportivas durante o período de 2005 a 2012. O autor aborda o papel das penitenciárias e os resultados de pesquisas acerca dos números crescentes de encarceramento no Brasil.

Por conseguinte, na revisão de literatura, o Professor Doutor Adílio Moraes aborda um recorte histórico acerca da formação da linguagem, do pensamento e do comportamento humano; comportamento humano e agressividade; as mudanças no comportamento nas diferentes fases da vida; por que compreender o comportamento humano?; a agressividade e a condição humana; a agressividade e suas (inter)faces; a história e a evolução do futebol; a história do futebol no Brasil: uma síntese; o sistema penitenciário no Brasil e a educação no sistema penitenciário; sistemas penitenciários; o sistema penitenciário no Brasil; a educação no sistema penitenciário; Pedagogia do esporte; a agressividade e o esporte no sistema penitenciário; metodologia; tipo do estudo; cenário; amostra; instru-

mento; procedimentos; análise dos dados; aspectos éticos e legais; resultados; nível médio de agressividade dos detentos no sistema penitenciário; dimensões da agressividade aferidas na pesquisa; dimensão instrumental; agressão física; agressão verbal; dimensão emocional; raiva; dimensão cognitiva; hostilidade; discussão; conclusão e as referências.

O Esporte é um fenômeno sociocultural, político-econômico com influência no cenário mundial, suscita múltiplas possibilidades para os seres humanos envolvidos, no caso desta pesquisa, uma proposta de ressocialização dos detentos.

As instituições penitenciárias objetivam a reabilitação e a ressocialização dos delinquentes, através de maneiras de retribuir o mal causado através da aplicação de uma pena, prevenindo novos delitos pelo temor que a penalização causará, proporcionando a regeneração, transformação e reintegração à sociedade como cidadão produtivo, porém os resultados de pesquisas apontam que estas instituições têm se constituído historicamente como lócus cuja natureza do próprio ambiente interno favorece a agressividade, a própria situação vital e jurídica do detento, estimula, por si, o comportamento agressivo.

Dessa forma, a agressividade se caracteriza por comportamentos dirigidos com o objetivo de causar injúria ou danos a outras pessoas, não somente pelas agressões físicas, mas a intimidação (verbal ou não verbal) e as características como o respeito com o outro e o controle das emoções, citados anteriormente, busca-se, com esta obra, apresentar as contribuições da prática de futebol sobre a agressividade de detentos.

No primeiro capítulo se enfatiza um recorte histórico acerca da formação da linguagem, do pensamento e do comportamento humano. Em seguida, o autor nos mostra reflexões sobre o comportamento humano e agressividade; as mudanças no comportamento nas diferentes fases da vida; por que compreender o comportamento humano?; a agressividade e sua relação com a condição humana, destacando as principais perspectivas teóricas de abordagem do tema, os principais fatores determinantes, e suas inter(faces), considerando-se os vários sentidos que a agressividade engloba, traduzindo-se como uma forma de conduta com o objetivo de ferir alguém, tanto de maneira física como psicologicamente.

O segundo capítulo nos mostra a história e a evolução do futebol, desde a época dos primatas, o surgimento na Inglaterra e no Brasil. Já no terceiro capítulo, o autor analisa a relação entre o Sistema peniten-

ciário no Brasil e a educação no sistema penitenciário a partir de reflexões sobre a educação como um direito e que o cometimento de um crime não é suficiente para extirpar a humana condição, de forma que o aprisionamento de um sujeito não o descaracteriza como ser humano, permanecendo ele titular dos direitos daí decorrentes.

No quarto capítulo, o autor apresenta a Pedagogia do esporte como o campo de conhecimento que investiga a prática educativa, especificamente pelo esporte. Seu objetivo é a reflexão, a sistematização, a avaliação, a organização e a crítica do processo educativo por meio do esporte.

No quinto capítulo, A agressividade e o esporte no sistema penitenciário, o autor apresenta resultados de pesquisas em torno das relações entre agressividade em detentos e prática de futebol, apontando o que se investiga na presente pesquisa é se o nível médio de agressividade dos detentos no sistema penitenciário é afetado por intervenção da prática de futebol.

Outrossim, o autor apresenta a metodologia, caracterizando-se como um estudo quantitativo descritivo, realizado na Penitenciária Industrial Regional de Sobral – PIRES, localizada no município de Sobral, Ceará, que fica a 230 km da capital Fortaleza. Os participantes foram selecionados através de amostra não probabilística por quotas, onde estes foram escolhidos proporcionalmente em relação ao critério de praticar ou não o futebol dentro da penitenciária.

Foi utilizado o Buss & Perry Aggression Questionnaire (BPAQ). Este instrumento foi elaborado originalmente em língua inglesa, compondo-se de 29 itens que, teoricamente, avaliam a agressão em quatro dimensões, a saber: Agressão Física (9 itens), Agressão Verbal (5 itens), Raiva (7 itens) e Hostilidade (8 itens).

Os dados foram coletados nos períodos manhã e tarde entre os dias 17 a 21 de novembro de 2014. Para a construção do banco de dados e cálculos estatísticos, foram utilizados os programas Microsoft Office Excel versão 2007 e o Statistical Package for the Social Sciences – SPSS, versão 17.0.

A pesquisa foi realizada de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde,¹ que incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatros referenciais básicos da bioética: autonomia,

1 BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. **Normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Resolução 466/12. Brasília: 2013.

não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e do trabalho.

A amostra final foi composta por 200 detentos da Penitenciária Regional de Sobral – PIRES, Ceará/Brasil, de um total de 523 detentos que cumpriam pena na ocasião da pesquisa. Do quantitativo da amostra, 100 praticavam futebol e 100 não praticavam futebol em 2014.

Considerando-se os resultados, a pesquisa referenda a perspectiva de explicação da agressividade humana como fenômeno aprendido, sendo resultante das normas sociais e culturais e de experiências de socialização, uma vez que se evidenciou que há uma relação positiva entre a variável prática de futebol e o nível de agressividade entre os detentos.

Encerra-se a discussão dos resultados desta pesquisa sublinhando que o objetivo precípua do presente estudo tenha sido dar um contributo inicial e exploratório para a análise das relações entre a agressividade em detentos e a prática de futebol, através da investigação psicométrica da medida de agressividade.

Desejamos aos leitores desta obra, reflexões que venham contribuir, através da prática de futebol em penitenciárias, para a redução do índice de agressividade e a ressocialização de detentos para um mundo melhor.

Professora Doutora Lídia Azevedo de Menezes Rodrigues

Professora Adjunta I da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA
Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará - UFC

Apresentação

O fenômeno da violência, nas últimas décadas, tem se manifestado com frequência não somente no contexto nacional, correspondendo à nossa formação social periférica, contudo tem se manifestado em escala global sob diversos vieses, violência física, simbólica, classe, raça, gênero etc. Nessa acepção, a violência não está associada exclusivamente à criminalidade. Com efeito, ela está presente nas desigualdades, no autoritarismo, no desrespeito às diferenças e aos direitos do outro, quando as condições objetivas não são favoráveis, condicionando os sujeitos à busca de mecanismos destrutivos. Decerto, a violência pode estar expressa em todas os setores sociais, não estando limitada à população menos privilegiada. Nessas circunstâncias, pode permear dentro das famílias, nas ruas, na escola e aparece de forma explícita nos meios de comunicação de massa, decorrendo, assim, na banalização da violência.

É crucial destacar a necessidade de investigações que envolvam a agressividade no esporte objetivando analisar os aspectos e as suas condições de ocorrência. Destarte,

[...] o comportamento agressivo no esporte é pouco compreendido; portanto, a realização de investigações qualitativas nas percepções da agressividade entre indivíduos de diferentes idades e níveis competitivos é indispensável se quisermos compreender esse fenômeno complexo.²

A agressividade no meio esportivo, particularmente no futebol, está articulada a vários fatores. Samulski ressalta que “a situação de visitado

2 STEPHENS, D. E. Aggression. In: DUDA, J. L. (Org.). **Advanced in sport and exercise psychology measurement**. Morgantown: Fitness Information Technology, 1998, p. 298.

ou visitante, o grau de importância do próprio jogo, o nível de rendimento dos jogadores, a posição e a tarefa tática do jogador, o comportamento dos treinadores e dirigentes, e as regras da modalidade³. Em acréscimo, Leitão e Tubino⁴ explicam que algumas condutas técnicas e táticas agressivas no futebol como, por exemplo, os carrinhos, são aceitos pela modalidade.

O carrinho no futebol, pode levar à violência dentro do campo, numa dimensão onde os segmentos envolvidos deveriam conscientizar-se das mudanças emergentes, do aprimoramento profissional das entidades envolvidas, que estariam relacionados ao embelezamento do jogo.⁵

Quando se pensa no cenário das instituições carcerárias, em que pessoas privadas do contexto social geral se deparam com uma realidade nebulosa em quem intervenções passam a possuir caráter tanto positivo como negativo, estas intervenções, a rigor, podem possuir o caráter esportivo, preenchendo o tempo ocioso. Todavia, é mister refletir sobre o caráter da intervenção, porquanto o comportamento violento pode ser engendrado, uma vez que a agressividade pode estar inerente ao conteúdo do esporte, decorrendo no aprofundamento da violência. No entanto, reduzir os impactos do encarceramento através da prática do esporte, especificamente do futebol, tende a contribuir com a reintegração através das relações sociais e do aspecto coletivo que é próprio da modalidade esportiva.

Nesse sentido, a presente obra, que tem como autor o prof. Dr. Adílio Moreira de Moraes, discorre sobre a real possibilidade da prática do futebol como alternativa para reduzir os espaços de violência. No limite, a obra não se trata de uma mera ficção, contudo, configura-se como uma pesquisa científica decorrente de investigação *in loco* em que o autor consegue expressar com maestria que os detentos que vivenciam a prática do futebol em sua interface lúdica e esportiva conseguem ter

3 SAMULSKI, D. **Psicologia do esporte**. São Paulo: Manole, 2002, p. 13.

4 LEITÃO, L. A.; TUBINO, M. J. G. A moral e a ética do carrinho no futebol. **Efdeportes** – Revista Digital, Buenos Aires, v. 8, n. 47, 2002. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd47/carrinh1.htm>. Acesso em: 21 dez. 2022.

5 *Ibidem*, p. 1.

melhorias no convívio, na redução da violência e facilitação no respeito aos preceitos éticos da sociedade. Sendo assim, a obra é um verdadeiro deleite aos leitores que se interessam pelo objeto de pesquisa no campo do futebol, do esporte e da psicologia.

Prof. Dr. Alisson Slider do Nascimento de Paula

Professor do Centro Universitário Inta (UNINTA)
Bolsista Produtividade em Pesquisa (BPI/FUNCAP)

Introdução

O Esporte, atualmente, está caracterizado como um fenômeno socio-cultural e político-econômico com grande influência e significado no cenário mundial, um fenômeno com múltiplas possibilidades e interpretações.⁶

A aproximação com o objeto de estudo ocorreu através da experiência profissional, como educador físico, de atuar em um presídio de segurança máxima localizado na região Norte do Estado do Ceará, a Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRES), onde realizamos um trabalho de desenvolvimento de práticas esportivas durante o período de 2005 a 2012.

Foi neste cenário que desenvolvemos, em 2012, nossa pesquisa de Mestrado intitulada “Os desafios do esporte no processo de ressocialização em cárcere”, uma pesquisa-ação que evidenciou a contribuição da prática esportiva como ferramenta a ser utilizada no processo de ressocialização dos detentos.

As instituições penitenciárias têm enquanto objetivo a reabilitação e a ressocialização dos delinquentes; esse resultado é buscado através de maneiras de retribuir o mal causado por eles através da aplicação de uma pena, prevenindo novos delitos pelo temor que a penalização causará aos potencialmente criminosos, além de proporcionar a regeneração, oferecendo aos prisioneiros a possibilidade de serem transformados e assim reintegrados à sociedade como cidadãos produtivos.⁷

6 RODRIGUES, E. F; MONTAGNER, P. C. Esporte-espetáculo, televisão e pedagogia do esporte: o que crianças compreendem e as relações com um programa esportivo de televisão. **Revista Digital Lecturas: Educación Física y Deportes**. Buenos Aires, Año 10 - N° 85 - Junio de 2005. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd85/tv.htm>. Acesso em: 14 jun. 2014.

7 FIGUEIREDO NETO, M. V.; MESQUITA, Y. P. V. O.de; TEIXEIRA, R. P.; ROSA, L. C. dos S. A ressocialização do preso na realidade brasileira: perspectivas para as políticas públicas. **Revista Âmbito Jurídico**, n. 114, ano XVI – jul. 2013.

Estas instituições têm se constituído historicamente como *locus* cuja natureza do próprio ambiente interno favorece a agressividade. Como bem analisa Miotto,⁸ a própria situação vital e jurídica do detento estimula, por si, o comportamento agressivo.

A estudiosa observa que por mais que a prisão seja justa e efetuada sem deixar de respeitar a dignidade e os direitos humanos dos detentos, impõe-se uma mudança radical em sua vida. Dentre estas destacamos: restrição de movimentos, à alimentação, aos horários de dormir e de acordar, à higiene e toalete, dentre outras. Somam-se às restrições biologicamente consideradas aquelas de ordem psicológica e social, tais como ter de se ajustar aos outros detentos, aos funcionários, superlotação etc. Tais restrições exigem considerável esforço físico e psíquico, os quais concorrem para a produção de tensões emocionais, “[...] constituindo elementos de um somatório de traumatismos e configurando um quadro de stress”.⁹

Ao realizar uma síntese dos números de encarceramento no Brasil, Gomes¹⁰ afirma que continua crescendo. Os últimos dados divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) apontaram que o Brasil fechou o primeiro semestre de 2012 com um total de 549.577 presos, 34.995 detentos a mais em relação a dezembro de 2011, quando havia 514.582.

Analisando o número entre 2003 e 2012, o autor supracitado refere que houve um aumento de 78% no montante de encarcerados do país. Se considerado o período entre 1990 e 2012, o crescimento chega a 511%, sendo que no mesmo período toda a população nacional aumentou apenas 30%.¹¹

8 MIOTTO, A. B. A violência nas prisões. **R. Inf. Legis.**, Brasília, v. 17, n. 66, abr./jun. 1980. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181217/000370187.pdf?sequence=3>. Acesso em: 03 jul. 2015.

9 *Ibidem*, p. 275.

10 GOMES, L. C. População carcerária cresceu 6,8% em seis meses. **Revista Consultor Jurídico**, 23 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-jan-23/luz-flavio-gomes-populacao-carceraria-cresceu-68-seis-meses>. Acesso em: 14 jun. 2013b.

11 De acordo com dados do Depen (Departamento Penitenciário Nacional), ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, entre dezembro de 2018 e junho de 2022, a população carcerária brasileira caiu 11,1%, ou seja, de 744,2 mil para 661,9 mil pessoas detidas. Apesar da queda, o número ainda é considerado elevado, representando, por exemplo, população semelhante a de municípios como Aracaju, Feira de Santana, Cuiabá e Joinville. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/11/14/sob-bolsonaro-pais-tem-queda-no-numero-de-presos-pela-1-vez-em-uma-gestao.htm?cmpid=copiaacola>.

Ao se somar a este quadro, que é comum em todos os presídios, de superlotação carcerária, o ambiente insalubre, a escassez de atividades, sejam educativas, recreativas ou laborais, e os diferentes grupos de criminosos disputando o mesmo espaço e poder, podemos ser levados a pensar que existe no dia a dia dos detentos um estado que pode se considerar de falta de objetivos e perda de identidade, regido pela violência, agressividade e disputa interna.

Para tanto, as penitenciárias, embora atuem desde os tempos mais remotos até os dias atuais como principais meio de repressão à criminalidade, possuem papel essencial para a reintegração do detento à sociedade. Sob esse prisma, a prática do esporte na penitenciária é um fenômeno sociocultural que vem se inserindo no cenário mundial contemporâneo e se manifestando de múltiplas maneiras, atraindo o interesse de diversos segmentos da sociedade.¹²

De acordo com Martins *et al.*,¹³ o esporte é um fenômeno social de grande relevância nos tempos modernos, revelando um mundo que necessita sempre ser estudado. O universo esportivo, pela magnitude que assumiu atualmente, alicerçado por várias bases, sejam elas econômicas, socioantropológicas ou psicológicas, não pode ser olvidado ou relegado a segundo plano.

A prática esportiva dentre os detentos encontra-se amparada pelo artigo 83 da Lei 7.210 de 11 de julho de 1984, denominada Lei de Execução Penal, que diz: “O estabelecimento penal conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva”.¹⁴ Desta maneira, a atividade física torna-se um instrumento voltado para o bem-estar e a qualidade de vida do praticante.

12 MORAES, A. M. de. **Os desafios do esporte no processo de ressocialização em cárcere**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade de San Carlos, Assunção, 2012.

13 MARTINS, D. F.; REZER, R.; CASTRO, R. L. V. G.; SHIGUNOV, V. O esporte como papel de uma reunião social. **Revista eletrônica de ciências da educação**, vol. 1, n. 1, 2002. Disponível em: <http://revistas.facecla.com.br/index.php/reped/article/view/482>. Acesso em: 05 ago. 2014.

14 BRASIL. Presidência da República Casa. Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei de Execução Penal – LEP. **Lei nº 7.210, de julho de 1984**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 10 jul. 2012.

Para Scaglia,¹⁵ buscar no esporte a ressocialização de pessoas que cometeram crimes é uma tentativa desafiadora, e que com a prática do futebol o indivíduo passa a se preocupar mais com a saúde, o trabalho coletivo, a moralidade, a autonomia, o respeito com o outro e a sociabilidade. A adição de características como raciocínio rápido, noção espacial, concentração, elaboração do pensamento crítico e controle das emoções favorece a crença de que o esforço traz recompensas e os direciona para um caminho mais produtivo.

Levando-se em consideração que a agressividade é caracterizada por comportamentos dirigidos com o objetivo de causar injúria ou danos a outras pessoas, não somente pelas agressões físicas, mas a intimidação (verbal ou não verbal),¹⁶ e considerando características como o respeito em relação ao outro e o controle das emoções, citados anteriormente, busca-se demonstrar o efeito da prática de futebol sobre a agressividade de detentos.

15 SCAGLIA, A. J. **O futebol e os jogos/brincadeiras de bola com os pés**: todos semelhantes, todos diferentes. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2003.

16 BARTHOLOMEU, D. MACHADO, A. A. Estudos Iniciais de uma Escala de Agressividade em Competição. **Interação em psicologia**. Curitiba, vol. 12, n. 02, p. 189-201 jul./dez. 2008.

Um recorte histórico acerca da formação da linguagem, do pensamento e do comportamento humano

Maud Carioca Melo¹⁷
Adílio Moreira de Moraes

Mitos de diversas culturas instigam nossa atenção ao trazer uma imagem comum acerca da origem da humanidade. Segundo Velázquez, Soares e Mendes,¹⁸ o mitologema do roubo do fogo dos deuses – dado aos humanos pelas mãos de um ancestral distante – está presente no mito de Prometeu, na Grécia; Ilya, no Brasil; Anansi, na América do Norte; Maui, na Oceania; Lúcifer, na Ásia ocidental; e Pigmeu, no Congo.

Tais imagens que atravessam mitologias de diversos povos estão longe de ser historinhas ingênuas ou sem pé, nem cabeça. Olhando com a devida consideração, identificaremos conteúdos de profunda complexidade, ainda que não sejam elaborações racionais, mas sim, fruto da dimensão imagética, criativa e simbólica do arcabouço humano.¹⁹

É fato histórico que o controle do fogo teve um papel importantíssimo no processo de desenvolvimento do homem. Mas a imagem do “roubo do fogo” nos leva a lugares ainda mais fascinantes. Ela pode nos remeter ao surgimento da consciência mesma e à condição humana de cocriador da realidade. Ou seja, à conquista da capacidade humana de

17 Graduada em Psicologia- UNIFOR. Monitora da disciplina Teorias Psicológicas III: Humanismo (2013). Membro do Grupo de Pesquisa MITHO - UNIFOR (2015-2017). Facilitadora de grupo de estudo em Psicologia Analítica (2017).

18 VELÁZQUEZ, Carlos; SOARES, Aline; MENDES, Paula. Tecnologia em jogo: o mito como incentivador da experiência do real. **Revista Internacional de Aprendizaje y Cibersociedad**, v. 18, n. 2, p. 27-38, 2014.

19 *Ibidem*.

simbolização, que nada mais é do que a habilidade de criar abstrações e imagens mentais, condição essencial para o surgimento da linguagem e do pensamento.

Diante do exposto, queremos dizer com isso que não temos a pretensão de encerrar as possibilidades de leitura em apenas uma interpretação, sendo esta uma característica da própria linguagem e de pensamento enquanto imaginação.

Vale ressaltar que é exatamente essa entrada na dimensão do simbólico que nos possibilitou condições para a transformação da vida natural e que nos inseriu no campo da cultura. Não à toa, Velázquez²⁰ aponta que a raiz etimológica da palavra cultura vem da palavra latina *cultivare*, apontando que é exatamente essa disposição de modificar a natureza o que nos torna, enquanto espécie, humanos. Essa disposição também é o que possibilita a criação de sistemas de crenças, de códigos e de costumes.

Nesse sentido, o ser humano é, por definição, um ser social. Ele jamais poderia ser inserido no campo da linguagem e da cultura sem que haja um outro. Dependemos do outro para sermos quem somos. Há em nós, sem que muitas vezes notemos, muito de nossa família, de nossos grupos sociais e culturais. Nesse sentido, a linguagem não se configura apenas como instrumento de comunicação, mas como condição de possibilidade para nossa subjetivação enquanto humanos.

Assim, falar em comportamento humano é levar em consideração esse imbrincado campo de experiências em que natureza e cultura interagem entre si se retroalimentando e produzindo algo único em cada ambiente, grupo ou sociedade. Mas é falar também que não somos “tábuas rasas”. Trazemos elementos tanto da natureza quanto da cultura que nos condicionam, produzindo aspectos implícitos em nossas lentes subjetivas. Acima de tudo, é dizer que, apesar de todos os condicionamentos, possuímos a habilidade de sermos cocriadores da nossa realidade, o que, simbolicamente, podemos associar à imagem do “roubo do fogo sagrado” por parte de um ancestral distante.

20 VELÁZQUEZ, Carlos. Saboreando Saberes. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JspDN6PMn3s&list=PLM_nY-xxMQkofMM2GL9TBC2_niinNiV-7&index=6. Acesso em: 20 jul. 2020.

Comportamento humano e agressividade

O que é a primeira coisa que vem à sua mente quando associa esses dois conceitos: comportamento humano e agressividade? Sem precisar pensar muito, somos frequentemente levados a pensar na palavra violência. E há motivos claros para isso. Vivemos em uma sociedade atravessada por discussões, ameaças, exposições, crimes. Até mesmo quando paramos para descansar, nos deparamos com entretenimentos violentos, assistindo a séries e novelas retratando cenas de assassinato, de acidentes, de traições, de desrespeito etc.

O que não costumamos perceber é que violência não é o mesmo que agressividade, embora muitas vezes possam estar associadas. Para a Psicologia Analítica, “A violência é consequência da falha na integração de aspectos normais e agressivos da personalidade. Isto é, uma falha na utilização da agressividade para a afirmação do ego no mundo exterior e o afastamento deste do self”.²¹

Nesse sentido, a violência seria fruto de uma violação de aspectos da personalidade que são relegados às sombras do psiquismo humano. Aspectos esses que não são por si mesmos problemáticos.

Agressividade, por exemplo, pode ser uma ótima fonte de afirmação no mundo e de orientação para a conquista de objetivos. Entretanto, quando negada e associada a conteúdos mal resolvidos, ela tende a se manifestar de forma inconsciente e, por isso, primitiva e violenta. Quão mais fluido e dinâmico puder ser a relação entre aspectos conscientes e inconscientes da personalidade, mais sadio tende a ser o equilíbrio emocional de uma pessoa, maior tende a ser sua capacidade de manifestar sua vontade no mundo e mais livre de julgamentos e crenças seu arbítrio tende a ser. Aqui, portanto, teríamos o sentido mais amplo e profundo da ideia de sermos “cocriadores” da realidade, que consiste na manifestação de uma personalidade mais ampla, mais íntegra e mais livre dos condicionamentos históricos e afetivos.

A violência monstruosa que vemos no mundo é fruto da intensidade dos afetos mal resolvidos que moram dentro de nossas próprias casas.

21 VERGUEIRO, Paola *et al.* Violência Ágora. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 59-75, jun. 2016, p. 64.

Ou, melhor dizendo, de nossas próprias psiques. Não apenas costumamos projetar no mundo aquilo que não damos conta em nós, o que nos faz ver o erro e a culpa sempre no outro, nunca na gente. Mas, enquanto sociedade, vivemos de forma adoecida, sem ter muitos mecanismos que nos ajudem a lidar e elaborar nossas questões afetivas, o que acaba por produzir uma sociedade infantilizada e caótica.

Investimos muito de nossos olhares e atenção na criação de estruturas políticas e jurídicas, sobretudo após as Grandes Guerras Mundiais, na intenção de estabelecer a paz e a harmonia entre as nações. A própria Organização das Nações Unidas (ONU) surge nesse período, juntamente com a criação de tribunais internacionais vinculados a pactos e tratados assinados por diversos países, tendo a Declaração Internacional dos Direitos Humanos como seu grande marco. Entretanto, a despeito de todo esse aparato de proteção político e jurídico, vivenciamos um tempo histórico de guerra de grande proporção, de nacionalismos exaltados e extremistas em diversas partes do mundo e de inúmeros episódios de violação de direitos humanos. Frente a isso, constatamos que, além de fortalecer tais instrumentos, precisamos discutir outras formas de promoção da paz. Nesse sentido, argumentamos a necessidade da criação de espaços de elaboração coletiva dos afetos humanos. Dimensão extremamente desafiadora e pouco trabalhada.

As mudanças no comportamento nas diferentes fases da vida

Há um consenso entre psicanalistas e psicólogos junguianos que após o nascimento, o bebê leva um tempo para se reconhecer separado da mãe. Tal experiência remete não apenas à perda progressiva de um sentimento de completude, mas também a percepção por parte do bebê de ser um ser individual. Nesse momento o eu (também chamado de ego) vai começando a se formar.²²

O recém-nascido em suas necessidades vitais de sobrevivência apresenta comportamentos agitados, sugerindo um desconforto natural pela falta imediata de auxílio. Esta situação por si só o condiciona à formação do ego.

22 EDINGER, E. F. **Ego e Arquétipo**. São Paulo: Cultrix, 2012.

Essa percepção da separação vai começando a ser construída a partir das experiências de falta naturais da vida humana, como quando ele sente fome, mas a mãe não pode amamentá-lo de imediato, por exemplo. O que não é algo ruim em si, pois são essas experiências que vão possibilitando a formação do ego e da consciência. Além do mais, a experiência com a falta é parte constituinte da nossa experiência humana e, portanto, também deve ser mediada. Entretanto, não podemos confundir esse processo natural com comportamento negligente às necessidades básicas de uma criança. Isto, sim, pode produzir marcas extremas e irreparáveis na sua formação como sujeito.²³

Essa condição que a criança atravessa em sua formação remete a uma compreensão do seu estado de desenvolvimento e reconhecimento de mundo a partir de vivências e experiências dentro de seu ambiente de convívio.

A consolidação de um ego forte é tarefa que ocorre, sobretudo, até o início da idade adulta, culminando com a necessidade do jovem de se afirmar perante seus familiares, seus grupos sociais e espaços de trabalho. É um processo de construção de identidade, bem como de uso de sua vontade para se afirmar no mundo.²⁴

Essa autoafirmação está intrínseca no seu processo de maturação e desenvolvimento. É uma fase cheia de experiências, conflitos e processos de formação de identidade, onde o indivíduo em suas vivências depara-se com situações conflituosas, desafiadoras e instigadoras.

Entretanto, tanto Freud²⁵ quanto Jung²⁶ há muito chamam nossa atenção para o fato de que o homem, apesar de todas as suas conquistas e sua inteligência, não é “senhor de sua própria casa”. E, quanto mais ele nega isto, mas tende a ser refém de forças de seu próprio psiquismo. Diante disso, após esse processo de consolidação da identidade egóica, cabe a todos nós nos depararmos com os aspectos negligenciados e reprimidos de nossa própria personalidade que, como já discutiremos acima, tende a se manifestar de maneira autônoma e hostil.

23 *Ibidem.*

24 *Ibidem.*

25 FREUD, Sigmund. **A Interpretação dos Sonhos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

26 JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 8 Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

É necessário que façamos um esclarecimento aqui. Não é que os jovens não sejam acometidos por tais complexos. Pelo contrário. Entretanto, em geral, sua etapa de desenvolvimento exige deles que coloquem o pé na realidade e construam mecanismos para se sustentarem no mundo, como uma persona (máscara social) adaptável aos ambientes que frequentam, certo sentido de segurança pessoal, o desenvolvimento de interesses e habilidades etc. Com o passar da idade, naturalmente, somos convocados a olhar e a cuidar de nossas feridas. Não porque queremos, claro. Ninguém em sã consciência quer mexer naquilo que dói. Mas porque é um imperativo para que possamos seguir de forma mais inteira.

Então, veremos que a segurança conquistada pela construção de um ego é apenas uma etapa do desenvolvimento da personalidade. E que, se no começo da vida um ego forte é aquele capaz de se afirmar socialmente, com o tempo a própria definição de ego forte pode se tornar problemática, uma vez que o que garantirá sua sustentação e saúde será exatamente sua capacidade de se transformar e permitir que aspectos conscientes e inconscientes da personalidade ganhem um espaço de diálogo e de integração. Só assim uma sustentação mais ampla poderá acontecer. Não uma sustentação pautada na imagem e nas conquistas sociais. Mas sim, na conquista constante e sem fim de si própria.²⁷

Nesse sentido, a agressividade pode se mostrar como uma aliada no processo de integração da personalidade na medida em que ela se manifesta de forma construtiva através da capacidade de afirmação do ego, mas também e, sobretudo, quando se permite acessar conteúdos dolorosos e inconscientes e integrá-los à consciência.

Do contrário, ela facilmente virará violência, seja contra outro, seja contra si próprio em forma de ansiedades, depressão, sentimento de inferioridade, rompantes de raiva etc. Como coloca Hollis,²⁸ não à toa “a raiz etimológica das palavras anger (raiva), angústia e ansiedade e angina vem do vocábulo anglo germânico angh, que significa ‘constrin-gir’”.²⁹ Sentimentos que são alimentados pela repressão e pela negação de aspectos da personalidade.

27 EDINGER, *Op. cit.*

28 HOLLIS, James. **Os pantanais da alma**: Nova vida em locais sombrios. São Paulo: Paulus, 1998.

29 *Ibidem*, p. 128.

Por que compreender o comportamento humano?

A busca do autoconhecimento, portanto, se coloca como fator imprescindível à saúde dos indivíduos, tendo em vista que a força das questões mal resolvidas acomete os sujeitos de forma muito íntima e particular na forma de sintomas e transtornos psicológicos. A agressividade, disposição afetiva de enfrentamento e afirmação, quando não manifestada conscientemente, facilmente pode vir a ser contaminada por questões inconscientes e mal resolvidas, podendo transformar-se em ações violentas sejam contra outrem ou contra si mesmo.

Entretanto, além de uma questão de cuidado pessoal, o que se coloca em jogo é a construção de uma sociedade mais sadia. Há quem argumente que os modos de subjetivação, os problemas sociais e econômicos são os grandes fatores determinantes para a formação de uma sociedade adoecida. Não podemos negar isso. Entretanto, também não podemos negar o quanto de sujeira emocional projetamos no mundo.

Ademais, é necessário que criemos, enquanto sociedade, não apenas mecanismos legais e jurídicos para lidar com a expressão distorcida da energia de agressividade. Mas, sobretudo, mecanismos que acessem a dimensão emocional e psicológica do homem, a fim de oferecer um anteparo para essa experiência primitiva e humana que acomete a todos os indivíduos em maior ou menor grau. O professor Adílio Moraes enxerga na experiência orientada do esporte esse anteparo, mecanismo esse que, aos nossos olhos, tem enorme potencial de transformação.

O esporte, como muito bem defende o professor Moraes, pode se colocar como fator profundo de elaboração desses afetos, na medida em que catalisa emoções e oferece palco para sua expressão e diálogo, bem como introduz um espaço de contenção a experiência. Algo como um rito, que oferece a oportunidade de preparar psicologicamente a transição de etapas, a assimilação de valores e de afetos e o contato com uma dimensão mais profunda da vida a partir da experiência vivida.

Revisão de literatura

A agressividade e a condição humana

Este capítulo trata da agressividade e sua relação com a condição humana, destacando as principais perspectivas teóricas de abordagem do tema, os principais fatores determinantes de referido fenômeno, bem como suas inter(faces).

Dentre os vários sentidos que a agressividade engloba, uma abordagem inicial para este conceito pode traduzir-se como uma forma de conduta com o objetivo de ferir alguém, tanto de maneira física como psicologicamente.

No entanto, Whitaker³⁰ afirma que agressividade significa mover-se em direção a um objeto, podendo ou não ser feito com violência. Já para Marra,³¹ a agressividade tem muitas faces, dentre as quais a ameaça é uma delas, abrangendo tanto ameaças de indivíduos entre si quanto ameaças dirigidas a outros indivíduos.

De acordo com Leme,³² a agressão é uma conduta que assume diferentes formas de manifestação, cuja evolução está sujeita à influência de variáveis tanto biológicas quanto sociais, e o comportamento agressivo, por sua vez, exerce influência direta sobre o desenvolvimento pessoal e a vida em grupo.

Entendida como o ato em que um indivíduo prejudica ou lesa outros de sua própria espécie, intencionalmente, a agressão pode se manifestar de

30 WHITAKER, D. C. A. Menino-Menina: Sexo ou Gênero? Alguns Aspectos Cruciais. In: SERBINO, R. P. (Org.). **A escola e seus alunos**: estudos sobre a diversidade cultural. São Paulo: Unesp, p. 31-52, 1995.

31 MARRA, C. A. S. **Violência Escolar**: a percepção dos atores escolares e a repercussão no cotidiano da escola. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2007.

32 2004 apud JOLY, M. C. R. A.; DIAS, A. S.; MARINI, J. A. S. Avaliação da agressividade na família e escola de ensino fundamental. **Psico USF**. Itatiba, vol.14, n.1, abr. 2009.

diferentes formas, tais como: dirigida, verbal e deslocada. A agressão dirigida é aquela em que o indivíduo prejudica o outro diretamente; a agressão verbal, por sua vez, como o nome indica, não passa de palavras, por isso não ofende o outro fisicamente, mas sim psicologicamente; a agressão deslocada é quando o sujeito dirige sua raiva para um objeto. Por exemplo, dar um pontapé na porta, ou bater a porta do carro com muita raiva.³³

Além dos fatores biológicos, outros aspectos que também podem exercer influência e determinar o comportamento agressivo são as experiências pessoais, sociais e familiares, que podem se constituir em risco à convivência, inicialmente dentro da própria família, e posteriormente, na escola e sociedade. Conforme asseveram Joly, Dias e Marini,³⁴ os ambientes nos quais as pessoas vivem, como o contexto familiar, educacional e social, demonstram como a agressividade pode influenciar no seu desenvolvimento psicológico.

Interessante registrar que a conduta agressiva é uma questão que tem suscitado discussões, originando uma ambivalência quanto a este tema, visto que muitos a apreciam, especialmente quando ela se mostra como ação criadora (que não visa causar sofrimento a outro), mas também muitos a censuram e a rejeitam quando se mostra como uma das modificações do comportamento (a agressividade que visa o sofrimento do outro) gerando preocupação para os pesquisadores, educadores e pais.

A esta ocasião inclui-se a variedade e o espaço que existem nas considerações teóricas quanto a sua gênese, finalidade e variações da agressão, que por sua vez institui conflito referente ao que se deve ou não fazer, quando se depara com uma atitude agressiva.

Nesse sentido, abordaremos, apoiados em Vasques,³⁵ a origem da agressão humana a partir de três categorias gerais de explicação:

- a) A agressão associada à natureza humana e ela terá que encontrar uma forma de expressão, incluindo aqui os teóricos que defendem uma base biológica para os comportamentos agressivos;

33 BALBINO, F.; MIOTTO, A. M.; SANTOS, R. V. T. dos. A agressividade no esporte. In: MACHADO, A. A. (Org.). **Psicologia do esporte**: temas emergentes I. Jundiaí: Ápice; 1997.

34 JOLY; DIAS; MARINI, *Op. cit.*

35 VASQUES, E. L. **Entre cultura escolar e cultura prisional**: uma incursão pela ciência penitenciária. Dissertação (Mestrado). PUC, São Paulo, 2008.

- b) A agressão é uma resposta natural à frustração, enquadram aqui os preponentes da hipótese frustração-agressão e por fim;
- c) A que diz que a agressão é aprendida, sendo resultante das normas sociais e culturais e de experiências de socialização.³⁶

A primeira explicação, assentada numa base biológica da agressividade, advoga que todos os seres humanos em seu estado natural são brutos e violentos, portanto, somente a imposição da lei e da ordem que emana da vida em sociedade é que podem controlar as tendências más e seu instinto natural para a agressão, contrapondo-se à perspectiva de que os seres humanos são naturalmente benignos, felizes e bondosos e que a sociedade os transforma em seres agressivos e depravados.³⁷

Em torno dessa perspectiva, destacam-se, dentre as teorias mais generalistas, tanto as contribuições do modelo de evolução por seleção natural proposto por Charles Darwin quanto a psicanálise desenvolvida por Sigmund Freud, ambas já centenárias.³⁸

A espécie humana, além da agressão, é capaz de causar danos em outrem devido à existência de um instinto específico, como proposto pelo etólogo Konrad Lorenz: “O instinto de combate do animal e do homem dirigido contra seu próprio congêneres”.³⁹

Já na concepção psicanalista, a agressividade designa uma tendência especificamente humana marcada pelo caráter ou vontade de cometer um ato violento sobre outrem. Pode também ser definida como uma tendência que se atualiza em condutas reais ou fantásticas que visam causar dano a outrem destruí-lo, coagi-lo, humilhá-lo.⁴⁰

Freud⁴¹ defendeu que a agressão é derivada de um poderoso desejo de repulsa que existe em todas as pessoas. Segundo o pai da psicanálise,

36 *Ibidem*, p. 71.

37 ARAÚJO, S. S.; LEITE, M. C. A. Assistência educacional no sistema penitenciário federal. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, vol. 7, n. 1, maio. 2009.

38 WHITAKER, *Op. cit.*

39 LORENZ, K. **Os fundamentos da etologia**. São Paulo: Unesp, 1995, p. 73.

40 BALLONE, G. P.; BARTOLANI I. V.; MOURA, E. C. **Violência Doméstica**. 2002. Disponível em: www.psiqweb.med.br. Acesso em: 10 jan. 2015.

41 FREUD, S. Da guerra e da morte. Temas atuais (1915). In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Obras completas, vol. 14.

levou muito tempo para se reconhecer a pulsão agressiva e que seria mais fácil atribuí-la aos animais, e não aos seres humanos, visto que isto iria de encontro a convicções religiosas e sociais.

Alguns autores como Batistela e Amaral⁴² concordam que a energia agressiva é instintiva e inata, que se não descarregada periodicamente, cresce até explodir ou até ser aliviada por algum estímulo apropriado. Os pensamentos desses autores diferem em alguns aspectos, enquanto Freud concebe a agressão humana como autodestrutiva, Lorenz⁴³ diz que ela é adaptativa e que temos disponíveis mecanismos inatos para inibir nossas tendências agressivas.

Winnicott,⁴⁴ pediatra e psicanalista, compreende que amor e ódio constituem os dois principais elementos a partir dos quais se constroem as relações humanas. Mas amor e ódio envolvem agressividade. Por outro lado, a agressão pode ser um sintoma de medo. De todas as tendências humanas, a agressividade, em especial, é escondida, disfarçada, desviada, atribuída a agentes externos e, quando se manifesta, é sempre uma tarefa difícil identificar suas origens.

Vilhena e Maia⁴⁵ analisaram a inscrição da conduta antissocial e da delinquência na cultura contemporânea e apontaram a relação existente entre ambas com manifestações agressivas e violentas, visto que a conduta antissocial é apontada por Winnicott⁴⁶ como existente em toda criança que, ao roubar um bombom, está buscando a mãe, ao passo que a delinquência já expressa uma gradação da conduta antissocial, ou seja, há um quadro mais grave de privação emocional na história da vida do sujeito.

Em “A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional”, Winnicott⁴⁷ defendeu a ideia básica de que “se a sociedade encontra-se

Rio de Janeiro: Imago, 1998.

42 BATISTELA, J. E.; AMARAL, M. R. A. Breve Histórico do Sistema Prisional. ETIC vol. 4, n. 4. **IV Encontro de Iniciação Científica e III Encontro de Extensão Universitária. Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo”** de Presidente Prudente-SP, 2008.

43 LORENZ, Op. cit.

44 WINNICOTT, D. W. A dependência nos cuidados maternos. In: WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. São Paulo. Martins Fontes, 2006.

45 VILHENA, J. de; MAIA, M. V. C. M. Agressividade e violência: reflexões acerca do comportamento anti-social e sua inscrição na cultura contemporânea. **Revista Mal-estar e subjetividade**. Fortaleza, vol. II, n. 2, p. 27-58, set. 2002.

46 WINNICOTT, Op. cit.

47 *Ibidem*, p. 288.

em perigo, não é por causa da agressividade do homem, mas em consequência da repressão da agressividade pessoal nos indivíduos”.

Melanie Klein⁴⁸ foi uma psicanalista que insistiu no papel desempenhado pelas pulsões agressivas. Ela acreditava que essas pulsões agiam desde a primeira infância. As pulsões agressivas existem desde o início com as pulsões libidinais, ou seja, a pulsão de morte e pulsão de vida estão no sujeito atuando fortemente. A agressividade inata é uma das manifestações da pulsão de morte. A autora considerava essa agressividade inata mais importante do que a pulsão sexual na organização do psiquismo.

A agressividade humana, assim como a sexualidade, não habita de forma pura no indivíduo, mas está dentro de cenários. Portanto, o futebol, nesse sentido, seria uma encenação, no modo socialmente aceito, de cenários agressivos que foram vivenciados pelo sujeito ao longo de sua história. Cenários de conteúdos incestuosos, parricidas, ou até mesmo de conteúdos persecutórios. Esses cenários estão ligados ao tipo de relação que o indivíduo estabelece com os objetos.⁴⁹

A segunda linha de explicação sobre a problemática da agressividade aborda o fenômeno da agressão como uma resposta natural à frustração. A agressividade é, pois, entendida como uma qualidade natural, humana ou animal, que tem a função de defesa diante dos perigos enfrentados e dos ataques recebidos. Nessa perspectiva, agressividade e medo são emoções fundamentais na sustentação de processos decisórios. A agressividade é uma forma de nos protegermos, de dar limites, em família ou no trabalho. A ação está na agressividade, e a reação, na violência.

A agressividade é aqui entendida como um sentimento natural, que faz parte dos sentimentos primários, como a alegria, a dor, a raiva, a curiosidade, o medo. Outros sentimentos requerem um nível de elaboração maior, como a vergonha, a culpa, o remorso ou o ciúme. A agressividade em si não é boa nem ruim, é natural.

Cardia⁵⁰ ensina que a agressividade se modela por um comportamento biologicamente adaptativo, livre do processo ligado ao raciocínio

48 KLEIN, M. A técnica psicanalítica através do brincar: sua história e significado. In: KLEIN, M. **Inveja e gratidão e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

49 *Ibidem*.

50 CARDIA E. Homo Criminalis: um olhar difuso sobre a agressividade e a violência intra e extracorpórea. Correlação para o espaço prisional. In: **IBCCRIM**, 2010. Disponível em: www.ibccrim.org.br. Acesso em: 18 jun. 2013.

e voltado para o enfrentamento ativo de condições ambientais adversas, obstando os estímulos oriundos do ambiente que capacita o indivíduo para o combate, estando, pois, algo relacionado com a noção de estresse.

Enquanto a agressividade tem sua origem na natureza animal, salvaguardando um modelo adaptativo de sobrevivência e segurança, da violência não se pode dizer o mesmo. Esta é mais grave e mais reprovável, tendo por escopo, muitas vezes, descarregar fúria, cólera em um ser a que se opõe, causando ou deixando resultar grave dano ou destruição de algo ou alguém.

Violência seria então um “algo mais” à condição da agressiva inata ao ser humano, que se manifesta por inúmeros fatores. Sobre a história da violência humana, Castro⁵¹ refere que atos de destruição e violência acompanham o processo civilizatório desde o seu início, sendo que as tentativas de manutenção da paz sempre se fundamentaram na agressividade ou no temor à destruição.

Com ênfase nessa perspectiva, Hay⁵² diferencia agressividade de violência a partir do impacto negativo das condutas violentas sobre as vítimas, porém sem considerar os atributos morais ou a função social dessas ações, principalmente em razão da falta de recursos metodológicos para essas avaliações.

A terceira perspectiva de explicação do objeto em foco, agressividade e condição humana, advoga que a agressão é aprendida, sendo resultante das normas sociais e culturais e de experiências de socialização.

Para Joly, Dias e Marini,⁵³ os ambientes nos quais as pessoas vivem, como o contexto familiar, educacional e social, demonstram como a agressividade pode influenciar no seu desenvolvimento psicológico.

Fundamentada nessa perspectiva de análise, é merecedora de destaque a contribuição da etologia do behaviorismo e da aprendizagem social. Conforme Niehoff,⁵⁴ a agressão é um comportamento adaptativo entendido como utilização de força física ou verbal em reação a uma percepção de ameaças, por sua vez, a violência é um comportamento mal

51 CASTRO, C. A. **Sociologia do Direito**. 8ª ed. São Paulo: Atlas; 2013.

52 HAY, D. F. The gradual emergence of sex differences in aggression: alternative hypotheses. **Psychological Medicine**, v. 37, n. 11, p. 1527-1537, 2007.

53 JOLY; DIAS; MARINI, *Op. cit.*

54 NIEHOFF, D. **The biology of violence**. Nova York: Free Press, 1999.

adaptativo que consiste em uma agressão, direcionada ao alvo errado, no lugar errado, no tempo errado e com a intensidade errada.

Fundamentada nos estudos de modelo animal sobre agressividade e na Teoria da Aprendizagem Social, a agressão pode ser caracterizada como base na topografia do comportamento manifesto, independente da intenção do agressor ou de uma avaliação moral de seus atos.⁵⁵

Sobre a agressividade, também Koller⁵⁶ ressalta que esta não deve ser respondida com agressividade, mas com outro tipo de resposta mais adaptativa, que reflita o entendimento. A empatia e a argumentação lógica são passíveis de serem compreendidas cognitivamente pela criança. É necessário que profissionais estejam cientes desses dados no momento de planificar programas de prevenção e intervenção e, também, sejam tolerantes com essas crianças, considerando características dos contextos nos quais estas se desenvolvem.

Para se ter uma visualização mais ampla acerca do fenômeno da agressividade e violência, Ortega⁵⁷ sustenta que as únicas abordagens em que isto é possível são as de natureza holística, ou seja, abordagens que façam uma compreensão deste fenômeno como resultante de múltiplos fatores, destacando-se os fatores relacionados ao contexto familiar no qual o sujeito é criado e educado, às relações interpessoais e de grupos, à escolaridade, ao contexto social comunitário, aos meios de comunicação de massa, ao desenvolvimento dos países e políticas que não atendem na medida do necessário às necessidades dos cidadãos.

Spalding⁵⁸ faz referência a um estudo de Carolina Lisboa (2002) que compara dois grupos de crianças, vítimas e não vítimas de violência doméstica, em relação a manifestações de agressividade no contexto escolar, evidenciando que crianças vítimas de violência doméstica utilizam agressões físicas como estratégia de *coping* com mais frequência do que

55 TREMBLAY, P. J. Technological Capability and Productivity Growth: an Industrialized / Industrializing Country Comparison. **Scientific Series**. Montreal, 2000.

56 KOLLER, S. H. **Violência no ambiente doméstico e na comunidade**: fatores de risco e de proteção. Porto Alegre: Artes médicas, 2004.

57 ORTEGA, R. Programas educacionais de prevenção da violência escolar na Espanha: O modelo Sevilha antiviolência escolar. In: ABRAMOVAY, M. (Org.). **Desafios e Alternativas: Violências nas Escolas**. Brasília: UNESCO/UNDP, 2003.

58 SPALDING, M. **Crianças do Asfalto**: Ficções baseadas em pesquisas acadêmicas. 1.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

as outras, o que mostra que estas crianças reproduzem a agressividade presente em sua realidade.

Uma pessoa agressiva reage aos acontecimentos, como uma prova, contenda ou disputa. Se for observar sua história de vida, é perceptível a luta desde cedo contra a exclusão, a crítica é sempre algo avassalador para esse tipo de pessoa.

Dentre os fatores sociais que interferem na agressividade, destacam-se o ambiente e a situação nas quais o indivíduo vive.⁵⁹ Sobre os fatores sociais, Kaplan, Sadock e Grebb mencionam⁶⁰ que a frustração é um mecanismo forte para incitar a agressão entre os homens, contribuindo para o crescimento dos níveis de agressividade. Normalmente crê-se que a agressividade deriva somente de uma força interna, que é algo intrínseco à pessoa, diferentemente do meio, que interfere.

Em algumas pessoas o que falta internamente é a habilidade para lidar com esse ambiente que incita a raiva, medo e a insegurança.⁶¹ Quanto aos fatores ambientais, certos fatores como poluição, ambientes ruidosos e superlotação estão relacionados à irritabilidade dos indivíduos.⁶² Já os fatores situacionais podem ser traçados pelo estímulo fisiológico aumentado, que pode ter várias fontes, como por exemplo, a participação em tarefas competitivas, exercícios vigorosos e exposição a materiais provocadores como filmes, revistas entre outros, aumentando a agressividade.⁶³

Segundo Lippelt,⁶⁴ são diversos os fatores que determinam a agressão; um deles é o incentivo, que é uma força interna da pessoa, que o motiva, estimula ou conduz para a realização de atos agressivos. Sem essa motivação, é improvável que a pessoa aja de forma agressiva. O outro fator é a inibição, que é uma característica da personalidade do indivíduo que se contrapõe à agressão. Na falta de inibições interiores,

59 PERES, M. F. T. **Homicídios, risco e vulnerabilidade**: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

60 KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; GREBB, J. A. **Compêndio de psiquiatria**: Ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 7.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

61 VIEIRA, V. C. R. A atividade física na adolescência. **Adolescência Latinoamericana**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, 2002.

62 PERES, *Op. cit.*

63 *Ibidem.*

64 LIPPELT, R. T. **Violência nas aulas de educação física**: estudo comparado entre duas escolas da rede pública do Distrito Federal. 2004, 74f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) -Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília/DF, 2004.

a pessoa provavelmente agirá sob a interferência do impulso externo, a não ser que haja outras respostas concorrentes mais fortes ou que no ambiente exista inibição externa.

O intercâmbio entre instigação e inibição auxilia a determinar se acontece ou não uma resposta agressiva e a influência na direção e na essência de qualquer atitude agressiva realizada.⁶⁵ O comportamento do indivíduo sobrevém em função não somente de características de sua personalidade, mas também de circunstâncias nas quais se encontra. São tais situações que compõem outro grupo de fatores que se deve levar em conta ao estudar o comportamento agressivo.⁶⁶

Tais fatores situacionais podem agir de modo a contribuir ou inibir a demonstração de comportamento agressivo. A presença de pessoas que aplaudem e incentivam pode colaborar para que haja a manifestação desta conduta, enquanto que a presença de um representante da lei pode inibir a manifestação da agressão.⁶⁷

Deste modo, para que aconteça uma ação agressiva, as variáveis motivacionais, instigação e as variáveis situacionais que colaboram para a demonstração de agressividade precisam ultrapassar as variáveis de inibição, a personalidade e as variáveis situacionais que se contrapõem à demonstração manifesta da agressão. Se as variáveis inibitórias ultrapassam as variáveis motivacionais, a ação agressiva não acontecerá. Contudo, se as variáveis motivacionais superam as inibições, a ação agressiva poderá manifestar-se, porém não precisamente.⁶⁸

A Agressividade e suas (inter)faces

Dentre as diversas expressões de condutas agressivas podem-se citar um olhar rude, uma palavra mais áspera, uma agressão física.⁶⁹

Operacionalmente, o comportamento agressivo é uma categoria que engloba atos que variam de acordo com manifestações típicas para cada idade, severidade e escolha do oponente.

65 *Ibidem.*

66 *Ibidem.*

67 *Ibidem.*

68 *Ibidem.*

69 CARDIA, *Op. cit.*

Dentre as várias faces que a agressividade abarca, a agressão física e psicológica são as mais frequentes. A agressão psicológica, segundo Ballone, Bartolani e Moura⁷⁰ consiste em um ato de rejeição, depreciação, discriminação, humilhação, chantagens, xingamento, desrespeito e punições exageradas. Estes autores também afirmam que, apesar deste tipo de violência não causar marcas visíveis, pode causar danos emocionais que permanecem para o resto da vida.

A agressividade é um divisor de formas de conduta ou personalidade, pois o oposto é uma pessoa que vive em lamúria ou autocomiseração. Já os agressivos têm uma precipitação de reações ou sentimentos. A sociedade amplia o conceito de agressividade, considerando que a própria sinceridade e autenticidade são resultados dela.⁷¹

Recuperemos a relação entre agressividade e violência já abordada acima. A agressividade é abordada como inerente ao ser humano, enquanto espécime de primata, e até necessária para fins de sobrevivência, enquanto a violência é manifestação mais gravosa e conflituosa do comportamento humano, procurando destruir o ser a que se dirige.

Ao discutir a relação entre agressividade e raiva, Maxwell e Moores⁷² apontam que a agressividade pode ser definida como a “disposição para se tornar agressivo ou a aceitação e/ou vontade de usar a agressão”⁷³. Por sua vez, Sukhodolsky, Golub e Cromwell⁷⁴ assinalam a raiva como “um sentimento negativo associado com avaliações cognitivas específicas, mudanças fisiológicas e tendências de ação”,⁷⁵ sendo distinguida de outro conceito ou componente frequentemente associada, a ruminação da raiva, que engloba “processos cognitivos não intencionais e recorrentes que emergem e contaminam após um episódio de raiva”.⁷⁶

70 BALLONE, G. P.; BARTOLANI I. V.; MOURA, E. C. **Violência Doméstica**. 2002. Disponível em: www.psiqweb.med.br. Acesso em: 10 jan. 2015.

71 RUTTEN, E. A.; DEKOVIC, M.; STAMS, G. J.; SCHUENGEL, C.; HOEKSMASMA, J. B.; BIESTA, G. J. On- and off-field antisocial and prosocial behavior in adolescent soccer players: a multilevel study. **Journal of adolescence**, v. 31, p. 371-387, 2009.

72 MAXWELL, J. P.; MOORES, E. The development of a short scale measuring aggressiveness and anger in competitive athletes. **Psychology of sport and exercise**, vol. 8, p. 179-93, 2007.

73 *Ibidem*, p. 182.

74 SUKHODOLSKY, D. G.; GOLUB, A.; CROMWELL, E. N. Development and validation of the anger rumination scale. **Personality and Individual Differences**, v. 31, p. 689-700, 2001.

75 *Ibidem*, p. 689.

76 *Ibidem*, p. 690.

Estudos como os de Berkowitz,⁷⁷ Conroy *et al.*,⁷⁸ Maxwell, Grant e Lipkin,⁷⁹ Buss e Perry⁸⁰ consideram que os dois fatores mais importantes como antecedentes e precursores da agressão eram a agressividade e a raiva. Com efeito, níveis elevados nestes traços ou disposições de personalidade pareciam estar associados a uma maior propensão para a agressão, não só em atletas, mas também noutras populações.

Gouveia *et al.*⁸¹ definem a agressividade como “um processo comportamental, no qual alguém ou grupo de indivíduos saem prejudicados, a partir de um ato praticado por outro grupo de indivíduos”.⁸² A agressividade pode ser entendida ainda apenas como um sentimento normal e até mesmo saudável. A raiva é um sentimento que não deve ser sufocado, a criança precisa aprender a controlá-la.

Autores como Spielberger,⁸³ Gouveia *et al.*,⁸⁴ Balbino, Miotto e Santos⁸⁵ sustentam que os instintos agressivos são saudáveis e representam adaptações do homem no meio em que vive. Estes fazem distinção entre agressão e agressividade. A primeira diz respeito a atos violentos, enquanto a segunda trata não apenas desses atos, mas também dos relacionamentos amorosos.

Outras análises sobre a agressividade e suas interfaces foram desenvolvidas por Sisto⁸⁶ e Bee.⁸⁷ Para os referidos autores há duas espécies de agressividade: uma é empregada apenas para a conquista de uma recom-

77 BERKOWITZ, L. B. **Aggression**: Its causes, consequences and control. New York: McGraw-Hill, 1993.

78 CONROY, D. E.; SILVA, J. M.; NEWCOMER, R. R.; WALKER, B. W.; JOHNSON, M. S. Personal and participatory socializers of the perceived legitimacy of aggressive behavior in sport. **Aggressive Behavior**, v. 27, p. 405-418, 2001.

79 MAXWELL, J. P.; GRANT, S.; LIPKIN, S. Further validation of the propensity for angry driving scale in British drivers. **Personality and Individual Differences**, v. 38, p. 213-224, 2005.

80 BUSS, A. H.; PERRY, M. The aggression questionnaire. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 63, p. 452-459, 1992.

81 GOUVEIA, V. V.; CHAVES, C. M. C. M.; PEREGRINO, R. R.; BRANCO, A. O. C.; GONÇALVES, M. P. Medindo a Agressão: O Questionário de Buss-Perry. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 60, n. 3, 2008.

82 *Ibidem*, p. 44.

83 SPIELBERGER, C. D. **Tensão e ansiedade**. Trad. Jamir Martins. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1992.

84 GOUVEIA *et al.*, *Op. cit.*

85 BALBINO; MIOTTO; SANTOS, *Op. cit.*

86 SISTO, F. Aceitação-rejeição para estudar e agressividade na escola. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 10, n. 1, p. 117-125, jan./abr. 2005.

87 BEE, H. **A Criança em Desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

pensa, e não busca gerar sofrimento ao outro, esse tipo de agressividade é denominada de instrumental; o outro tipo de agressividade visa causar sofrimento ao outro, podendo ser de forma verbal e/ou física, sendo esta agressividade denominada de hostil. Assim, a agressão hostil é um ato com a origem de sentimentos de raiva e pode infligir dor ou ferimento. Na agressão instrumental, não há intenção de ferir, mas o ferimento acontece como meio de atingir outro objetivo.

Em outras palavras, Bee explica que a agressividade “[...] instrumental é utilizada para conseguir algo, mas não resulta diretamente no sofrimento do outro. A agressão hostil tem como finalidade acometer diretamente uma segunda pessoa”.⁸⁸ Para o autor, quando uma criança toma um brinquedo de outra, por exemplo, a intenção é conseguir o brinquedo, e não agredir. Portanto, é uma agressividade instrumental. No segundo caso, a criança provoca com a intenção de atacar diretamente outra criança.

Adeptos do entendimento da agressão humana como comportamento aprendido com outros seres humanos sugerem dois tipos de métodos: a aprendizagem instrumental, que diz que qualquer comportamento que é reforçado e recompensado tem maior probabilidade de ocorrer no futuro; e a aprendizagem observacional ou modelação social, que é o método mais usual de aquisição de comportamentos agressivos. O modelo pode não ensinar a pessoa como ser agressiva, mas pode funcionar como desinibidor de normas que justifiquem a resposta agressiva. Vinha⁸⁹ explica que se uma criança for trabalhada de modo a não exterminar sua raiva, poderá tornar-se um centro de grandes frustrações, que mais cedo ou mais tarde explodirá.

Por fim, apresenta-se ainda um conceito elaborado por Train,⁹⁰ segundo o qual há uma forma mais “delicada” de agressividade que costuma ser rara, que é a “agressividade movida a raiva”. O autor explica que “é um estado de mobilização emocional intenso em que a criança é altamente agressiva”.⁹¹

A agressividade denominada de hostil pode se manifestar na forma física ou verbal, ou seja, a ação agressiva hostil é definida como comportamento que causa dor física ou psicológica.

88 *Ibidem*, p. 23.

89 VINHA, T.P. **Os Conflitos Interpessoais na Relação Educativa**. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Unicamp. Campinas, SP, 2004.

90 TRAIN, A. **Ajudando a criança agressiva: como lidar com crianças difíceis**. Tradução Lucia Reyli. Campinas: Papirus, 1997.

91 *Ibidem*, p. 25.

O foco da psicologia social neste assunto se dá pela análise das características psicossociais e da interação entre o agressor e a vítima. Esta define a agressão como qualquer comportamento que tem a intenção de causar danos físicos ou psicológicos em outro organismo ou objeto. Outro aspecto que merece ser destacado é que a agressão não precisa ser necessariamente física, já que há também a agressão psicológica. Outro ponto importante que não pode ser deixado de mencionar aqui é que a agressão não se limita a alvos humanos, pode ser dirigida também a objetos inanimados.⁹²

Wernke *et al.*⁹³ fazem referência à agressão simbólica, similar à agressão hostil verbal, que não envolve danos físicos, uma vez que a vítima é agredida verbalmente; e ao que eles denominam de agressão sancionada, na qual há agressão hostil física, no entanto é aquela que a sociedade julga aceitável, como por exemplo, o comportamento de um soldado que mata um inimigo na guerra.

Oportuno sublinhar que estudos comparativos entre as culturas indicam que o nível de algumas formas de agressão varia bastante e a incidência muda ao longo do tempo. Experiências realizadas em laboratório demonstram que pessoas que estão sob efeito de droga e álcool se tornam particularmente mais agressivas e que elas também são afetadas pela ação hormonal, particularmente a testosterona.

A hipótese da frustração-agressão diz que a frustração sempre leva a alguma forma de agressão e que a agressão sempre resulta da frustração. Resultados de experimentos mostraram que a frustração tende a crescer quanto maior a motivação para atingir o objetivo ou maior a proximidade do objeto desejado. Esses experimentos mostraram também que quanto maior o grau de excitação sexual dos sujeitos, maior a sua agressividade, esta dependerá de três fatores: disposições aprendidas ou hábitos da pessoa, alguma fonte de energização da excitação e a interpretação do estado de excitação.⁹⁴

A exposição subsequente a eventos negativos gera sentimentos negativos que automaticamente ativam tendências para agressão ou esforços

92 PAES, R. R.; MONTAGNER, P. C.; FERREIRA, H. B. **Pedagogia do esporte: iniciação e treinamento em Basquetebol**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

93 WERNKE, M. S. *et al.* **A educação por trás das grades: uma possibilidade de (re)inserção social**. ANPEDSUL, Londrina, 2010.

94 SANTOS, J. C. dos. **Teoria da pena: fundamentos políticos e aplicação judicial**. 21 ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2005.

para escapar da situação desagradável, se segue ou não um comportamento agressivo depende de uma série de fatores, tais como os tipos de pensamentos ativados pela situação.

A provocação direta diz que o ataque direto físico ou verbal constitui uma das maiores influências sobre o comportamento agressivo, já que a provocação tende a gerar na vítima um sentimento de reciprocidade. A obediência à autoridade nos diz que em situações agressivas nas quais os agentes se sentem como meros executores de ordens superiores, ou como um veículo para obtenção de uma meta que eles consideram justa.⁹⁵

A desindividuação é aquela que diz que em situações em que podemos agir com certo anonimato, a preocupação com a avaliação dos outros é enfraquecida. Dessa forma as pessoas ficam mais propensas a expressar agressão física e verbal. É interessante destacar aqui que a repetição sistemática de um ato agressivo pode fazer com que esse ato seja visto como não mais agressivo por quem o pratica.⁹⁶ Os autores dão seguimento falando sobre família e dizem que, em geral, crianças cujos pais adotam práticas punitivas, físicas ou verbais tendem a usar esses mesmos recursos quando interagem com outras pessoas.

Um dado que não pode ser deixado de mencionar aqui é que pesquisas realizadas mostraram que o calor e a superlotação aumentam a probabilidade de atos agressivos. O sentimento da falta de espaço e o excesso de pessoas em um ambiente desencadeiam também atos violentos.

Uma das características mais estudadas no âmbito do comportamento agressivo é o chamado padrão de comportamento tipo A. Esses indivíduos têm os seguintes traços pessoais: a) são extremamente competitivos; b) estão sempre com pressa e c) são irritadiços e hostis, além dessas existe outra característica que afeta potencialmente a agressão, é a tendenciosidade atribucional hostil, que consiste em perceber intenção hostil em outras pessoas quando não existem.⁹⁷

Os autores supracitados seguem falando sobre a mídia, esta que afeta os comportamentos, sentimentos e pensamentos relacionados à violência e à agressão. Nas crianças esse impacto se torna ainda mais forte,

95 CRUZ, J. *et al.* Stress, ansiedade e competência psicológicas nos atletas de elite e de alta competição: um estudo da sua relação e impacto no rendimento e no sucesso desportivo. **Psicologia: Teoria, Investigação e Prática**, v. 1, p. 161-192, 2010.

96 *Ibidem.*

97 RUTTEN *et al.*, *Op. cit.*

já que elas tendem a imitar os comportamentos dos modelos observados, porém esses resultados não podem ser generalizados, nem todas as crianças que assistem coisas violentas se tornarão agressivas. O impacto nos adultos tende a ser menor, já que com o passar do tempo há um progressivo amadurecimento cognitivo, mas ainda assim os adultos também são atingidos. Os autores falam que não é o conteúdo violento a causa da violência social, mas sim o que eles provocam, a excitação fisiológica.

A repetição de atos de crueldade faz com que as respostas emocionais sejam extintas, ou seja, a violência, a crueldade não mais incomodarão, a agressão na sociedade passa a ser vista de uma forma menos perturbadora e a empatia para com a vítima acaba sendo reduzida.

Encerramos nossa análise sobre a problemática agressividade e condição humana destacando que são várias as opiniões acerca da diminuição da violência. Aqueles que acreditam que ela seja inata têm visões pessimistas à ideia de controle da agressão. Na visão psicanalítica é defendida a ideia de que a catarse pode ser vista como uma das técnicas mais úteis para combater a violência.

As visões mais otimistas sobre o assunto são as que levam em conta as explicações sociopsicológicas, as quais advogam que se os fatores sociais são capazes de controlar e de fazer a manutenção dos comportamentos agressivos, se houver mudanças apropriadas, a agressão e a violência seriam reduzidas.

Alguns propõem que a punição ou ameaça de punição inibiriam os comportamentos agressivos, outros acham que a punição estimularia a agressão.

De acordo com os psicólogos sociais, se houvesse uma estimulação do sentimento de empatia entre as pessoas haveria uma prevenção quanto à violência para com o outro.

A história e a evolução do futebol

Pesquisar o esporte a partir do recorte histórico é construir um passeio por um tempo que é passado e é presente, pois, apesar de distante na cronologia, carrega em si proximidades com representações, conceitos e preconceitos, formulações teóricas, construções estéticas, políticas e ideológicas desse tempo que é hoje e que é nosso.⁹⁸

98 GOELLNER, S. V. Esporte moderno: memória e história. **Revista Digital**. Buenos Aires: ano 10, n. 77, out. 2004. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd77/>. Acesso em: 06 ago. 2014.

Guedes⁹⁹ destaca que a história do esporte tem sua origem na época dos primatas, quando o homem já praticava atividade física através das fugas de animais predadores e lutas por áreas. Essas atividades deram início ao que conhecemos hoje como esporte. Acredita-se que os gregos e os persas foram os pioneiros na prática esportiva. A prática de exercícios evoluiu com o passar dos séculos, divergindo a partir dos interesses e finalidades próprias de cada época.

Desde a Idade Antiga já se pensava no esporte como elemento importante na educação do homem. Nessa época, os gregos atribuíam um grande valor às atividades físicas e esportivas na formação física e moral de seus cidadãos. E ainda que a própria concepção de esporte tenha passado por enormes transformações durante todos esses séculos, as discussões sobre a sua relação com a educação continuam presentes.¹⁰⁰

Por volta de 3000 a.C., na China Antiga, militares praticavam um jogo com bola, num treino militar. Com o final das guerras, eram formadas duas “equipes para chutar a cabeça dos soldados inimigos”. Com o passar do tempo, a cabeça dos inimigos foi substituída por bolas de couro, cobertas com cabelo, e o objetivo era passar a bola de pé em pé sem deixá-la cair, conduzindo-a para dentro de duas estacas ligadas por fios de cera, que mais tarde passaram a ser chamadas de traves. No Japão antigo, havia um esporte semelhante ao futebol dos dias de hoje, chamado de *kemari*. Era praticado por funcionários da corte do imperador, sendo a bola produzida de fibras de bambu, tendo como regra principal a proibição do contato físico entre os jogadores. Na Grécia, no século I a.C., foi criado um jogo chamado de *episkiros*. Os soldados dividiam-se em duas equipes e jogavam em terreno retangular. Em Esparta, a bola era produzida de bexiga de boi cheia de areia. Ao dominarem a Grécia, os romanos entraram em contato com esse esporte e o assimilaram, praticando-o de forma mais violenta.¹⁰¹

Os jogos gregos antigos, praticados desde 776 a.C. até 393 d.C., respondiam a preocupações religiosas, rituais e militares próprias.¹⁰² A luta corpo

99 GUEDES, O. C. (Org.). **Atividade física**: uma abordagem multidimensional. João Pessoa: Ideia, 2003.

100 KORSKAS, P.; ROSE JUNIOR, D. de. Os Encontros e Desencontros entre Esporte e Educação: Uma Discussão Filosófico-Pedagógica. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 1, n. 1, p. 83-93, 2002.

101 SP. **História do futebol**. 2008. Disponível em: www.suapesquisa.com.br. Acesso em: 14 jun. 2013.

102 FUNARI, P. P. A. História do esporte. **Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**. Campinas, v. 8, n. 2, maio/ago. 2010.

a corpo e com espadas surgiu entre os egípcios por volta de 2.700 a.C. Na época, esse tipo de exercício tinha fins militares. As Cruzadas, organizadas pela Igreja durante os séculos XI, XII e XIII, exigiam um preparo militar que era constituído por exercícios corporais, ou seja, exercício físico. Entre as práticas, constavam alguns exercícios úteis para as guerras, tais como a luta, o manejo do arco e flecha, a escalada, corrida e saltos.¹⁰³

Na Idade Média, há registros de um esporte semelhante ao futebol, jogado com muita violência. Era praticado por militares divididos em duas equipes, atacantes e defensores, sendo permitido o uso de socos, pontapés, de rasteiras e de golpes violentos. Chegava a haver morte de jogadores durante a partida. Na Itália, esse jogo foi proibido devido à violência que era praticada, mas chegou à Inglaterra, onde foi organizado, sistematizado e ganhou regras claras e objetivas. Em 1848, em Cambridge, ficou estabelecido um código único de regras para o futebol.¹⁰⁴

O esporte surge no contexto da Revolução Industrial inglesa, no século XVIII, como passatempo, mas torna-se institucionalizado com as escolas de elite do século XIX e expande-se pelo mundo por ação do imperialismo. O esporte torna-se um meio de propaganda dos valores ocidentais, como no caso do futebol que chega aos quatro cantos do mundo em poucas décadas, entre o final do XIX e início do século XX.¹⁰⁵

Em 1863, foi criada a *Football Association* na Inglaterra, em uma reunião com representantes de 21 clubes. Regras baseadas no código de Cambridge foram implantadas, sendo eleito o primeiro presidente da Associação. Em 1871, surgiu a figura do “guarda-rede”, conhecido atualmente como goleiro, como o único jogador “que poderia colocar as mãos na bola”, devendo permanecer perto das traves e evitar a entrada da bola. Posteriormente, foi estabelecido o tempo de jogo, foi criado o pênalti como punição para faltas dentro da área e, por fim, em 1907, criou-se a regra do impedimento.¹⁰⁶

As associações de futebol da Bélgica, da Dinamarca, da Espanha, da França, da Holanda, da Suécia e da Suíça, reunidas, criaram, em 1904, a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA). Esta associação começou a expandir a sua influência pelo mundo, e em 1909 a África do

103 GUEDES, *Op. cit.*

104 SP, *Op. cit.*

105 FUNARI, *Op. cit.*

106 SP, *Op. cit.*

Sul se tornou o primeiro país não europeu a se agregar à FIFA; Chile e Argentina entraram em 1912, e Canadá e Estados Unidos, em 1913.¹⁰⁷ À proporção que mais países foram se associando à FIFA, esta criou a Copa do Mundo de Futebol, sendo um campeonato masculino, realizado a cada quatro anos.¹⁰⁸

O presidente da FIFA, na época, Jules Rimet, criou e mandou confeccionar uma taça em ouro, a qual, depois, recebeu seu nome. A taça representava uma vitória alada, que tinha sobre a cabeça um vaso em forma de copa. Na base, havia placas com o nome das seleções vencedoras. Esse troféu ficava sob a guarda do país cuja seleção fosse vencedora do campeonato, até que outros se sagraassem campeão da Copa seguinte.¹⁰⁹

A expansão do esporte moderno, um dos fenômenos sociais mais significativos dos últimos tempos, impulsionada pelas transformações sociais ocorridas no século XIX, acompanhou toda a evolução tecnológica e dos costumes do século XX e chega ao novo milênio atingindo uma dimensão ímpar pela sua abrangência dos campos político, econômico, cultural e educacional.¹¹⁰

No mundo contemporâneo, o Esporte passou a compor as estruturas neoliberais da economia de mercado, transformando-se em uma grande instituição financeira que representa os interesses das corporações transnacionais, que ditam as regras no mercado mundial.¹¹¹

Vale lembrar que a história enquanto área de produção do conhecimento pode qualificar de forma inequívoca os estudos desenvolvidos acerca do esporte moderno, visto que ao rememorar o passado pode colaborar para a compreensão do presente e, quem sabe, ajudar na projeção do futuro.¹¹²

No que diz respeito ao futebol, hoje considerado uma paixão nacional brasileira, até fins do século XIX, o esporte organizado praticamente não existia no Brasil. Só na república os esportes recebem um impulso

107 QUADRO. **História das copas do mundo de futebol**. Disponível em: www.quadrodemedalhass.com.br. Acesso em: 14 jun. 2013.

108 REVISTA DUPLIPENSAR. **Como se escolhe um país para ser sede da Copa do Mundo?** Disponível em: www.duplipensar.net. Acesso em: 14 jun. 2013.

109 CUPS. **Copa do Mundo de 1986**. História do México. 2010. Disponível em: www.planetworldcup.com/CUPS/1986/wc86stor.html. Acesso em: 14 jun. 2013.

110 KORSAKAS; ROSE JUNIOR, *Op. cit.*

111 BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1997.

112 GOELLNER, *Op. cit.*

mais forte. De acordo com Melo,¹¹³ historicamente, o esporte no Brasil costuma ser dividido nas seguintes fases:

- a) A primeira, até 1908, ano em que aparece a primeira obra editada no país sobre os esportes (o livro *Sports Athletics*, traduzido do original de E. Weber), com informações sobre atletismo, tênis, natação, hóquei, pelota basca, futebol e pólo aquático: é a fase da implantação;
- b) A segunda, com a fundação de clubes e federações, culminando com a criação da Confederação Brasileira de Desportos, em 1914, é a fase da organização;
- c) A terceira, terminando com o Decreto-Lei 3.199 de 14.04.41, que criou o Conselho Nacional de Desportos e estabeleceu bases para a organização esportiva em todo o país, é a da popularização;
- d) A quarta, em que o apoio oficial se torna efetivo e o esporte passa a ser supervisionado pelo Ministério da Educação,
- e) A quinta fase o esporte passa a ter um Ministério próprio, o Ministério da Cultura, em janeiro de 2003, até os dias atuais.

A evolução e revolução do futebol, no Brasil, datam dos primeiros anos de disputas entre times brasileiros, nos estados e entre estados, e, também, de alguns jogos internacionais. Tudo, durante uma fase de consolidação do esporte, que foi até 1914-15 do século XX. Como tantas vezes já foi dito e outras tantas escrito, depois dos primeiros anos dessa chamada consolidação começou a haver uma significativa e acentuada mudança na prática do futebol; não dentro do campo, com alterações de regras ou questões correspondentes, mas fora dele, com a tentativa de conquistar novos adeptos para esse esporte que crescia a olhos vistos.¹¹⁴

Witter¹¹⁵ descreve em seu histórico que, no início do século, foram muito importantes as ações realizadas pelos empresários, tanto de São

113 MELO, V. A. Lazer, esporte e presidiários: algumas reflexões. **Revista Digital**. Buenos Aires, ano 11, n. 106, mar. 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com>. Acesso em: 12 jan. 2015.

114 WITTER, J. S. Futebol: um fenômeno universal no séc. XX. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 161-168, jun./ago. 2003.

115 *Ibidem*.

Paulo como do Rio, que começam a fazer campos de futebol dentro de sua propriedade ou nas proximidades de suas sedes para atrair e manter operários nos seus quadros funcionais. O campo de futebol era mais um atrativo. Junto a isso, começaram também a fazer parte dos times de futebol não só os jogadores de baixa renda, mas também os negros e mulatos. A alteração que vai sendo processada, em função do futebol, é mais uma demonstração do caráter democrático do jogo, mas ainda mais o seu tom revolucionário.

Ao analisar a década de 1950 do século XX, Witter¹¹⁶ considera esta data como um divisor de águas, pois acredita que a derrota da seleção do nosso país, que aconteceu no Maracanã, pois a copa do mundo foi realizada aqui, foi a lição que todos os brasileiros precisavam e, logo depois de 1950, com o esforço de uns poucos entusiasmados esportistas e torcedores brasileiros, tudo foi sendo reformulado em termos de futebol, em especial no que se referia às seleções nacionais. Para este pesquisador, se não tivesse perdido e da forma como o foi não se teria conseguido o brilhante tricampeonato do México, em 1970. Depois, até como é natural, a espera por mais 24 anos e cinco copas para, de novo, erguer a taça. Foram tempos de novas crises internas e profundas mudanças nas práticas esportivas, no Brasil e no mundo.

Souto¹¹⁷ afirma que a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 1950 foi devido o nosso país não ter sido atingido pela Guerra, uma vez que as Copas anteriores, de 1942 e 1946, não aconteceram por causa da Segunda Guerra Mundial, que matou mais de 100 milhões de pessoas e deixou a Europa destruída. Porém, o Brasil foi campeão mundial em 1958 na Suécia, em 1962 no Chile, em 1970 no México, em 1994 nos Estados Unidos e em 2002 no Japão/Coréia. A Copa de 2014 foi realizada no Brasil.

A história do futebol no Brasil: uma síntese

O surgimento do futebol no Brasil aconteceu no final do século XIX, quando Charles Miller retornou da Inglaterra, em 1894, trazendo materiais próprios desse esporte: bolas, camisas, calções e chuteiras. Charles

116 *Ibidem*.

117 SOUTO, S. M. Construção da memória da copa de 50. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. INTERCOM. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande (MS), 2010. **Anais...** Disponível em: www.intercom.org.br/papers/nacionais. Acesso em: 14 jun. 2013.

Miller introduziu o futebol no Brasil, inicialmente no estado de São Paulo, entre os jovens da elite paulistana.

Embora o elitismo seja uma marca do nascimento do futebol no Brasil, do qual negros e mulatos eram excluídos, essa “nobre prática esportiva”, um privilégio dos membros da elite nacional, teve como “o rei do futebol” no país um negro: Edson Arantes do Nascimento, o “Pelé”.

O futebol aparece como elemento da modernidade. Como afirma Helal, “De início, logo após a atividade de missionário exercida por Charles Miller, o futebol teve como focos de irradiação o meio industrial e aristocrático ligados aos hábitos de lazer da colônia europeia”.¹¹⁸

O futebol começou a se popularizar somente nas primeiras décadas do século XX. Sua democratização e consagração como elemento da cultura nacional aconteceu nos anos 1930, quando ocorreu a profissionalização em 1933.¹¹⁹

Conforme Levine,¹²⁰ a história do futebol no Brasil pode ser dividida em cinco fases: a) primeira fase (1894-1904); b) a segunda, fase amadora (1905-1933); c) a terceira, fase do início do profissionalismo (1933-1950); e, d) a quarta, fase do reconhecimento (1950-1970) e a quinta, fase da modernização (Pós-1970).

Caldas¹²¹ define cada uma destas fases e registra que a primeira (1894-1904) foi marcada pela chegada do futebol ao país e pela criação de clubes urbanos por imigrantes europeus que aqui residiam. Ressalta a relevância do São Paulo Athletic Club por ter sido a quem Charles Miller se filiou, organizando a prática futebolística em São Paulo. Nesta fase, o futebol era praticado nos colégios da elite paulista e carioca Alfredo Gomes, Anglo-brasileiro, além de outros estados.

A segunda, fase amadora (1905-1933), tem como característica o elitismo na plateia e na composição dos times e ampla divulgação pela imprensa. Havia forte racismo, eram proibidos negros na seleção brasileira e em vários outros times de elite. Este período coincide com o futebol de fábricas, que era usado como mecanismo de diversão e disciplinamento

118 HELAL, R. **Passes e impasses**. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 38.

119 MOURA, G. A. **O Rio corre para o Maracanã**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 19.

120 LEVINE, R. O caso do futebol brasileiro. In: WITTER, J. S. (Org.). **Futebol e Cultura**. São Paulo: Convênio Imesp/Daes, 1982, p. 23.

121 CALDAS, W. **O Pontapé Inicial**: Memória do Futebol Brasileiro. São Paulo: IBRASA, 1990.

para os trabalhadores, bem como veículo publicitário importante na divulgação da imagem e prestígio das empresas.¹²²

Lopes e Faguer¹²³ caracterizam esta fase do amadorismo também pelo processo de internacionalização do futebol a partir da década de 1930, quando aconteceu o êxodo de jogadores brasileiros para o exterior antes da profissionalização no Brasil.

Na terceira, que se refere ao início do profissionalismo (1933-1950), aconteceu a regulamentação do futebol como profissional pela legislação social e trabalhista do governo de Getúlio Vargas (1930-1936).

Neste período, o futebol se torna um espetáculo de massa. Em 1941 surgiu a primeira lei regulamentadora do esporte brasileiro através do Decreto Lei n° 3.199/41, que para Lopes e Faguer¹²⁴ era praticamente uma cópia da legislação italiana. Esse decreto teve a função de estruturar os principais organismos oficiais do futebol, criar confederações, federações e associações; disciplinando o seu relacionamento com os clubes e atletas. Com o advento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, as relações entre os clubes e os atletas passam a ser reguladas.

Com o processo de profissionalização, o futebol começou a ser visto como um instrumento de emancipação social dos negros, mulatos e brancos pobres no Brasil, um espaço que viabilizaria a ascensão social, independentemente de poder econômico e do grau de escolaridade.¹²⁵

Rodrigues Filho¹²⁶ afirma que a quarta fase é a do reconhecimento (1950-1970). Neste período, o Brasil consolida seu estilo de jogar futebol, com negros e mulatos realizando o futebol-arte, que trazia a “ginga” e os improvisos, construindo a identidade nacional, tendo Leônidas, Domingos, Garrincha e Fausto como principais expressões. É nesta fase que se inicia a crescente comercialização do futebol.

122 ANTUNES, F. M. O futebol nas Fábricas. **Revista USP**. São Paulo, n 22, jun./jul./ago. São Paulo: Edusp, 1994.

123 LOPES, J. S. L.; FAGUER, J.-P. L'Invention du Style Brésilien: sport, journalism et politique au Brésil. **Actes de La Rechercheen Sciences Sociales**, École de Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, n. 103, p. 27-35, jun. 1994.

124 *Ibidem*.

125 ROSENFELD, A. **Negro, macumba e futebol**. São Paulo: Edusp/Perspectiva, 1993.

126 RODRIGUES FILHO, M. **O Negro no futebol brasileiro**. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

Lopes e Faguer,¹²⁷ sobre a mesma temática descrevem que a passagem do amadorismo para o futebol profissional é marcada pela entrada em cena de jogadores de origens populares em grandes clubes, embora houvesse muitos obstáculos, considerados quase intransponíveis, que eles tiveram de enfrentar. Os jogadores negros e mestiços são os pioneiros no que viria a ser chamado de “estilo brasileiro de jogar futebol”. Esses atletas são socialmente identificados como os criadores e a razão de ser do conhecido *futebol-arte*, uma das peculiaridades brasileiras nesse esporte.

A forma espontânea de jogar, de acordo com Rodrigues¹²⁸ advoga, é caracterizada pela astúcia, criatividade e improviso, segundo a narrativa que domina o imaginário social sobre o futebol, diferenciar-nos-ia dos países europeus. Essa técnica futebolística seria também considerada um elemento importante na construção da identidade nacional.

Lopes e Faguer¹²⁹ enfocam que em termos de regulamentação, em 1956 e 1962 foram criados o Código Brasileiro de Futebol e o Código Brasileiro Disciplinar de Futebol, mas nenhuma das duas regulamentações tratou da relação de emprego dos atletas com os clubes. Em 1964, através do Decreto n° 53.820, surgiram regras específicas para a profissão de atleta do futebol.

A quinta, conhecida como a fase da modernização acontecida após os anos de 1970, foi marcada pelo incremento significativo de recursos financeiros no futebol, a televisão já transmitia as partidas, houve um crescimento do nível salarial dos jogadores e cada vez mais um êxodo de jogadores brasileiros, especialmente, para o futebol europeu. Nesta fase foi criado o Campeonato Brasileiro de Futebol e, em 1971, foi criado o campeonato nacional, mas preservando os estaduais.

Foi em 1973 que o atleta de futebol profissional teve seu nome incluído como credor de benefícios da previdência social. A lei do passe (Lei n° 6.354/76), ou seja, a que passou a instituir o passe, o direito a férias, o estabelecimento de um determinado período de intervalo entre uma partida e outra. O uso de publicidade nas camisas dos times foi autorizado em 1982.

127 LOPES; FAGUER, *Op. cit.*

128 RODRIGUES, F. X. F. **Formação do Jogador de Futebol no Sport Club Internacional (1997-2002)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

129 LOPES; FAGUER, *Op. cit.*

Porém, entre as décadas de 1980 e 1990, o perfil socioeconômico do jogador brasileiro veio se modificando, principalmente porque começou uma proliferação de escolinhas particulares e a minimização dos campos de várzea, também conhecidos como campos de terra. Esta diminuição, de acordo com Pimenta e Ghedin,¹³⁰ foi resultante da expansão imobiliária, pois a cada dia as cidades brasileiras estavam precisando de mais e mais espaço, e o crescimento imobiliário foi se expandindo; e, o outro fator, por conseguinte, é o da modernização do futebol.

As possibilidades de mobilidade social via futebol são cada vez mais estreitas ou até impossíveis.¹³¹ A defesa da tese do futebol como instrumento de ascensão social requer um estudo empírico amplo.

O momento que marca realmente a consolidação do profissionalismo no futebol brasileiro pode ser destacado como 23 de janeiro de 1933. A luta pelo profissionalismo pode ser traduzida em lutas entre classes e grupos sociais. Antes desta data, havia o famoso “profissionalismo marrom”. Os jogadores recebiam para jogar, mas o pagamento era disfarçado para burlar as proibições e legislações vigentes.¹³² O fim do passe é resultado de um amplo movimento de transformações no futebol brasileiro, que tem como marco a criação do Clube dos Treze, a Lei Zico (Lei nº 8.672/93) e a Lei Pelé (Lei nº 9.615/98).

Neste estudo, o foco é a viabilização do futebol como ferramenta para minimizar a agressão entre os presos de uma penitenciária. Para que aconteça a minimização dessa agressividade, acredita-se que a pessoa, seja jogador ou prisioneiro, precise tornar-se social, mais tranquilo, menos agressivo.

Para se entender a produção social do jogador de futebol, busca-se em *Vigiar e Punir*, de Foucault,¹³³ quando ele faz uma elaboração de uma genealogia do direito penal racionalizado e da execução penal cientificamente humanizada. Sua análise centra-se no surgimento do regime moderno de poder, que busca o afinamento e a adaptação aos instrumentos que vigiam a identidade, os gestos, as atividades e os comportamentos cotidianos dos indivíduos. O poder é imposto por meio de processos

130 PIMENTA, S.G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor Reflexivo no Brasil**: Gênese e crítica de um conceito. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

131 *Ibidem*.

132 CALDAS, *Op. cit.*

133 FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Ed. Vozes, Petrópolis, 1987.

de aprendizagem prático-moral, contribuindo com o adestramento dos indivíduos através da socialização.

De acordo com as ideias de Bracht,¹³⁴ as instituições sociais modernas: escola, fábrica, hospital, polícia disciplinam o indivíduo, manipulam e controlam os corpos. A ordem social sustenta-se na sua capacidade de comando e direção permitida pelo conjunto de instituições e organizações administrativas. A manipulação acontece através do disciplinamento por meio das instituições sociais. O esporte moderno pode ser considerado como instituição disciplinadora dos corpos, o que nos possibilita pensar que o futebol também assume tal papel e que esta disciplina viabiliza para outros fatores melhores, tais como responsabilidade, determinação, desejo de vencer, educação, entre outros.

A análise de Foucault¹³⁵ acerca do poder preocupa-se em captá-lo em suas extremidades, capilar, ramificações, manifesto nas instituições locais e regionais, examinando sua materialização. O poder como algo que circula, funciona em cadeia e redes. O poder passa sobre os indivíduos, fazendo com que os gestos, corpos, desejos e discursos funcionem e sejam identificados como indivíduos. O indivíduo é um efeito do poder, sendo criação e veículo de transmissão.

De acordo com Rodrigues,¹³⁶ a ideia de poder como rede, micro, estendendo-se ao conjunto de esferas sociais pode ser aplicado à análise do futebol, especialmente as relações de controle social, condicionamentos físicos, técnicos e táticos, ordenamentos e hierarquia das posições. Tomando como exemplo o técnico que revela seu poder através dos esquemas, e assim, os atletas procuram sempre escutar e fazer o que o “professor” manda. Trata-se de um poder disciplinar em forma de técnicas, dispositivos, métodos de controle do corpo e dos atos dos indivíduos, almejando à docilidade e utilidade. Os treinamentos físicos, táticos e técnicos manipulam o corpo, na tentativa de alcançar o padrão ideal de jogador, resistente e habilidoso. Trata-se de colocar os jogadores “em forma”, preparados para jogar.

134 BRACHT, *Op. cit.*

135 FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

136 RODRIGUES, *Op. Cit.*

Carravetta¹³⁷ defende que a disciplina produz maneiras de agir e comportamentos, fabrica o homem necessário a determinadas funções. O poder disciplinar trabalha o corpo no sentido de torná-lo força de trabalho, capaz de proporcionar os melhores rendimentos possíveis. O jogador de futebol é uma força de trabalho produto do disciplinamento, treinamentos e do desenvolvimento de seu potencial genético. Nesta ideia, acredita-se que o trabalho realizado através do futebol é capaz de melhorar a agressividades dos detentos de uma penitenciária.

Foucault¹³⁸ descreve que a disciplina tem o poder de fabricar, desta maneira, corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina maximiza as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e minimiza essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). “[...], ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma capacidade que ela procura aumentar; e inverter por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita”.

Para Machado,¹³⁹ Foucault aponta a disciplina como obediência técnica e tática, sendo uma disciplina corporal e moral. Para este, o poder disciplinar manifesta-se das seguintes formas: (1) A disciplina é um tipo de organização do espaço. Distribui os corpos em espaços específicos e individuais, classifica-os, conforme determinadas funções. A disciplina constitui um controle do tempo. Horários marcados para as tarefas. O corpo é sujeito ao tempo, busca-se produzir com rapidez e eficácia. O que mais interessa é o desenvolvimento, e não o resultado da ação.

Nos clubes de futebol existem horários marcados para treinamentos, jogos e atividades recreativas. Tem-se o controle minucioso do corpo e de suas operações, buscando articulação entre corpo e objeto manipulado. Interessa-nos saber como se organiza o espaço entre os jogadores do SC Internacional, na distribuição de funções e o controle que o técnico tem nesse processo. (2) A vigilância como instrumento de controle social usado pelo poder disciplinar. Trata-se do controle discreto, invisível.¹⁴⁰ Este controle sem ser visto pode existir também no clube de fu-

137 CARRAVETTA, E. **O Jogador de Futebol: Técnicas, Treinamento e Rendimento**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

138 FOUCAULT, *Op. cit.*, p. 127.

139 MACHADO, S. V. **O comportamento agressivo em humanos: instrumentos de medida, diferenças sexuais & efeito de idade**. Dissertação (Mestrado) Lisboa: ISPA, 2003.

140 *Ibidem*.

tebol. Os atletas em formação reclamam que a ausência de vida normal, do excesso de trabalho, treinos de diferentes naturezas e as proibições de sair à noite constituem uma espécie de controle social.

É neste sentido que a noção de poder disciplinar de Foucault¹⁴¹ será usada para investigar o controle da agressividade dos detentos na penitenciária, pois para ele o objetivo político e econômico do poder disciplinar é tornar o corpo humano útil e dócil. O poder disciplinar não é negativo, mas positivo, ele produz o indivíduo moderno, sendo uma técnica de controle social muito eficiente desenvolvida nas sociedades modernas desde o século XIX.

Para Foucault,¹⁴² “[...] o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu”. O poder moderno ao invés de massificar, descaracterizar, individualiza e unifica. Numa massa desordenada, o poder faz o indivíduo emergir como alvo, esquadrinhado. O nascimento da prisão não é uma massificação, mas o isolamento celular, total ou parcial, inovação no sistema penitenciário. O nascimento do hospício não destruiu o específico da loucura, ele é produzido como doente mental, individualizado, com relações disciplinares de poder para cuidar do doente.

Rodrigues¹⁴³ afirma que o mundo moderno criou conhecimentos, normas, técnicas e discursos que são operadores e legitimadores do controle do corpo. Muitos destes conhecimentos encontram-se relacionados ao mundo do esporte. Este se configura como uma das esferas das sociedades contemporâneas mais importantes de organização da corporeidade.

Para este pesquisador, o esporte é um dos mais fortes vetores que potencializa o domínio do corpo. As identidades sociais modernas se constroem em torno do corpo, sendo muito presente o princípio do rendimento. Vivemos numa sociedade *esportivizada* no sentido de busca pelo aperfeiçoamento do corpo. As academias ilustram isso.

O treinamento esportivo é um dos aspectos mais relevantes do esporte moderno de competição. As metodologias e os princípios de treinamento

141 FOUCAULT, *Op. Cit.*

142 *Ibidem*, p. 183-184.

143 RODRIGUES, *Op. Cit.*

são sustentados por conhecimentos científicos, positivities e dispositivos contendo elementos que buscam melhorar o desempenho esportivo, sendo que uma das exigências/critérios é exatamente colocar o corpo sob um perfeito controle. É necessário operacionalizar o corpo, tornar possível alcançar elevada *performance* desportiva. No treinamento esportivo, o corpo aparece como um objeto passível de manipulação, adestramento e operacionalizável, comparável a uma máquina. O corpo pode ser colocado em funcionamento, para isso recebe treinamento especial. Trata-se de uma consciência mecânica do corpo no esporte. A teoria do treinamento desportivo pode assemelhar-se a outras técnicas e outros discursos sobre o corpo, tais como os cuidados com a dieta, estética.¹⁴⁴

Ao realizar uma comparação da produção social do corpo analisada à luz da sociologia de Michel Foucault, Rodrigues¹⁴⁵ defende que a partir da metade do século XVIII surgem novos interesses e conhecimentos sobre o corpo. O soldado passa a ser fabricado, treinado, tornando-se praticamente uma máquina especializada, sobre a qual se exerce controle. A partir deste momento, o soldado deixa de ser um camponês recrutado, sendo um corpo totalmente disciplinado, construído socialmente através de mecanismos disciplinares (positivities):

[...] o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi ‘expulso o camponês’ e lhe foi dada a ‘fisionomia de soldado’.¹⁴⁶

Rodrigues¹⁴⁷ defende que isto nos permite fazer uma analogia com o jogador de futebol no Brasil. Para ele, a figura do jogador-operário desaparece com o processo de profissionalização, momento em que foram

144 *Ibidem.*

145 *Ibidem.*

146 FOUCAULT, *Op. cit.*, p. 25,

147 RODRIGUES, *Op. Cit.*

exigidos mecanismos específicos e um processo de produção do jogador, um corpo útil ao futebol, um profissional.

Castro¹⁴⁸ afirma que um exemplo clássico de jogador-operário é Garrincha. Começou sua carreira futebolística no time Sport Club Pau Grande em 1949, time organizado pelos operários da tecelagem Cia. América Fabril de Paul Grande, no Rio de Janeiro. Além de receber o salário como operário, recebia presentes e gratificações como segundo salário.

Em relação à analogia da produção do corpo do soldado e do jogador de futebol modernos, Rodrigues,¹⁴⁹ utilizando as ideias de Bourdieu,¹⁵⁰ afirma que é possível se pensar que, em ambos os casos, trata-se de um processo de profissionalização. Pode ainda ser entendida à luz do conceito de campo como autonomização dos respectivos campos: segurança/policial e esportivo/futebolístico.

Na sociedade contemporânea se produz um corpo conforme a necessidade, buscando atingir o máximo de rendimento, tornar o corpo útil. Isso serve para pensar o futebol também dentro da penitenciária. Com o advento do futebol profissional, o jogador deixa de ser o operário-jogador, sendo agora uma fabricação das escolinhas, dos clubes, disciplinado, alvo de controle, disciplina e poder.

No futebol, a vigilância classifica o atleta, seu ritmo de jogo, rendimento e sua capacidade de suportar os esforços nos treinamentos. É essa vigilância, essa disciplina que produz o jogador de futebol moderno nos clubes. Isso nos permite entender o futebol como instituição disciplinadora, capaz de disciplinar até o sentimento, o da agressão.

Quem não compreende a regra do jogo, fora dele, no campo ou nas arquibancadas, arrisca-se a ser considerado sem noção, no nosso país. É que qualquer criança já sabe alguma das regras de um jogo de futebol. E não tem desculpas, qualquer um pode compreendê-la. Nos dias atuais, não existe argumentos que “sou mulher e não sei nada de futebol” ou “os intelectuais não se interessam por futebol”. O futebol é capaz de motivar as pessoas a ter opiniões, mas quem não tem nenhum interesse pelo futebol, ainda assim é capaz de manifestar uma opinião sobre o assunto. Qualquer pessoa que possa ter ouvido uma discussão sobre futebol co-

148 CASTRO, *Op. cit.*

149 RODRIGUES, *Op. cit.*

150 BOURDIEU, P. Programa para Uma Sociologia do Esporte. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

nhece o caráter efêmero das opiniões, às vezes coerentes, às vezes não, em relação ao que aconteceu ou acontece.

É possível observar que o futebol é um jogo com autoridade. Fora do campo, várias autoridades perdem a legitimidade devido às estruturas não democráticas dos clubes e organizações, mas no campo também há autoridades, como por exemplo, o jogador com mais experiência, que sabe fazer uma leitura diferenciada e é capaz de mudar o rumo do jogo, ou o treinador, que se entrega totalmente ao jogo. O árbitro é a única autoridade que chega com autonomia, e nele está a esperança de que tudo aconteça regularmente durante os noventa minutos. Ao contrário da sociedade, o futebol é um jogo com regras, e não um contato social obrigatório regido por leis.

Contudo, é um local em que muitas faltas acontecem, e um jogo falto compromete o seu sucesso. Os torcedores e o árbitro, normalmente, têm uma relação complicada, pois aqueles se sentem no poder de julgar este, e quando a ira do povo entra em efervescência, tornam-se agressivos, com palavras de baixo calão ou com acusações de que o árbitro foi “vendido”, quando o torcedor discorda repetidamente das decisões dele. E é assim até hoje, com vários escândalos nas arbitragens.

Sabe-se que é democrática a crítica ao árbitro. Enquanto instrumento de crítica, a prova do “erro” pode ser analisada no registro de um vídeo, mas não é a verdade válida e absoluta. O vídeo pode ajudar a esclarecer se houve realmente alguma regra não cumprida ou se a bola ultrapassou a linha de gol. As possibilidades técnicas de esclarecimento precisam ser aproveitadas pelo futebol profissional com sensibilidade. Na opinião de muitos torcedores, a derrota do seu time preferido surge sempre por culpa dos árbitros supostamente corruptos e nunca em resultado da escolha, seja da equipe ou do técnico, por uma tática errada.

O futebol-espetáculo orientado para o público transformou-se, na última década do século XX, em um componente da indústria de entretenimento, marcando igualmente a imagem do jogo. Os grandes torneios, como os campeonatos do mundo, que podiam ser acompanhados pela televisão aberta, aceleraram a globalização do futebol, no melhor sentido. As crianças de todo o mundo sabem quem são os melhores jogadores e querem ser como eles.

O futebol globalizado abre uma possibilidade utópica ao produzir um luxo no qual as massas podem participar. Nele surge a abundância,

no entanto, no futebol profissional, a expansão ilimitada do princípio do lucro que não respeita as circunstâncias específicas de desenvolvimento ameaça ao mesmo tempo a produção e o consumo. A migração mundial de jogadores de futebol melhora para eles as possibilidades futebolísticas imanentes numa escala até aqui desconhecida, mas um movimento internacional sem medidas desgasta os jogadores e a sua atratividade num prazo cada vez menor. Desta maneira, acredita-se que a principal ameaça para o futebol vem da estupidez dos seus fazedores, que não veem a economia como fundamento racional para um bom jogo, mas que tanto a menosprezam como a tomam por principal objetivo do jogo.

O Sistema penitenciário no Brasil e a educação no sistema penitenciário

A educação é um direito humano, e como tal, extensível a todas as pessoas, sem qualquer distinção. O cometimento de um crime não é suficiente para extirpar a humana condição, de forma que o aprisionamento de um sujeito não o descaracteriza como ser humano, permanecendo ele, titular dos direitos daí decorrentes. Nesse contexto o presente tópico buscou tratar sobre a educação no sistema penitenciário, contextualização primordial para a compreensão da prática de ressocialização atualmente adotada no sistema penitenciário brasileiro.

Sistemas penitenciários

Batistela e Amaral,¹⁵¹ em seu artigo intitulado “*Breve Histórico do Sistema Penitenciário*”, discorrem sobre esta temática iniciando pela antiguidade clássica (Grécia e Roma), posteriormente a Idade Média e a Idade Moderna, na sequência, foi analisada a questão do sistema penitenciário brasileiro desde o período colonial aos dias atuais.

Na antiguidade clássica, especificamente na Grécia, o Direito Penal Grego era fundamentado na obra de Platão e Aristóteles. Em sua obra *Georgias*, Platão mostrou que a pena tinha um caráter expiatório, cujo castigo era a retribuição ao mal cometido. Aristóteles, em sua obra *Política*, apresenta a pena como caráter intimidatório, porque o castigo além de intimidar o réu para que não voltasse a cometer delitos, devia

151 BATISTELA; AMARAL, *Op. cit.*

também servir de exemplo para os demais, que por ventura estivessem prestes a cometer um crime. Ambos trouxeram ao debate a razão e fundamento do direito de punir e a finalidade da pena, porém sem Ciência do Direito. A pena alcançou seu fundamento civil, tornando-se pública, distinguindo-se o que defendia um bem do Estado, da Religião ou particular, reservando-se para o primeiro o máximo rigor penal.

Em Roma, o Direito Penal Romano foi sendo construído desde 509 a.C., quando ocorreu a separação entre a religião e o Estado, com a implantação da República, o que provocou o surgimento de duas espécies de crime: o *perduellio*, que se apresentava como um negócio do Estado por se constituir em fato contra a existência e a segurança da cidade, sendo punido com pena pública; e o *parricidium*, sendo a morte dada a um *pater*. São os crimes públicos, que se distinguem dos *delicta privata*, cuja repressão fica entregue à iniciativa do ofendido junto à justiça civil, para reconhecimento do seu direito à composição. Para os crimes públicos, a pena era severa, geralmente a capital ou o banimento. Os romanos foram considerados grandes juristas que, entretanto, não cuidavam da doutrina sistemática de conceitos fundamentais porque seu direito era uma prática do justo em relação a fatos cotidianos.

Para os romanos, a pena criminal, passado o período primitivo, revestia-se de uma função retributiva, de exemplaridade e, também, de prevenção. Também cabe assinalar que o Direito Penal romano atingiu um grau técnico-jurídico de elaboração suficiente para distinguir o elemento subjetivo da infração (dolo ou culpa) do fato puramente material. Surgem daí as noções de crimes dolosos (intencional) e culposos (não intencional).¹⁵²

Na Idade Média, o Direito Penal foi caracterizado por sua crueldade, o juiz era dotado de plenos poderes, podendo aplicar penas que não estavam previstas na lei, não havendo observância do princípio da legalidade e nem garantia da integridade física do condenado ou investigado, assim, as pessoas viviam situações de extrema insegurança.

De acordo com Horta,¹⁵³ as leis bárbaras caracterizavam-se pela composição, onde as tarifas eram estabelecidas conforme a qualidade

152 ROSA, G. A. **História e as Ideias do Direito Penal**. 2006. Disponível em: <http://www.zemoleza.com.br/carreiras/27055-a-historia-e-as-ideias-do-direito-penal.html>. Acesso em: 10 jul. 2012.

153 HORTA, A. C. C. **Evolução Histórica do Direito Penal e Escolas Penais**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-historica-do-direito-penal-e-as-escolas-penais/8693/#ixzz203IKpvoN>. Acesso em: 15 jun. 2014.

da pessoa, o sexo, idade, local e espécie da ofensa. Para aqueles que não pudessem pagar eram atribuídas as penas corporais.

Nesta época, surgiram dois tipos de prisões: a prisão do Estado, com a modalidade de prisão-custódia, utilizada no caso em que o delinquente estava à espera de sua condenação, para os casos de prisão perpétua ou temporal, ou até receber o perdão e a prisão eclesiástica, destinada aos clérigos rebeldes, que ficavam trancados nos mosteiros, dentro de um aposento subterrâneo, para que, por meio de penitência e meditação, se arrependessem do mal causado e obtivessem a correção.

No caso da prisão canônica, percebe-se que esta se destinava à internação com fins de penitência e meditação. A principal pena aplicada era a “*detrusio in monasterium* e consistia na reclusão em um mosteiro de sacerdotes e religiosos infratores das normas eclesiásticas”;¹⁵⁴ já os hereges eram punidos com a prisão denominada *muruslargus*.

Com a evolução cultural e social, chegou-se à contemporaneidade, quando se vivia sob o império das leis e todos eram igualmente subordinados aos ditames legais, tendo o Estado-Juiz a atribuição de processar e julgar os criminosos e, ao fim, provada a sua culpa, de executar a pena a ele imposta.¹⁵⁵

Durante os séculos XVI e XVII, a pobreza se abate e se estende por toda a Europa, o que contribuiu para o aumento da criminalidade: os distúrbios religiosos, as guerras, as expedições militares, as devastações de países, a extensão dos núcleos urbanos, a crise das formas feudais e da economia agrícola etc.¹⁵⁶ Tais fatos aconteceram em virtude do momento histórico vivido por aquela sociedade: a peste bubônica, a Guerra de Cem Anos e a Fome assolavam a Europa.

Na Idade Moderna, em meados do século XVI, ante tanta delinquência, a pena de morte deixou de ser uma solução adequada. Surgiu um importante movimento para desenvolver as penas privativas de liberdade: a criação de prisões para correção dos condenados. Em 1556 e 1557 surgiu em Amsterdam, na Holanda, casas de correção para ho-

154 BITENCOURT, C. R. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 10.

155 CRUZ, R. A.; NETO, F. A. Finalidade da Pena – Uma Discussão acerca das teorias penalizadoras. **Revista Jurídica Orbis**. vol. 1, n. 1, 2010.

156 MAGNABOSCO, D. **Sistema penitenciário brasileiro: aspectos sociológicos**. Jus Navigandi, Teresina, ano 3, n. 27, dez. 1998. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/1010>. Acesso em: 15 jun. 2014.

mens e mulheres, que serviu de modelo para adoção em vários países europeus, devido ao êxito destes modelos.

Outro fato importante a ser mencionado na era moderna foi a mudança da prisão-custódia para prisão-pena, cuja motivação foi econômica. O Estado tinha a necessidade de possuir um instrumento que permitisse a submissão do delinquente ao capitalismo. A suposta finalidade das instituições consistia na reforma dos delinquentes por meio do trabalho e da disciplina. Tinham objetivos relacionados com a prevenção geral, já que pretendia desestimular a outros da vadiagem e da ociosidade.¹⁵⁷

A Inglaterra criou as chamadas *workhouses* no intuito de combater a exclusão social, através da canalização da força de trabalho ociosa, disciplinando os camponeses expropriados, os mendigos e demais classes excluídas, com o intuito de transformá-los em trabalhadores assalariados.

Na Holanda, de igual forma, criaram-se as chamadas *rasphuis*, instituições que tinham como objetivo o combate às delinquências de pequeno porte e demonstravam o surgimento da pena privativa de liberdade moderna,¹⁵⁸ visto que determinava o trabalho obrigatório como método pedagógico para reconstruir o *homo economicus*.¹⁵⁹

Com isso, a privação da liberdade do indivíduo gerou o surgimento de estabelecimentos organizados, como as casas de detenção e as penitenciárias. Esta população carcerária deu origem ao denominado sistema penitenciário.¹⁶⁰ Nos Estados Unidos, em fins do século XVIII e início do XIX, conjuntamente com as transformações da sociedade americana e europeia, a partir da revolução industrial, o sistema penitenciário e as formas de reclusão dos criminosos passaram a ser discutidas intensamente, surgindo importantes sistemas: o Celular Pensilvânico ou Filadélfico e o Sistema Auburniano.

Estas modalidades de sistemas prisionais modernos, por sua vez, nasceram em países industrializados, contudo, acabaram por exercer forte influência sobre todo o mundo do ocidente. No caso do Brasil, a realidade não foi diferente, fato este comprovado pelo artigo 33, §2º do Código Penal de 1940, que sofreu modificação pela Lei 7.209/84, que estabeleceu a forma progressiva na execução das penas privativas de liberdade.¹⁶¹

157 BITENCOURT, *Op. cit.*

158 *Ibidem.*

159 SANTOS, *Op. cit.*

160 MAGNABOSCO, *Op. cit.*

161 HORTA, *Op. cit.*

O modelo prisional Pensilvânico ou Filadélfico foi adotado no presídio da cidade de Filadélfia, nos Estados Unidos, em 1790, por William Penn. A característica principal deste regime se pautava na reclusão total do preso, ou seja, o cumprimento da pena isolado de todas as pessoas durante todo o período de sua condenação.¹⁶² Este sistema foi muito criticado porque era retirada do ser humano uma necessidade humana: a de se comunicar.

O Sistema Auburniano, que prevaleceu nos Estados Unidos, surgiu em Auburn em 1818, também chamado de Silent System. A diferença marcante deste sistema para o pensilvânico foi a adoção do trabalho como objeto regenerador do indivíduo. Neste sistema, o isolamento era noturno, o trabalho era inicialmente realizado nas suas próprias celas e, posteriormente, em tarefas grupais, durante o dia, isso tudo em absoluto silêncio, sendo proibido visitas, lazer e prática de exercícios.

Segundo Foucault,¹⁶³ a prisão de Auburn deveria ser um

[...] microcosmo de uma sociedade perfeita onde os indivíduos estão isolados em sua existência moral, mas onde sua reunião se efetua num enquadramento hierárquico estrito, sem relacionamento lateral, só se podendo fazer comunicação no sentido vertical. [...] A coação é assegurada por meios materiais, mas, sobretudo por uma regra que se tem que aprender a respeitar e é garantida por uma vigilância e punições.

O capitão da Armada Inglesa, Alexander Maconochie, introduziu na Ilha de Norfolk o Mark System (sistema de marcas), sob o qual os condenados tinham em seus prontuários marcas que poderiam ser positivas ou negativas conforme seu comportamento em razão do trabalho ou conduta disciplinar. Importante ressaltar que foi a partir do aparecimento do sistema progressivo, complementado por Alexander Maconochie, que o sistema penitenciário passou por grandes modificações, trazendo consigo alterações fundamentais que lhe permitiram sobreviver até agora.

162 SÁ, G. R. **A prisão dos excluídos**: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade. Rio de Janeiro: Diadorin, 1996.

163 FOUCAULT, *Op. cit.*, p. 199.

Sistema penitenciário no Brasil

O sistema penitenciário brasileiro data da época do Brasil Colônia, quando se encontram registros de códigos de legislação nas ordenações coloniais, dentre elas destacam-se as Ordenações Afonsinas, as Ordenações Manuelinas, e as Ordenações Filipinas, sendo esta última a mais longa das ordenações, vigorando do tempo colonial até os primeiros anos do Império. Essas ordenações foram marcantes pela exorbitância das penas, que alcançavam com extremo rigor fatos às vezes insignificantes; pela desigualdade de tratamento entre os infratores; pela confusão entre direito, moral e religião, e por muitos outros vícios.¹⁶⁴

As execuções efetivaram-se na forca, na fogueira e, em alguns casos, ocorria a amputação dos braços ou das mãos do condenado. Essas penas ficaram reservadas para os casos de homicídio, latrocínio e insurreição de escravos, configurando uma mudança importante, pois no antigo regime, a pena de morte era prevista para mais de setenta infrações.¹⁶⁵

Com a independência e a Carta Constitucional de 1824, veio a necessidade de se substituir a legislação do Reino. O espírito que dominou o Código Criminal do Império estava antecipado na Constituição de 1824, cujas características mais importantes eram: a) a exclusão da pena de morte para os crimes políticos; b) a imprescritibilidade das penas; c) a reparação do dano causado pelo delito; d) ser considerado agravante o ajuste prévio entre duas ou mais pessoas, para a prática do crime; e) a responsabilidade sucessiva nos crimes de imprensa.¹⁶⁶

Este código estabelecia as relações do conjunto da sociedade, cuidando dos proprietários de escravos, da “plebe” e dos cativos. Estabelecia três tipos de crimes: os públicos, entendidos como aqueles contra a ordem política instituída, o Império e o imperador, dependendo da abrangência seriam chamadas de revoltas, rebeliões ou insurreições; os crimes particulares, praticados contra a propriedade ou contra o indivíduo e, ainda, os policiais, contra a civilidade e os bons costumes. Nestes últimos incluíam-se os vadios, os capoeiras, as sociedades secretas e a prostituição.¹⁶⁷

164 HORTA, *Op. cit.*

165 GUEDES, *Op. cit.*

166 CUPS, *Op. cit.*

167 CALDAS, *Op. cit.*

Em todos os casos o governo imperial poderia agir aplicando as penas que continham no código, como, por exemplo, prisão perpétua ou temporária, com ou sem trabalhos forçados, banimento ou condenação à morte.

Esse código transformou-se em lei, a 16 de dezembro de 1830, sendo o primeiro Código Penal autônomo da América Latina. O seu art. 179 reuniu de forma completa a enumeração dos direitos e garantias individuais. Pelo que este preceito consignou, podia-se vislumbrar uma nova orientação do Código Criminal.

Depois do Código Criminal de 1830, adveio o Código de Processo de 1832, também imbuído do espírito liberal, sendo este estatuto de suma importância para a legislação brasileira, porque constituiu, até o fim de 1941, já no Brasil República, a sua lei processual em matéria repressiva.

Vale ressaltar que já na Proclamação da República em 1889, intensificou-se a necessidade de se promover reforma na legislação criminal, devido à não aplicação à realidade vivida. Assim, por decreto do Ministro da Justiça Campos Sales, em 11 de outubro de 1890 foi aprovado o novo código penal brasileiro, porém com inúmeros defeitos técnicos e dificuldade de aplicação. A correção foi inspirada no Código Italiano, de 1930, e no Código Suíço, de 1937, sendo sancionado apenas em 07 de dezembro de 1940, entrando em vigor em primeiro de janeiro de 1942.¹⁶⁸

Embora elaborado durante um regime ditatorial, o Código Penal unificou fundamentalmente as bases de um direito punitivo democrático e liberal. Na parte geral do Código, temos por base o princípio da reserva legal; o sistema de duplo binário; a pluralidade de penas privativas da liberdade; a exigência do início da execução para a configuração da tentativa; o sistema progressivo para o cumprimento da pena privativa de liberdade; a suspensão condicional da pena e o livramento condicional. Na parte especial, dividida em onze títulos, a matéria se inicia pelos crimes contra a pessoa, terminando pelos crimes contra a administração pública. Não há mais pena de morte e nem de prisão perpétua, e o máximo da pena privativa de liberdade é de 30 anos.¹⁶⁹

Em 1961, o governo decidiu fazer uma reforma na legislação criminal e solicitou a Nelson Hungria, mestre de Direito Penal Brasileiro, para que a fizesse. Modificou-se a parte geral, tendo como ponto mar-

168 RODRIGUES FILHO, *Op. cit.*

169 ANTUNES, *Op. cit.*

cante o abandono do sistema do duplo binário (medidas de segurança detentivas para imputáveis), adotando o sistema vicariante (pena ou medida de segurança), nos casos em que o agente é semi-imputável.¹⁷⁰

Juntamente com a nova Parte Geral do Código Penal, foi promulgada a Lei de Execução Penal, Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, que fundamenta atualmente o sistema penitenciário brasileiro. Importante destacar que os art. 82 a 86 da Lei de Execução Penal (LEP) tratam das disposições gerais sobre o estabelecimento penitenciário. O art. 82 prevê diferentes tipos de estabelecimentos penais, os quais se destinam à execução da pena privativa de liberdade; à execução da medida de segurança; à custódia do preso provisório e aos cuidados do egresso. A LEP atendeu ao princípio da classificação penitenciária, que é prevista na Constituição Federal, art. 5º, inciso XLVIII.¹⁷¹

O art. 83 prevê para o estabelecimento penitenciário dependências com áreas de serviços para as atividades do tratamento reeducativo, sobrepondo-se às imposições de segurança. Importante elencar como no Brasil são conceituados e classificados os Estabelecimentos Penais, para tal, nos embasamos no Manual de Tratamento Penitenciário Integrado para o Sistema Penitenciário Federal,¹⁷² que explicita:

- a) Estabelecimentos Penais: todos aqueles utilizados pela Justiça com a finalidade de alojar pessoas presas, quer provisórios quer condenados, ou ainda aqueles que estejam submetidos à medida de segurança;
- b) Estabelecimentos para Idosos: estabelecimentos penais próprios, ou seções ou módulos autônomos, incorporados ou anexos a estabelecimentos para adultos, destinados a abrigar pessoas presas que tenham no mínimo 60 anos de idade ao ingressarem ou os que completem essa idade durante o tempo de privação de liberdade;

170 SISTO, *Op. cit.*

171 *Ibidem.*

172 BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional, Diretoria do Sistema Penitenciário Federal. Projeto BRA 05/038. Modernização do Sistema Penitenciário Nacional. **Manual de Tratamento Penitenciário Integrado para o Sistema Penitenciário Federal**: gestão compartilhada e individual da pena. 2011. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/pages/mjd574e9ceitemidc37b2ae94c6840068b1624d28407509cptbrnn.htm>. Acesso em: 31 maio 2012.

- c) Cadeias Públicas: estabelecimentos penais destinados ao recolhimento de pessoas presas em caráter provisório, sempre de segurança máxima;
- d) Penitenciárias: estabelecimentos penais destinados ao recolhimento de pessoas presas com condenação à pena privativa de liberdade em regime fechado;
 - d.1) Penitenciárias de Segurança Máxima Especial: estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas com condenação em regime fechado, dotados exclusivamente de celas individuais;
 - d.2) Penitenciárias de Segurança Média ou Máxima: estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas com condenação em regime fechado, dotados de celas individuais e coletivas;
- e) Colônias Agrícolas, Industriais ou Similares: estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas que cumprem pena em regime semi-aberto;
- f) Casas do Albergado: estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas que cumprem pena privativa de liberdade em regime aberto, ou pena de limitação de fins de semana;
- g) Centros de Observação Criminológica: estabelecimentos penais de regime fechado e de segurança máxima onde devem ser realizados os exames gerais e criminológicos, cujos resultados serão encaminhados às Comissões Técnicas de Classificação, as quais indicarão o tipo de estabelecimento e o tratamento adequado para cada pessoa presa;
- h) Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico: estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas submetidas a medida de segurança.

Os estabelecimentos penais têm por finalidade promover “a execução administrativa das medidas restritivas de liberdade dos presos, provisórios ou condenados, cuja inclusão se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio preso”, podendo também abrigar presos, provisórios ou condenados, sujeitos ao regime disciplinar diferenciado.

Sobre os Estabelecimentos Penitenciários Federais, de acordo com o Ministério da Justiça,¹⁷³ a construção de presídios federais obedece a uma determinação da Lei de Execução Penal, de 1984. Para a criação do Sistema Penitenciário Federal, se prevê a construção de Penitenciárias de Segurança Máxima Especial, Campo Grande (MS), Catanduvas (PR), Mossoró (RN), Porto Velho (RO), cada unidade com capacidade para abrigar 208 presos em celas individuais.

As penitenciárias federais abrigam criminosos de alta periculosidade, que comprometem a segurança do presídio ou possam ser vítimas de atentados dentro dos presídios. O objetivo do governo é, ao mesmo tempo, garantir um isolamento maior dos chefes do crime organizado e aliviar a tensão no sistema carcerário estadual. Livre dos indivíduos mais perigosos, o poder local poderá dar maior atenção à recuperação do restante da população carcerária, bem como da reinserção social do preso depois do cumprimento da pena.

No que se refere aos Estabelecimentos Penitenciários do Estado do Ceará, o Sistema Penitenciário é gerido pelo setor denominado Coordenadoria do Sistema Penal (COSIPE), vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS). A SEJUS está regulamentada pelo Decreto nº 27.385, de 02 de março de 2004. A estrutura organizacional da SEJUS/CE está definida pelo decreto nº 27.057, de 22 de maio de 2003.

O estado do Ceará possui 143 estabelecimentos, divididos da seguinte maneira: 08 penitenciárias, 02 Colônias Agrícola, Industrial ou Similar, 02 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e 131 Cadeias Públicas.¹⁷⁴

De acordo com a fonte acima citada, no organograma da SEJUS/CE existiam em 2012 apenas uma Casa do Albergado, em Fortaleza, funcionando de forma precária para assinatura de presos em regime semiaberto e aberto no referido setor. O Estado também dispunha de outra casa do albergado, porém sob a gestão do Tribunal de Justiça, localizada na cidade de Sobral. Em Fortaleza, existiam em 2012 230 homens e 9 mulheres em regime aberto atendidos na Casa de Albergados. Os egressos do sistema não são atendidos pelas casas de albergado. Os egressos são acompanhados pela Vara de Execuções Criminais de cada jurisdição e pelo Núcleo de Assistência aos presidiários e Apoio ao Egresso.

173 *Ibidem.*

174 SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <http://www.sejus.ce.gov.br/>. Acesso em: 05 jul. 2012.

No estado do Ceará existem três estabelecimentos penais terceirizados: Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II, Penitenciária Industrial e Regional do Cariri e Penitenciária Industrial e Regional de Sobral. Nestas unidades estavam custodiados 1.706 em 2012, com custo médio mensal, para cada preso, de R\$ 950,00. Os presídios terceirizados recebiam repasses de custeio de manutenção da Secretaria da Justiça e Cidadania. Em janeiro de 2008, havia 3.124 presos na faixa etária de 18 a 24 anos no sistema penitenciário do Ceará dividido da seguinte maneira: o Masculino: 3.058 presos o Feminino: 66 presas.¹⁷⁵

O estado do Ceará, a exemplo de todos os demais estados da União, passa por problema deveras preocupante no tocante ao aumento desproporcional da população carcerária em relação à disponibilidade de Estabelecimentos Penais. Exemplo dessa desproporcionalidade encontra-se estampado no Relatório do DEPEN em que, até o primeiro semestre de 2010, dava conta que em todo o Sistema Penitenciário do estado encontravam-se encarcerados quase 15 mil homens e mulheres, registrando um *déficit* de pouco mais de cinco mil vagas nos 149 estabelecimentos penais espalhados pelo Ceará. O mais preocupante é que o crescimento da população carcerária se dá de forma vertiginosa, considerando um aumento de 4,3% dessa população em relação a 2009.¹⁷⁶

As previsões de aumento nos números de encarcerados divulgados pelo DEPEN são inevitáveis, considerando o aumento do índice de criminalidade, que, indubitavelmente, refletirá no aumento dos presos no estado e o aumento dos problemas de superlotação e as consequências inevitáveis, relacionadas à precariedade na saúde, alimentação, higiene, entre outros fatores.¹⁷⁷

Segundo Mameluque,¹⁷⁸ no Brasil as prisões podem ser consideradas como um dos piores lugares em que o ser humano pode viver. Elas estão abarrotadas, sem condições dignas de vida, e menos ainda de aprendizado para o preso. Os detentos por essas condições se sentem muitas vezes desestimulados a se recuperarem e sem estima para a vida quando de sua

175 *Ibidem*.

176 BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Sistema prisional. **Dados consolidados da população carcerária do Ceará**. 2011. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/pages/mjd574e9ceitemidc37b2ae94c6840068b1624d28407509cptbrnn.htm>. Acesso em: 31 maio 2012.

177 *Ibidem*.

178 MAMELUQUE, L. **Privatização, modernismo e ideologia**. São Paulo: RT, 2006.

volta à sociedade, dessa maneira, quando a ela retornam, continuam a praticar os diversos tipos de crimes.

Diante da precariedade do sistema penitenciário, tendo em vista o crescimento da população carcerária em todo o País e o consequente aumento dos conflitos gerados pelas condições precárias de vida nas superlotadas prisões, torna-se relevante estabelecer programas que possam agenciar produtivamente as forças desses homens em direção ao seu desenvolvimento como cidadãos.¹⁷⁹

A Educação no sistema penitenciário

Maeyer¹⁸⁰ produziu um estudo intitulado “*A Educação na prisão não é uma mera realidade*”. Neste, a estudiosa afirma que é impossível ser apresentado um quadro, mesmo geral, da educação na prisão no mundo, uma vez que as prisões são diferenciadas em cada cidade, em cada país, em cada continente, nas democracias, nos regimes autoritários ou ainda nos países em que a autoridade do Estado praticamente não existe mais.

Silveira,¹⁸¹ ao referir sobre a demanda por educação na prisão, afirma que esta é paradoxal, uma vez que ela vem frequentemente da administração que tendo, sem dúvida, medo do ócio, realiza atividades que permitirão aos detentos suportar o menos mal possível a perda de sua liberdade. Competições esportivas e recreativas, a religião, possibilidades de trabalho em oficinas, formações profissionais e cursos às vezes são oferecidos aos detentos, mas isso depende dos países e dos continentes. Além do bem-estar físico, social e intelectual que essas iniciativas devem trazer, elas são destinadas, sobretudo, a manter a calma no interior da instituição.

A natureza (humana) aterrorizada pelo ócio

Corazza,¹⁸² buscando o resgate do início da história da educação no sistema carcerário, reflete a história da educação na sociedade. Assim, a

179 *Ibidem*.

180 MAEYER, M. A Educação na prisão não é uma mera realidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 33-49, jan./mar. 2013.

181 SILVEIRA, M. H. P. **Educação e Trabalho no Sistema Prisional**: Por quê e para quê educar os maus? Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, 2013.

182 CORAZZA, S. M. **Educação da diferença**. Palestra no 7º Colóquio CLACSO – Anped: A colonialidade do saber e o sentido da escola na América Latina, na mesa A escola e as políticas da diferença: perspectivas pós-coloniais. 01 de outubro de 2011, Caxambu, Minas Gerais.

educação burguesa tem como suporte uma Pedagogia muito colada à moral religiosa. Os educadores acreditavam que eles também eram pastores de almas, tutores do disciplinamento dos corpos, das atitudes, do caráter, da inteligência, da sexualidade e da moral. De acordo com Silveira,¹⁸³ esta concepção educativa teve no Sistema Penal um campo privilegiado para a difusão de regras que acreditavam contribuir para a redenção do interno. Os educadores eram ainda simples mediadores, ou seja, neutros transmissores e iluminados que orientavam as almas e corpos.

Maeyer¹⁸⁴ traça o perfil dos detentos e registra que a maior parte deles é constituída por pobres, com um nível educacional muito baixo, que jamais conheceram a escola ou, quando conheceram, sua experiência frequentemente terminou em fracasso; muitos detentos são jovens ainda e, em numerosos países, os migrantes (econômicos) constituem uma parte importante da população carcerária.

Contudo, apesar da intimidação, ainda nos dias de hoje, é necessário estimular o preso a emendar-se e a estratégia é humanizar o processo de execução penal, pois: “o condenado continua sendo uma pessoa, cujo *status* é de condenado [...] que conserva todos os direitos reconhecidos aos cidadãos pelas normas jurídicas vigentes [...]”.¹⁸⁵

Independentemente de todas as críticas, em obediências às Regras Mínimas de tratamento do preso, que foram estabelecidas pela ONU (Organização das Nações Unidas) no ano de 1958, é necessário tomar as providências necessárias para a melhoria da instrução de todos os presos que puderem dela aproveitar-se (Regras Mínimas n.º 77.1) e as determinadas pela LEP (art. 17), que estabelecem a assistência educacional formada pela instrução escolar e a formação profissional do interno. O direito por si só explica a garantia da educação ao sujeito que não recebeu de maneira “conveniente”, além de revelar a verdadeira concepção dessas atividades, que é o disciplinamento, uma reinserção dócil, uma readaptação desta feita regada de bons hábitos.

No Brasil, atualmente, o arcabouço normativo que justifica a Assistência Educacional em prisões está fundamentado na concepção da educação como direito de todos, artigo 205 da Constituição brasileira:

183 SILVEIRA, *Op. cit.*

184 MAEYER, *Op. cit.*

185 MIRABETE, J. F. **Execução Penal**: comentários à Lei n.º 7.210, de 11-7-84. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 43.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.¹⁸⁶

Maeyer¹⁸⁷ destaca uma das principais contradições da organização da educação na prisão: a iniciativa não é seguida de uma demanda dos principais interessados, mas da estrutura do próprio aprisionamento. Raramente são vistos detentos pedirem massivamente a organização de cursos; muito raramente se vê uma prisão em rebelião porque os detentos denunciavam a falta de organização, o conteúdo ou a qualidade da educação organizada ali. A única reivindicação dos detentos é sair, e não de terem sua estada na prisão menos dolorosa ou mais interessante possível.

Para esta pesquisadora, na prisão, como em outro lugar, aprende-se por necessidade, pois há urgência. Necessidade e urgência de sobreviver no universo carcerário; de conhecer as redes de influência; de integrar as atitudes que serão positivamente consideradas para uma saída mais rápida; de saber como melhorar seu cotidiano; de guardar um mínimo de intimidade; de imitar contrição, necessidade e urgência de simplesmente existir. Nessas condições aprende-se rápido e se vai ao essencial. A educação nunca parte do nada e negar isso é um dos grandes perigos quando se é educador em espaço de privação de liberdade. A educação que será organizada e proposta ali será apenas uma etapa no processo da vida de cada um em que aprendizados positivos e negativos se encadeiam entre si.

Na mesma linha de ideias de Maeyer,¹⁸⁸ Onofre¹⁸⁹ enfatiza as dificuldades de desenvolver efetivamente um programa de educação em um ambiente essencialmente disciplinar, assim como ocorre nos sistemas prisionais. De acordo com ele, os valores institucionais de “ressocialização”, regidos por normas e regras autárquicas e centradas na aceitação da situação, acabam por promover a despersonalização e anulação dos

186 BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 05 jul. 2012.

187 MAEYER, *Op. cit.*

188 *Ibidem.*

189 ONOFRE, E. M. C. **A escola da prisão como espaço de dupla inclusão**: no contexto e para além das grades. Polyphonia, São Paulo, 2011.

sujeitos, descaracterizando por sua vez os objetivos da própria educação, que para este estudioso, deve almejar acima de tudo “a formação de pessoas, a ampliação de sua leitura de mundo, o despertar da criatividade, a participação na construção do conhecimento e a superação de suas condições atuais”.¹⁹⁰

Duarte,¹⁹¹ no entanto, afirma que a educação oferecida no âmbito do sistema penitenciário pode contribuir muito no processo de reinserção social dos presos. Contudo, seria total negligência negar a especificidade desse público, que não são alunos quaisquer de uma sala de aula; é importante lembrar que no presídio, o aluno também é detento e a sala de aula também é uma cela.

Sabe-se que a educação oferecida no âmbito do sistema penitenciário pode contribuir muito no processo de reinserção social dos presos, uma vez que muitos presos já se formaram academicamente dentro do presídio, recebendo autorização judicial para frequentar um curso superior em uma faculdade.

A esse respeito, Serrado Júnior¹⁹² afirma que os professores dos sistemas prisionais lidam com adultos que necessitam além de conhecimentos básicos, de uma educação especial que os faça refletir e se restaurar dos estigmas da sociedade.

Em sua análise sobre a escola nos presídios, Julião¹⁹³ refere que esta tem uma enorme responsabilidade na formação de indivíduos autônomos, na ampliação do acesso aos bens culturais em geral, no fortalecimento da autoestima desses sujeitos, assim como na consciência de seus deveres e direitos, criando oportunidades para seu reingresso na sociedade.

Nesse ponto das discussões, Duarte¹⁹⁴ afirma que é possível encontrar um imenso paradoxo entre educação e valores institucionais: a educação insiste na liberdade e autonomia dos sujeitos, enquanto os valores institucionais determinam de modo totalitário a submissão.

190 *Ibidem*, p. 110.

191 DUARTE, A. J. O. “Celas de aula”: o exercício da professoralidade nos presídios. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação Uberaba**, v. 1, n. 1, p. 25-36, 2013.

192 SERRADO JÚNIOR, J. V. **A formação do professor do sistema penitenciário**: a necessidade de uma educação reflexiva e restaurativa nas prisões. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2008.

193 JULIÃO, E. F. As Políticas de educação para o sistema penitenciário. Análise de uma experiência brasileira *In*: ONOFRE, E. M. C. (Org.). **Educação Escolar entre as Grades**. São Carlos: EduFSCar, 2007.

194 DUARTE, *Op. cit.*

De acordo com Wernke,¹⁹⁵ a impressão que se tem é que o comportamento omissivo e deformador do Estado vem a calhar com sua vontade: conter os subalternos e excluídos em sua insignificância, não ensinando, tampouco, possibilitando sua reinserção social pelo exercício da razão.

Para Duarte,¹⁹⁶ o próprio ambiente tende a cristalizar a atuação dos professores, que muitas vezes, despreparados ou sem uma formação complementar que os norteie em sua prática, tendem a dois caminhos distintos: ou se alienam juntamente com o sistema, enrijecem sua prática e se entregam ao comodismo, ou criam possibilidades de atuar de modo criativo e inovador nesse ambiente repleto de limitações políticas, administrativas e de segurança.

Duarte¹⁹⁷ questiona se a educação é o caminho para a formação e conscientização humana e se ela é direito de todo cidadão, por que tem se investido tão pouco na formação de professores dos sistemas prisionais, que todos os dias lidam com essa demanda tão específica e diferenciada de nossa sociedade? — para tanto, o professor precisa ter pleno conhecimento de algumas teorias e conceitos nas quais ele possa embasar sua prática pedagógica.

Esse ponto de vista de Duarte também foi compartilhado por Pimenta,¹⁹⁸ quando afirmou que:

O saber docente não é formado apenas da prática, sendo nutrido também pelas histórias da educação. Dessa forma, a teoria tem importância fundamental na formação dos docentes, pois dota os sujeitos de variados pontos de vista para uma ação contextualizada, oferecendo perspectivas de análise para que os professores compreendam os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais de si próprios como profissionais (...). A teoria é importante na formação docente, uma vez que, além de seu poder formativo, dota os sujeitos de pontos de vista variados para uma ação contextualizada. O papel da teoria é oferecer aos professores perspecti-

195 WERNKE, *Op. cit.*

196 DUARTE, *Op. cit.*

197 *Ibidem.*

198 PIMENTA, *Op. cit.*

vas de análise para compreenderem os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais de si mesmas como profissionais, nos quais se dá sua formação docente, para neles intervir, transformando-os.¹⁹⁹

Wernke²⁰⁰ merece destaque ao afirmar que “perceber a teoria e prática como dois lados de um mesmo objeto é imprescindível para se compreender o processo de construção do conhecimento”. Assim, a produção do conhecimento deve estar pautada no suporte teórico e na reflexão intencional do professor sobre a sua própria prática.

Sobre a história do sistema penitenciário brasileiro, Duarte²⁰¹ revela que o atual modelo penal foi estabelecido a partir da adaptação dos sistemas penitenciários vigentes nos Estados Unidos e na Europa durante o final do século XVIII até o início do século XIX.

Busca-se Foucault²⁰² novamente para uma analogia da situação de um indivíduo dentro do sistema penitenciário, quando afirma que os suplícios corporais foram gradativamente sendo substituídos pelas condições de cerceamento de direitos, sobretudo os referentes à liberdade, o controle dos corpos e suas mentes, ou seja, passando o castigo à alma no interior das celas.

O corpo encontra-se aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade, considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não é mais o elemento constitutivo da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver de manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais elevado. Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores.²⁰³

199 *Ibidem*, p. 24-26.

200 WERNKE, *Op. cit.*, p. 13.

201 DUARTE, *Op. cit.*

202 FOUCAULT, 1987.

203 *Ibidem*, p. 15.

Araújo²⁰⁴ historiza que no Brasil, o primeiro cárcere imperial, denominado Casa de Correção da Corte, foi fundado no Rio de Janeiro, através da Carta Régia de 8 de julho de 1769. A construção foi considerada um marco histórico pelos membros da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, pois para eles, esse foi um passo fundamental para tornar o novo império um “mundo civilizado”. Embora o Brasil tenha recebido fortes influências europeias sobre a forma de punir, deve-se igualmente levar em conta nessa época à vigência da escravidão, que veio alterar profundamente a implantação dos métodos punitivos, ou seja, associou-se de modo indivisível o suplício, prisão e trabalho forçado até o final do século XIX.

Vasques²⁰⁵ define, através de uma síntese, que se teve no Brasil ao longo da história uma transformação do conceito de pena, primeiro para a equação “pena-castigo”, depois para “pena-prisão”. Atualmente, um novo paradigma tem fortemente emergido, introduzindo a educação como forma de tratamento dos criminosos, “pena-defesa” e “pena-educação”.

No entanto, Duarte²⁰⁶ defende que não é possível que se afirme que o modelo “pena-educação” seja um fato recente, pois ele já existia nas casas de correção imperial de modo subdesenvolvido, uma vez que ele encontrou ideias concernentes nos regulamentos da Casa de Correção do Rio de Janeiro, da Casa de Correção da Capital Federal e Presídio de Fernando de Noronha, que funcionaram do século XIX ao século XX.

Vasques²⁰⁷ revela, também, que havia nos regulamentos do presídio de Fernando de Noronha, exigências mais elaboradas para a formação intelectual dos detentos:

[...] é inserido no interior do Presídio de Fernando de Noronha a presença da professora de primeiras letras que iria contribuir com a instrução primária das meninas do presídio. Além dos capelães, que deveriam exercer as funções religiosas, e também assumir a

204 ARAÚJO, D. **Tomada de decisão no desporto**. Cruz Quebrada: FMH Edições, 2006.

205 VASQUES, E. L. **Entre cultura escolar e cultura prisional: uma incursão pela ciência penitenciária**. Dissertação (Mestrado). PUC, São Paulo, 2008.

206 DUARTE, *Op. cit.*

207 VASQUES, *Op. cit.*, p. 52.

função de professor de primeiras letras aos meninos que habitavam a ilha-presídio.

Duarte²⁰⁸ descreve que no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foram investidos esforços no desenvolvimento da produção de energia, alimentos, indústria, educação e construção de Brasília. Nesse período, registraram-se altos níveis inflacionários, no entanto, trouxe avanços ao setor da educação, sendo estabelecida a educação primária gratuita para todos os filhos de funcionários.

Vasques²⁰⁹ acrescenta que para a educação prisional, foram estabelecidas as bases para uma educação integral, implementadas em alguns artigos das Normas Gerais de Regime Penitenciário do Brasil, onde também foram introduzidas as exigências de uma educação profissional.

Durante o Regime Militar, de acordo com Duarte,²¹⁰ várias mudanças aconteceram no código de Execução Penal e penitenciário. Mas foi em 1984 que a educação no Sistema Penitenciário se tornou uma atividade obrigatória, prevista em lei e com vistas na possibilidade de reinserção social do sujeito privado de liberdade. Atualmente, no que diz respeito à formação profissional e educacional dos presos, a lei de execução penal determina nos artigos 17 a 21 as seguintes diretrizes:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa. Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição. Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de

208 DUARTE, *Op. cit.*

209 VASQUES, *Op. cit.*

210 DUARTE, *Op. cit.*

todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.²¹¹

Duarte²¹² faz questionamentos quando busca traçar novas possibilidades para os enfrentamentos cotidianos da prática pedagógica nos presídios sobre quem são os professores do sistema penitenciário brasileiro, como atuam no cárcere e quais são suas concepções pedagógicas.

Araújo²¹³ afirma que grande parte dos professores que atuam nos sistemas penitenciários não escolheu este local de trabalho. E afirma que quando as escolhas não são feitas, e sim impostas, é uma dificuldade que pode ser desastrosa, pois o profissional pode vir a se sentir desmotivado quando a atuação profissional não condiz com seus valores e não lhe garanta reconhecimento de sua identidade profissional.

Para Duarte,²¹⁴ não se recruta professores, mas sim é necessário que seja traçado o perfil do docente e que este perfil seja classificado como ideal para trabalhar no sistema penitenciário, pois deve estar incluído que os valores do profissional devem estar de acordo com os ideais de ressocialização, precisa estar motivado para esse tipo de trabalho e, acima de tudo, deve ter condições emocionais para lidar com as demandas dos alunos/detentos. E, ao perceber um perfil que exige tantas qualidades, torna-se negligente recrutar o professor que está despreparado, tanto para os alunos como para o profissional, e entregar uma sala de aula para um docente sem as reais condições para o trabalho.

Não há dúvidas de que a educação oferecida no âmbito do sistema penitenciário se encontre entre uma das principais ações no processo de reinserção social dos detentos. No entanto, é preciso ter ciência de que não é qualquer oferta educacional que poderá trazer reais benefícios. Principalmente pelo fato de que no sistema penitenciário o professor não está lidando com uma demanda de alunos quaisquer, os alunos além de adultos, também se encontram privados de liberdade.²¹⁵

Onofre,²¹⁶ ao fazer uma análise de como o professor se sente em trabalhar em um ambiente prisional, afirma que estes profissionais se

211 BRASIL, 1984.

212 DUARTE, *Op. cit.*

213 ARAÚJO, *Op. cit.*

214 DUARTE, *Op. cit.*

215 *Ibidem.*

216 ONOFRE, *Op. cit.*

deparam igualmente com demandas de cunho emocional dos presos. Isso porque os detentos em seu cotidiano se fecham em um ambiente repressivo e muitas vezes hostil, e como o clima da cadeia é punitivo, autoritário e complicado, a escola passa a ser um espaço onde é permitido expressar-se, falar de si, ouvir novas ideias, ter relações menos vigiadas e que, na maioria das vezes, valoriza o sujeito independentemente dos crimes cometidos. Nesse aspecto, os professores também são ouvidores/conselheiros de questões sociais altamente polêmicas e emocionalmente “pesadas” para lidar. Mais uma vez Duarte²¹⁷ ressalta a importância da ressocialização, mas que esta é um grande desafio do ambiente prisional, uma vez que, além de preocupar-se com o saber propriamente, é preciso que o professor possa promover uma educação que contribua para a restauração da autoestima e para reintegração do indivíduo a sociedade.

Para Paulo Freire, “não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora em que a liderança revolucionária, em lugar de sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como coisas, com eles estabelece uma relação dialógica, permanente”.²¹⁸

Não há dúvidas de que pode ser muito boa a prática docente nos presídios; a confiança diferenciada que os detentos projetam na figura do professor, o desafio de lidar com o diferente, conhecer novas realidades e participar diretamente na reestruturação de sujeitos privados de liberdade.²¹⁹

No mesmo âmbito de ideia, Onofre descreve sobre a situação do professor dentro do presídio:

Embora esteja em um espaço repressivo, o professor mantém na sala de aula a valorização da dimensão social e afetiva no relacionamento com os alunos, uma vez que a riqueza da relação pedagógica fundamenta-se, independentemente do espaço em que a escola esteja inserida, nas ‘formas dialógicas de interação’.²²⁰

217 DUARTE, *Op. cit.*

218 FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 28 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 35.

219 DUARTE, *Op. cit.*

220 ONOFRE, *Op. cit.*, p. 26.

Considera-se, no entanto, que o exercício pleno desses ideais vai depender da motivação do docente, que deve estar intrínseca, como também da sua disposição, bem como de uma formação complementar que fundamente sua prática profissional.

No âmbito da Educação Física, se destaca o desporto como foco de considerações, especialmente por ser possível observar com facilidade nas várias fases do desenvolvimento humano e manifestado em suas diferentes formas, pois, como enfoca Jorge Olímpio Bento, em “*O outro lado do desporto*”, “se vemos no desporto algo capaz de conferir estatuto de nobreza, moda, beleza, etc. a um calçado ou roupa qualquer ou a um atleta até então desconhecido, também é capaz de outros cometimentos, norteando princípios de comportamento, de pensamento e de vida”.²²¹

É uma das características do esporte, seja ou não no seu caráter lúdico, permitir a confraternização, a comunicação, a espontaneidade, a liberdade corporal, o envolvimento ativo do homem como ser total, a relação existencial. Para Gomes,²²² o esporte é um desafio para o ser humano, onde a experiência do corpo e dos movimentos, particularmente a experiência de seus limites, é simultaneamente a experiência do EU no contexto das coisas e pessoas, da autonomia e dependência, das possibilidades. Também possui caráter de integração e formação com finalidade humanista, deve ser estímulo à emancipação, uma proteção e um poder contra a mera adaptação às circunstâncias, contra todo tipo de manipulações e alienações.

Sabe-se que a sociedade já é construída em cima de regras, leis, e no desporto, o homem já vai realizar o seu esporte favorito, se sujeitando voluntariamente às normas e às regras, aos desafios e aos obstáculos. De acordo com Gomes,²²³ todo homem na sua constituição global é produto da sua proveniência natural, do seu envolvimento social, e como produto de si próprio, é um ser moral, algo mais do que uma essência impulsiva e instintiva, ele estabelece com seu corpo e seu mundo um sistema de significados que ele esboça, vive, altera, afirma ou nega de modo mais ou menos consciente ou inconsciente, assim o esporte possibilita esse autoconhecimento e desenvolvimento moral.

221 BENTO, J. O. *O outro lado do desporto*. Porto: Campos das Letras, 1995, p. 31.

222 GOMES, A. Z. J. S. *Remissão da pena pelo esporte*. Disponível em: <http://www.iuspedia.com.br>. Acesso em: 12 mar. 2013a.

223 *Ibidem*.

Vindo ao encontro da hipótese desta pesquisa, na sua obra *Pedagogia do Desporto*, Olímpio Coelho²²⁴ descreve que o desporto apoia a autoconsciência e ajuda a digerir e compensar os insucessos do cotidiano. Atua como escoamento da agressividade, diminui o sentimento de inferioridade, uma vez que iguala a todos, gera disciplina e satisfação, transforma a “animalidade” em humanidade; é a ordem no caos, a criação a partir da falta, a necessidade feita liberdade, o obstáculo feito impulso.

Gomes²²⁵ traça um perfil do que o jogo, o esporte pode realizar na vida do homem, pois acredita que socialmente, o “jogo dos homens” nunca foi nem será neutro, livre de finalidades, independente de orientações e princípios; é sempre a expressão e instrumento de escolhas e opções. E o esporte aparece como instrumento capaz de orientar o indivíduo nesse “jogo”, diante do qual a identidade corporal torna-se inseparável da identidade social e psicológica, afirmando os direitos da cidadania e qualificando a vida do cidadão.

Sobre os benefícios que o esporte pode fazer dentro do ambiente prisional, Bitencourt²²⁶ relata que, além do hábito da disciplina que o esporte pode criar na prisão, pode também permitir ao preso o desenvolvimento ou manutenção de uma habilidade corporal e mental, possibilitando-lhe adquirir uma formação que lhe será útil quando deixar a prisão.

Gomes²²⁷ defende que a Lei de Execução Penal não excluiu expressamente a possibilidade da remissão pelo esporte. Ao se observar que o esporte é, igualmente, um direito do preso explícito no artigo 40, VI, da Lei de Execuções Penais, e ainda, considerando o objetivo maior da execução da pena, que é recuperar e reintegrar o recluso à sociedade, além do que a ocupação do preso sempre foi o anseio da comunidade, e para esta pesquisadora, reconhecer o direito à remissão pelo esporte é fazer com que o sistema penitenciário saia da “engrenagem”, uma vez que ele está totalmente “emperrado”.

Conforme exposto, salienta-se que na Lei de Execução Penal não está prevista, expressamente, a remissão pelo esporte, desta maneira, trata-se de hipótese que não está prevista em lei, mas existe um dispositivo

224 COELHO, O. *Pedagogia do Desporto*. São Paulo: Horizonte, 2008.

225 GOMES, 2013a.

226 BITENCOURT, *Op. cit.*

227 GOMES, 2013a.

legal para um caso semelhante, que é a remissão através do trabalho do preso (artigo 126).²²⁸

Gomes²²⁹ sugere que os juízes poderiam utilizar da analogia para a concessão da remissão da pena pelo esporte, ou seja, a aplicação de norma que regula hipótese semelhante. O dispositivo legal está previsto no artigo 126 da Lei de Execução Penal e o legislador não regulou o fato em questão, que é a remissão pelo esporte. Observando-se que são hipóteses que oferecem pontos em comum, pois são direitos dos presos e estão previstos no mesmo diploma legal, trata-se de uma lacuna na lei, onde, através de analogia, estende-se sua aplicação aos casos que ela não regula.

Embasado no Código Penal e na Constituição Federal, Jesus²³⁰ afirma ser fato notório que a analogia é inadmissível em matéria penal para criar delitos e impor penas, corolário do princípio da legalidade, proíbe-se a analogia “*in malam partem*”.²³¹ Em se tratando de normas não incriminadoras, a posição dominante dos doutrinadores é de que é permitido o procedimento analógico.

Na hipótese em questão, Gomes²³² afirma que a remissão pelo esporte poderia ser reconhecida através da analogia “*in bonam partem*”, uma vez que não há vedação legal, além do fato de existir dispositivo legal semelhante previsto em lei – o artigo 126 da LEP – que trata da remissão pelo trabalho. E ainda é preciso também delinear a importância da remissão dentro da execução penal, uma vez que, como se sabe, o mal do encarceramento se alimenta especialmente do ócio forçado, que corrói a personalidade e a conduta do preso num ambiente já marcado pela hostilidade e promiscuidade física e moral. Nesta realidade, uma atividade dentro dos presídios se denota como uma alternativa saudável e eficiente para o cumprimento da sanção penal, tanto para o preso como para a sociedade, posto que dimensiona o ser humano através de sua capacidade produtiva, inculcando-lhe valores e aptidões de forma a promover uma reinserção social bem sucedida.

Assim, constata-se que o sistema penitenciário brasileiro chegou ao seu limite no tocante ao espaço físico e, principalmente, ao utópico pa-

228 BRASIL, 1984.

229 GOMES, 2013a.

230 JESUS, D. E. de. **Direito Penal**. 24 ed. rev. e atual. vol. 1. Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2011.

231 Artigo 5º, XXXIX da CF e artigo 1º do CP.

232 GOMES, 2013a.

pel de órgão reabilitador. Chegou a hora de se aplicar de uma vez por todas as legislações existentes de maneira eficaz, e uma das maneiras de fazer ter eficácia tal lei, em especial, é utilizar de modo pleno o instituto da remissão, admitindo-se como uma maneira nova, porém promissora devido à sua conexão ao fenômeno do dinamismo social, a remissão da pena através do esporte.

Pedagogia do esporte

Antes de iniciar nossa reflexão sobre as questões concernentes à pedagogia do esporte e sua implicação para a prática pedagógica em Educação Física, é preciso refletir sobre o conceito de pedagogia, substrato para pensarmos e trabalharmos pedagogicamente o esporte. De um modo geral, a pedagogia não se refere unicamente ao modo como vamos ensinar nossos alunos, seja no âmbito escolar ou acadêmico, mas, poderíamos dizer que “A pedagogia seria uma reflexão sobre todo o contexto que envolve a ação educativa, coadunando numa efetiva prática de intervenção. Uma intervenção comprometida, intencional, dirigida, organizada e ciente de suas responsabilidades educacionais”.²³³

O professor de Educação Física pode ser visto como um pedagogo e, como tal, este possui algumas responsabilidades no que tange à transmissão de conhecimentos, dando um tratamento, uma direção pedagógica que pode ser intencional, consciente ou organizada. Com efeito, é correto afirmar que para se ensinar um determinado conteúdo não basta que o professor seja um especialista em determinada área do conhecimento.

Nas palavras de Libâneo:

[...] para ensinar matemática não basta ser um bom especialista em matemática. É preciso que o professor agregue o pedagógico-didático, ou seja: que conteúdos da matemática-ciência devem constituir-se na matemática-matéria de ensino visando à formação dos alunos? A que objetivos sociopolíticos servem o conhecimento escolar da matemática? Que repre-

233 BRASIL. Ministério do Esporte. **Dimensões pedagógicas do esporte**. Brasília: UnB/CEAD, 2004, p. 9.

sentações, atitudes, convicções são formadas em cima do conhecimento matemático? [...] que sequência de conteúdos é mais adequada à aprendizagem dos alunos, considerando sua idade, nível de escolarização, conceitos *já disponíveis dos alunos, etc.*²³⁴

Portanto, não basta apenas conduzir ao saber, ao conhecimento; o professor deve ir além e pensar no “como ensinar”, “para quem ensinar” e “por que ensinar”. Devemos buscar novos métodos, novas formas em nossas aulas para atingirmos o objetivo proposto, qual seja: um ensino de qualidade.

Para Roitman,²³⁵ a educação visa fundamentalmente preparar o homem (crianças, jovens e adultos) para a vida, construindo o seu tempo e o seu lugar no mundo, procurando “inculcar os valores vigentes, o modo de viver do grupo, seu sistema de crenças e convicções, seu saber e suas técnicas, bem como, de sua perspectiva libertária, assegurar o pleno exercício da cidadania”.²³⁶

Realizada esta pequena reflexão sobre o conceito de pedagogia, passemos agora a pensar no conceito de pedagogia do esporte. Segundo Roitman,

Não há dúvidas de que o esporte é um fenômeno sócio-cultural de grande relevância em nossa sociedade; cada vez mais, diferentes grupos sociais praticam esporte, nos parques, nas ruas, como forma de lazer, distração e integração. Tal é a sua importância, enquanto fenômeno social e cultural que o esporte hoje é praticado no mundo todo.²³⁷

O esporte contemporâneo passa por um processo complexo e permanente de metamorfose. Podemos dizer que não há mais um estatuto

234 LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**. A pedagogia crítico social dos Conteúdos. São Paulo: Loyola, 2002, p. 35.

235 ROITMAN, R. A dimensão político-pedagógica da educação física. In: VARGAS, A. L. **Desporto e tramas sociais**. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

236 *Ibidem*, p. 146.

237 *Ibidem*.

de verdade absoluto, isto é, não há mais fronteiras bem delimitadas entre os saberes. Isto porque, hoje, várias são as áreas do conhecimento que contribuem para que o esporte cresça em sua cientificidade.

Segundo Paes,

[...] entre as áreas de conhecimento podemos citar: a Engenharia com a construção de aparelhos esportivos e espaços físicos que proporcionam uma prática perfeita da Educação Física e do esporte; a Medicina por meio das intervenções; a Psicologia que contribui e muito com pesquisas para a Ciência do Esporte; a Sociologia, mais especificamente a sociologia do esporte, que volta seu “olhar”, por meio de suas teorias sociológicas, para o fenômeno esporte.²³⁸

Desse modo, não seria errado afirmarmos, tendo em vista seu processo evolutivo, que “o esporte assim como outras áreas do conhecimento, integra-se às ciências. Entre os vários ramos da ciência que estudam o fenômeno esporte encontra-se a pedagogia”.²³⁹

De acordo com Libâneo, a pedagogia:

[...] é um campo de conhecimento sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. O pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa.²⁴⁰

Neste sentido, a pedagogia do esporte tem o compromisso de, segundo Bento,

238 PAES, R. R. **Educação Física escolar**: o esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental. Canoas: Ulbra, 2006, p. 171.

239 *Ibidem*.

240 LIBÂNEO, *Op. cit.*, p. 30.

[...] analisar, interpretar e compreender as diferentes formas esportivas à luz de perspectivas pedagógicas. Obriga-se, de certa forma, a refletir sobre o sentido do esporte como prático de formação e educação, de realização da humanidade e da condição humana no homem.²⁴¹

O esporte é pedagógico e, por conseguinte, educativo, tendo em vista a sua possibilidade de proporcionar obstáculos e desafios, fazendo com que o aluno experimente as regras e aprenda a lidar com o próximo e, porque não dizer, o esporte torna-se educativo quando a sua prática não for uma obrigação, mas um prazer para o aluno.

A modernidade exige que o profissional de Educação Física compreenda o esporte e a pedagogia de forma mais ampla, transformando-se em facilitador no processo de educação de crianças e jovens. Nesse contexto, é preciso ir além da técnica e promover a integração dos personagens, o que só será possível se essa proposta pedagógica estiver embasada também por uma filosofia norteada por princípios essenciais para a educação dos alunos.²⁴²

Assim, devemos ter em mente que, quando uma prática pedagógica estiver promovendo o desenvolvimento esportivo que contemple a generosidade e o respeito às regras e aos adversários, a noção de consciência sobre a prática esportiva e sua ideologia, aí o esporte se mostrará educativo. Por outro lado, “uma prática excludente e seletiva, que impede crianças, adolescentes e jovens de serem livres e de desenvolverem sua autonomia e criticidade, contradiz os atributos educativos [...]”²⁴³

Os avanços tecnológicos e a mídia transformaram o esporte em um fenômeno mundial, fazendo com que crianças de todas as idades procurassem escolas de iniciação esportiva para a prática de uma de suas modalidades. Por isso, a grande popularidade alcançada pelo esporte fez com que muitos pesquisadores da área da Educação Física começassem a estudar a metodologia ideal para o ensino do esporte nos programas de iniciação.²⁴⁴

241 BENTO, *Op. cit.*, p. 26.

242 PAES, 2006.

243 BRASIL, 2004, p. 11.

244 BRASIL, 2004.

A pedagogia do esporte é o campo de conhecimento que investiga a prática educativa, especificamente pelo esporte. Seu objetivo é a reflexão, a sistematização, a avaliação, a organização e a crítica do processo educativo, por meio do esporte. Para Libâneo,²⁴⁵ a pedagogia é uma ciência prática que tem a tarefa de explicitar objetivos e formas de intervenção metodológica e organizativa, nos âmbitos da atividade educativa, implicados na transmissão/assimilação ativa de saberes e modos de ação.

A pedagogia do Esporte, nesse sentido, lidará com a relação entre o ambiente esportivo, a modalidade praticada e a intencionalidade da prática educativa. Uma perspectiva inovadora de Pedagogia do Esporte está balizada por dois referenciais: um referencial técnico-tático e outro socioeducativo.²⁴⁶

O referencial técnico-tático deverá dar conta dos aspectos físicos, técnicos e táticos da prática esportiva, centrando sua atenção nas questões: *Como? Quando? Para quem? Qual a melhor forma de ensinar e treinar esporte?* Ao referencial socioeducativo caberá lidar com valores, princípios e modos de comportamento, centrando sua atenção em compreender e possibilitar na medida em que o esporte, num mundo marcado pela indiferença, pelo egoísmo, pelas relações superficiais e pelo individualismo, poderá influenciar na transformação desse contexto e contribuir para a vida do aluno/jogador enquanto indivíduo mais crítico, ético, cooperativo, autônomo, tolerante, consciente de seus direitos e responsável com seus deveres de cidadão.²⁴⁷

Oliveira e Paes²⁴⁸ ressaltam que a pedagogia do esporte deve atribuir ao esporte um aspecto educativo, enfatizando o desenvolvimento global do indivíduo e utilizando o jogo como agente facilitador desse processo. Entretanto, percebe-se que a maior parte dos profissionais de Educação Física é conservadora e resistente em relação a novas possibilidades metodológicas.

245 LIBÂNEO, *Op. cit.*

246 PAES, 2006.

247 PAES; MONTAGNER; FERREIRA, *Op. cit.*

248 OLIVEIRA, V.; PAES, R. R. A pedagogia da iniciação esportiva: um estudo sobre o ensino dos jogos desportivos coletivos. **Revista Digital**. Buenos Aires: ano 10, n. 71, abr. 2004. Disponível em: www.efdeportes.com/efd71/jogos.htm. Acesso em: 05 ago. 2010.

Para a Pedagogia do Esporte ser compreendida e dar conta de atender a esses objetivos, são fundamentais os esclarecimentos de momentos distintos, porém complementares, que sustentam a proposta, como:

1) **A pluralidade do fenômeno esportivo.** O esporte é um patrimônio cultural da humanidade que deve ser compreendido como uma manifestação social, presente em nossa cultura, em todas as fases da vida, e considerado como um fenômeno de múltiplas possibilidades, que pode ser acessível a todo cidadão, e não restrito a uma pequena parcela da população.²⁴⁹ O mesmo carece ser entendido em sua pluralidade, não apenas de definições, mas também das funções e significados das ações por ele envolvidos. O esporte hoje é compreendido como um fenômeno sociocultural de múltiplas possibilidades. Nesse contexto, Marques afirma que “torna-se claro que o esporte pode ser vivenciado levando-se em conta diferentes significados, ou seja, as pessoas se apropriam do esporte por razões, sentidos e motivações diversos”,²⁵⁰

2) **As diferentes manifestações do esporte.** Devido às mudanças e à evolução das ciências do esporte, das ciências tecnológicas e de tantas outras áreas do conhecimento, mudou também a forma de entender o esporte. Terminamos o século XX com esse fenômeno se apresentando, didaticamente, em cinco principais e significativas manifestações: esporte profissional, iniciação esportiva, esporte como conteúdo do lazer, esporte de representação e esporte escolar. Tem-se ainda a prática de certas modalidades esportivas, realizadas como prática voltada à saúde e melhoria do condicionamento físico, e também enquanto atividade física, na tentativa de contribuir com outras áreas, por exemplo, para a reabilitação de algum trauma ocorrido com o indivíduo.

Dentre as manifestações do esporte, segundo Paes, Montagner e Ferreira²⁵¹ temos:

O **esporte profissional**: que concentra seus objetivos, fundamentalmente, para fins mercadológicos, que atende profissionais diretos (atletas profissionais, técnicos, preparadores físicos, publicitários, jornalistas, dirigentes, indústria de equipamentos esportivos, profissionais do meio de comunicação entre outros).

249 MARQUES, A. J. de. É jogando que se aprende: o caso do voleibol. In: NISTA-PICCOLO, V. N. (Org.). **Pedagogia dos esportes**. Campinas: Papirus, 2001.

250 *Ibidem*, p. 56.

251 PAES; MONTAGNER; FERREIRA, *Op. cit.*

A **iniciação esportiva**: é o primeiro contato do indivíduo com a prática esportiva de forma orientada, organizada e sistematizada. Com a evolução do esporte e sua veiculação nos meios de comunicação, cresceu o interesse, sobretudo de crianças e adolescentes, em ter acesso a esse fenômeno. Na fase da iniciação, o esporte precisa ter uma finalidade eminentemente educativa, e, para isso, deve receber um tratamento pedagógico adequado a esse propósito. Nesse contexto, a Pedagogia do Esporte deve levar em conta suas múltiplas possibilidades, compreendendo seus diferentes significados como a participação efetiva, pautar-se pela diversificação de movimentos e estímulos, o jogo como um recurso pedagógico importante e instrumentalizar o aluno/jogador para conviver com esse fenômeno de forma prazerosa, segura, saudável e duradoura.

O **esporte como conteúdo do lazer**: muitas vezes, as pessoas se apropriam do fenômeno esportivo para ocupação do tempo livre. Vale destacar que cada indivíduo se apropria do esporte, no seu tempo livre, por razões e motivações distintas, e por isso o gestor responsável por grupos de recreação dirigida deve atentar em fomentar um ambiente cooperativo, seguro, democrático e agradável para o desenvolvimento da prática.

O **esporte de representação**: é entendido como a manifestação do fenômeno esportivo que uma equipe se organiza para disputar um campeonato ou um torneio esportivo sem que os jogadores envolvidos na competição sejam remunerados para participar do evento em questão. Tem como finalidade representar alguma instituição, seja ela pública ou privada, ou algum bairro, clube, cidade, estado ou país. Finalmente tem-se o esporte escolar, existente no ensino formal, como importante conteúdo da Educação Física escolar.

A agressividade e o esporte no sistema penitenciário

O Brasil é alvo de inúmeras críticas internacionais por violação dos direitos humanos, entre estas se encontram a precariedade de seu sistema penitenciário, morosidade judicial, despreparo policial, entre outras. Porém, tem na pena de prisão a maior reprimenda ao crime e busca através do direito penal a solução de graves problemas sociais.

Muito embora a Constituição Federal Brasileira²⁵² enuncie no seu art. 5º que não deve haver penas de morte, somente em caso de guerra declarada – e nem cruéis ou degradantes, o encarcerado na prisão no Brasil é desprezado e barbarizado de várias formas e, não raro, é morto dentro da instituição penal.

Muitos são os fatores apontados como responsáveis pela trágica mazel penitenciária, entre eles encontra-se a agressividade e a violência. Existem vários argumentos, sendo possível de se ouvir e ver através dos mais variados tipos de mídias que esses modelos de comportamento constituem o *modus vivendi* do ambiente carcerário. Contudo, a agressividade e a violência no sistema penitenciário têm importantes pontos a serem ressaltados. Iniciamos com o conceito destes dois vocábulos que devem ser esclarecidos.

Por meio da convivência das regras do esporte e jogos nos quais alguns consentem certas formas de agressividade, algumas pessoas conseguem aturar mais a agressividade e distribuir da melhor forma suas atitudes, avaliando a gravidade de seus atos.²⁵³

Peres²⁵⁴ ressalta que o esporte, para o praticante, é um canalizador de sentimentos hostis para fins úteis (Sublimação), evidenciando o instinto de vida, liberando mecanismos de defesa do Ego, do qual o indivíduo livra-se de seus impulsos agressivos lançando-os no ambiente de forma construtiva, aceita e valorizada pela cultura.

O esporte pode auxiliar no domínio da agressividade, evitando manifestações reais de agressão que procuram de forma desenfreada prejudicar. Devem-se trabalhar atividades no qual o indivíduo num contexto simbólico, possa exercer sua agressividade, contexto no qual a própria atividade lúdica favorece tal espaço. Por meios dos movimentos que constituem as tarefas, como por exemplo, o chutar a bola, os educandos poderão realizar a canalização dos instintos agressivos.²⁵⁵

Segundo Cruz *et al.*,²⁵⁶ que realizaram uma pesquisa comparativa, o estudo dos comportamentos agressivos em geral, e da emoção da raiva, em particular, tem sido um tema que tem despertado um interesse cres-

252 BRASIL, 1988.

253 BALBINO; MIOTTO; SANTOS, *Op. cit.*

254 PERES, *Op. cit.*

255 BALBINO; MIOTTO; SANTOS, *Op. cit.*

256 CRUZ *et al.*, *Op. cit.*

cente na investigação internacional no domínio do desporto. O contexto desportivo, nomeadamente as chamadas “modalidades de contato”, além de constituir um contexto propício ao natural contato físico entre participantes e adversários, contem frequentemente regras e princípios, implícitos ou explícitos, que dão legitimidade e promovem comportamentos agressivos e não raramente violentos.

Por outro lado, entre as emoções mais comuns associadas a tais comportamentos e mais experienciadas sob a pressão e o “calor” da competição desportiva, são recorrentes na literatura as referências à ansiedade e à raiva (e/ou irritação). Inclusive, alguns estudos sugerem os potenciais efeitos da agressão no rendimento, como o de Sheldon e Aimar,²⁵⁷ outros evidenciaram os benefícios instrumentais e o potencial impacto positivo da emoção da raiva, como o Mauss *et al.*²⁵⁸

Cruz *et al.*²⁵⁹ citam como exemplo o estudo de Maxwell e Moores,²⁶⁰ que referem os potenciais “benefícios” de “faltas” ou comportamentos agressivos em jogos muito precocemente (logo no início): “o uso tático da agressão ou agressão instrumental planeada”,²⁶¹ associado a percepções de legitimidade, já que permitiria reconquistar alguma vantagem em momentos ou etapas posteriores da competição.

Estudos como o de Kavussanu *et al.*²⁶² centraram a sua atenção nos fatores e processos associados a comportamentos antissociais e a atos de agressão (mais ou menos recorrentes) e violência durante a competição desportiva. Não admira por isso que a agressão tenha sido também estudada como um problema moral, sendo conceitualizada como uma interação social, e não simplesmente como uma resposta.

Cruz *et al.*²⁶³ citam como exemplo, nesta linha de pensamento e investigação, Kavussanu *et al.*,²⁶⁴ que observaram o comportamento de jo-

257 SHELDON, J. P.; AIMAR, C. M. The role aggression plays in successful and unsuccessful ice hockey behaviors. **Research Quarterly for Exercise and Sport**, v. 72, p. 304-309, 2011.

258 MAUSS, I. B.; EVERS, C.; WILHELM, F. H.; GROSS, J. J. How to bite your tongue without blowing your top: Implicit evaluation of emotion regulation predicts affective responding to anger provocation. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 32, p. 389-602, 2006.

259 CRUZ *et al.*, *Op. cit.*

260 MAXWELL; MOORES, *Op. cit.*

261 *Ibidem*, p. 190.

262 KAVUSSANU, M.; STAMP, R.; SLADE, G.; RING, C. Observed prosocial and antisocial behaviors in male and female soccer players. **Journal of Applied Sport Psychology**, v. 21, p. 62-76, 2009.

263 CRUZ *et al.*, *Op. cit.*

264 KAVUSSANU, *Op. cit.*

gadores de futebol, tendo concluído que os comportamentos pró-sociais eram mais frequentes que os antissociais. Além disso, os jogadores do sexo masculino apresentavam mais atos antissociais que as mulheres.

Também no futebol, Rutten *et al.*²⁶⁵ verificaram que 21% da variância no comportamento antissocial fora do campo e 8% no campo, bem como 14% do comportamento pró-social podem ser atribuídos a diferenças entre as equipes e entre os treinadores. Mais concretamente, as diferenças estão relacionadas com o apoio relacional proporcionado pelo treinador, a sua atitude relativamente ao *fair play* e com nível de raciocínio moral acerca de dilemas desportivos.

Em um estudo com atletas chineses, realizado em Hong Kong, Maxwell, Moores e Chow²⁶⁶ verificaram que os pensamentos de vingança estavam relacionados de forma significativa com a agressão autorrelatada pelos participantes. Este estudo, sobre as relações entre a ruminação da raiva e a agressão, foi um dos poucos conduzidos até ao momento com o objetivo de estudar os processos cognitivos associados aos comportamentos agressivos dos atletas.

Similarmente, Wilkowski e Robinson (2008)²⁶⁷ também salientam a importância dos fatores cognitivos, como a interpretação hostil automática, a atenção ruminativa e o esforço de controle, sugerindo que indivíduos com elevado traço de raiva interpretam as situações enviesadas como mais hostil, o que gera processos automáticos de atenção aos pensamentos de ruminação e amplificação da raiva e dos impulsos agressivos.

Para Maxwell e Moores,²⁶⁸ a ruminação da raiva é, por isso, quase consensualmente entre os autores, uma dimensão significativa dos comportamentos agressivos, merecendo particular destaque, como preditores, os pensamentos de vingança após a provocação. De fato, outro conceito frequentemente associado neste domínio é o de provocação, um dos fatores antecedentes mais evidenciados da agressão. À semelhança da ruminação da raiva, a provocação pode assim ser conceitua-

265 RUTTEN *et al.*, *Op. cit.*

266 MAXWELL, J. P.; MOORES, E. J.; CHOW, C. C. F. Anger rumination and self-reported aggression amongst British and Hong Kong Chinese athletes: a cross cultural comparison. **International Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 5, n. 1, p. 9-27, 2008.

267 WILKOWSKI, B. M.; ROBINSON, M. D. The cognitive basis of trait anger and reactive aggression: An integrative analysis. **Personality and Social Psychology Review**, v. 12, n. 1, p. 3-21, 2008.

268 MAXWELL; MOORES, *Op. cit.*

lizada como um mediador cognitivo da agressão, na linha do modelo cognitivo-neo-associacionista de agressão defendido por Berkowitz²⁶⁹ e da forte relação entre a frustração e o comportamento agressivo.

Maxwell, Visek e Moores²⁷⁰ definem a provocação como “qualquer comportamento que seja julgado pela vítima com aversivo ou desagradável, normalmente com a intenção implicitamente assumida da parte de quem provoca e potenciador de sentimentos de raiva, frustração ou medo”.²⁷¹ Em suma, de forma consistente com o modelo de Berkowitz,²⁷² os fatores e processos cognitivos (pensamentos de vingança, ruminação da raiva) parecem desempenhar um importante papel mediador entre a provocação ou a raiva e os posteriores comportamentos agressivos. É o caso, igualmente, do papel das estratégias e processos de *coping*, que parecem constituir um importante fator de mediação da relação entre raiva e agressividade e o comportamento agressivo.

A título ilustrativo, mas especificamente no contexto desportivo, Bolgar, Janelle, Giacobbi Jr.²⁷³ concluíram que os atletas com níveis mais elevados de controle de raiva demonstraram maior controle, capacidade de modificar a situação e mais *coping* focado no problema e na emoção quando comparados com os que demonstraram níveis mais baixos.

Do mesmo modo, na procura de precedentes cognitivos da agressão, muito recentemente Maxwell, Visek e Moores fazem referência à sua aceitação em contextos desportivos, onde parece evidente alguma “percepção de legitimidade dos atos agressivos”.²⁷⁴ Por isso, para estes autores, os indivíduos que consideram a agressão aceitável no desporto serão mais agressivos.

Os autores demonstraram que as modalidades de “colisão” apresentavam níveis superiores de raiva, agressividade, provocação e percepção de legitimidade da agressão. Por outro lado, nas modalidades individuais,

269 BERKOWITZ, *Op. cit.*

270 MAXWELL, J. P.; VISEK, A. J.; MOORES, E. Anger and perceived legitimacy of aggression in male Hong Kong Chinese athletes: Effects of type of sport and level of competition. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 10, p. 289-296, 2009.

271 *Ibidem*, p. 260.

272 BERKOWITZ, *Op. cit.*

273 BOLGAR, M. R., JANELLE, C., GIACOBBI JR., P. R. Traitanger, appraisal, and coping differences among adolescent tennis players. **Journal of Applied Sport Psychology**, v. 20, n. 1, p. 73-87, 2008.

274 MAXWELL; VISEK; MOORES, *Op. cit.*, p. 290.

os níveis destas variáveis foram os mais baixos. Tendo em consideração o nível de competição, verificaram que todas as variáveis decrescem com o seu aumento, à exceção das modalidades de colisão, em que um escalão mais elevado estava associado com o aumento da agressão.

Neste sentido, concluem que experiência tende a reduzir os comportamentos de raiva e agressividade, mas não para modalidades de colisão em que o sucesso está associado com a agressão. Os autores sugerem precisamente que nestas modalidades não são aprendidas estratégias de *coping* para lidar com a agressão.

Mas alguns estudos têm procurado conhecer e especificar outros preditores da agressão. Chow, Murray e Feltz,²⁷⁵ por exemplo, analisaram o potencial preditivo dos fatores socioambientais e pessoais na probabilidade de agressão de jovens jogadores de futebol. Os autores concluíram que o preditor mais forte da probabilidade para agredir foi a norma da equipe acerca da agressão. Este preditor foi relevante, quer ao nível das percepções individuais da norma, mas também da percepção coletiva da norma da equipe.

Igualmente, Bar-Eli, Shimkin e Wolf²⁷⁶ procuraram perceber como é que os jogadores de basquetebol profissionais previam o comportamento agressivo na quadra. Estes autores concluíram que os julgamentos feitos acerca deste comportamento baseiam-se principalmente em duas disposições do perpetrador, a agressividade e a susceptibilidade para a vitimização. Especificamente, os jogadores com elevada agressividade e baixa tendência para a vitimização foram considerados mais susceptíveis ao comportamento violento.²⁷⁷

Cruz *et al.*²⁷⁸ afirmam que mais especificamente a agressão no desporto é definida como “qualquer comportamento (intencional) não reconhecido como legal no âmbito das regras oficiais de conduta, dirigido para um adversário, árbitro (juiz), colega de equipa ou espectador, que é motivado para evitar tal comportamento”. A necessidade de medir,

275 CHOW, G. M.; MURRAY, K.E.; FELTZ, D. L. Individual, team, and coach predictors of players' likelihood to aggress in youth soccer. *Journal of Sport and Exercise Psychology*, v. 31, p. 425-443, 2009.

276 BAR-ELI, M.; SHIMKIN, T.; WOLF, Y. Professional Basketball's Unsportsmanlike Fouls in the Eyes of the Beholders. *Applied Psychology*, v. 59, n. 3, p. 480-494. 2010.

277 ARAÚJO, 2006.

278 CRUZ *et al.*, *Op. cit.*

através de autorrelato, a agressão não-sancionada, justificou igualmente a opção por esta definição operacional de agressão no desporto.

Cruz *et al.*²⁷⁹ justificam ainda que embora a investigação nacional seja escassa, em termos internacionais ela tem dirigido os seus esforços principalmente para modalidades nas quais tais comportamentos são mais publicitados e/ou legitimados, formal ou informalmente (ex.: hóquei no gelo, “*football*” americano, boxe ou futebol / “*soccer*”), tendo frequentemente subjacentes as elevadas taxas de ocorrência de lesões graves entre os atletas. Paralelamente, se a investigação anterior tem partido da divisão/comparação entre desportos de contato *V/S* não-contato, pelas maiores oportunidades de conflitos nos primeiros, parece ignorar, no entanto, o estudo de diferentes níveis de oportunidades e/ou momentos de conflitos, confronto e contato, mesmo dentro do grupo mais amplo das modalidades de contato, de natureza individual ou coletiva (ex.: boxe, handebol, futebol, basquetebol, judô ou luta).

Tomando por alicerce de análise o referencial teórico aqui recuperado em torno das relações entre agressividade em detentos e prática de futebol, o que se investiga em nossa pesquisa é se o nível médio de agressividade dos detentos no sistema penitenciário é afetado por intervenção da prática de futebol.

279 *Ibidem.*

Metodologia

Tipo do estudo

Estudo quantitativo descritivo, do tipo transversal, no intuito de caracterizar o índice de agressividade entre os praticantes e os não praticantes de futebol em uma unidade penitenciária, no sentido de avaliar se o nível médio de agressividade dos detentos no sistema penitenciário é afetado por intervenção da prática de futebol.

A pesquisa quantitativa adota estratégia sistemática, objetiva e rigorosa para gerar e refinar o conhecimento. Neste desenho, utiliza-se inicialmente raciocínio dedutivo e generalização. O raciocínio dedutivo é o processo em que o pesquisador começa com uma teoria ou arcabouço estabelecido, onde conceitos já foram reduzidos a variáveis, e então coleta evidências para avaliar ou testar se a teoria é confirmada. Generalização é a extensão na qual conclusões desenvolvidas a partir das evidências coletadas de uma amostra podem ser estendidas para uma população maior.²⁸⁰

Cenário

O estudo foi realizado na Penitenciaria Industrial Regional de Sobral – PIRES, localizada no município de Sobral-CE, que fica a 230 km da capital Fortaleza. Esta Instituição Pública é coordenada pelo governo do Estado do Ceará, tendo sido construída em 1999 com capacidade para acolher até 500 reclusos do sexo masculino condenados ao regime de segurança máxima.

280 BURNS, N.; GROVE, S. K. **The practice of nursing research: conduct, critique, and utilization.** 5 ed. St Louis: Elsevier; 2005.

Esta unidade penitenciária tem como característica principal a busca pela ressocialização dos detentos, cumprindo pena determinada pela justiça, através do desenvolvimento de diversas atividades direcionadas pelo setor social, setor humano, setor educacional e setor da saúde. Dentro desta proposta, cada profissional promove atividades com caráter educativo, proporcionando aos detentos novas experiências, direcionando-os à compreensão maior da ética, da moral e do respeito ao seu semelhante.

Amostra

Os participantes foram selecionados através de amostra não probabilística por quotas, onde estes foram escolhidos proporcionalmente em relação ao critério de praticar ou não o futebol dentro da penitenciária. Assim, tal amostra foi composta por dois subgrupos: os praticantes de futebol (n=100) e os não praticantes de futebol (n=100), totalizando 200 participantes de um total de 523 detentos que cumpriam pena na ocasião da pesquisa. O critério de inclusão consistiu na aceitação voluntária mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Instrumento

Foi utilizado o Buss & Perry Aggression Questionnaire (BPAQ), proposto por Buss & Perry²⁸¹ e adaptado para a língua portuguesa por Gouveia *et al.*²⁸² Este instrumento foi elaborado originalmente em língua inglesa, compondo-se de 29 itens que, teoricamente, avaliam a agressão em quatro dimensões, a saber: Agressão Física (9 itens), Agressão Verbal (5 itens), Raiva (7 itens) e Hostilidade (8 itens).

Após a aplicação do instrumento para validação semântica para o português, três itens tiveram de ser descartados por terem sido interpretados de maneira ambígua pelos participantes, não havendo acordo entre os tradutores acerca da melhor forma de adequá-los à cultura brasileira. Portanto, a versão em português é composta por 26 itens (ANEXO I), adotando-se as mesmas instruções e formato de resposta do original.²⁸³

281 BUSS; PERRY, *Op. cit.*

282 GOUVEIA *et al.*, *Op. cit.*

283 *Ibidem.*

Para responder aos itens, utiliza-se a escala de cinco pontos, tipo Likert, com os seguintes extremos: 1 = *Discordo totalmente* e 5 = *Concordo totalmente*. Os valores obtidos na escala total podem variar entre 26 e 130. O questionário adaptado possui quatro subescalas assim divididas: Agressão Física (8 itens), Agressão Verbal (4 itens), Raiva (6 itens) e Hostilidade (8 itens).

A pesquisa de Gouveia *et al.*²⁸⁴ identificou que o BPAQ reúne propriedades psicométricas que asseguram, ao menos no contexto em que foi desenvolvido, uma medida adequada da agressão, ressaltando que quantificar a agressão, diferenciando suas facetas específicas, é um passo fundamental no sentido de conhecer os fatores que a potencializam ou a reprimem, permitindo intervenções que minimizem suas consequências.

Teve-se em consideração na escolha deste instrumento o fato de avaliar a agressividade de forma a proporcionar a análise em quatro medidas distintas face à avaliação. Onde as medidas de agressão física e verbal representam a componente instrumental ou motora dos comportamentos; a medida de raiva que avalia a componente emocional, que envolve uma atividade fisiológica e uma preparação face ao comportamento agressivo; por último, a hostilidade, que remete para a componente cognitiva dos comportamentos. Pode então referir-se à avaliação em três domínios distintos, ou seja, instrumental, emocional e cognitivo. Deverão então os indivíduos obter escores numa das medidas, relativamente à qual descreva o seu tipo de agressividade.²⁸⁵

Procedimentos

Os dados foram coletados nos períodos manhã e tarde entre os dias 17 a 21 de novembro de 2014. Este período foi disponibilizado pela direção da penitenciária que, para estas datas, recrutou agentes penitenciários e policiais militares, que ficaram de sobreaviso em relação à movimentação necessária para a realização deste estudo.

Para seleção dos participantes foram realizadas visitas às vivências (local que agrupa as celas), onde o pesquisador, escoltado, expôs os obje-

284 *Ibidem*.

285 SOUSA, V. D. S.; DRIESSNACK, M.; MENDES, I. A. C. Revisão dos desenhos de pesquisa relevantes para enfermagem. Parte 1: desenhos de pesquisa quantitativa. **Rev. Latino-americana de Enfermagem**. v. 15. n. 3. maio/jun. 2005.

tivos da pesquisa e identificou previamente os detentos que praticavam e não praticavam futebol. Com isso, foram divididos em grupos de cinco para serem encaminhados ao local de coleta de dados conhecido como parlatório. Este local fica a cerca de 50 metros de distância das vivências, para onde os detentos foram encaminhados por seis agentes penitenciários em formação de fila indiana.

O parlatório é o local reservado para o contato dos detentos com o corpo técnico da penitenciária, que consiste numa sala de 16 m², dividida ao meio por estruturas de concreto e grades. Ao chegarem ao local indicado para a aplicação do instrumento, os participantes foram encaminhados, individualmente, para uma bancada onde suas participações foram solicitadas mediante entrega e leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após autorização, o questionário foi apresentado e entregue pelo pesquisador para que cada participante fizesse sua leitura e marcação das respostas. O tempo necessário para seu preenchimento variou entre 8 a 15 minutos e para a troca dos grupos foi de aproximadamente 10 minutos devido à necessidade de seguimento do protocolo interno de revista individual ao final do encontro de cada grupo com o pesquisador. Em média foram aplicados 40 instrumentos por dia, contemplando a formação de quatro grupos de cinco participantes por turno.

Análise dos dados

Para a construção do banco de dados e cálculos estatísticos, foram utilizados os programas Microsoft Office Excel versão 2007 e o Statistical Package for the Social Sciences – SPSS, versão 17.0. As variáveis contínuas foram expressas como média \pm desvio-padrão. O teste t de Student foi utilizado para a análise das comparações entre as médias de agressividade, bem como entre as médias das dimensões da agressividade aferidas na pesquisa: instrumental (agressão física e agressão verbal), emocional (raiva) e cognitiva (hostilidade), dos grupos de detentos praticantes e não praticantes de futebol.

O valor de p aplicado indica a chance ou a probabilidade do efeito, ou da diferença, observado entre os tratamentos/categorias ser devido ao acaso, e não aos fatores que estão sendo estudados. O significado do valor p dos resultados da pesquisa foi interpretado ao nível de significância de 5%.

As informações obtidas através do tratamento estatístico (ANEXO II) foram expostas em forma de tabela e discutidas à luz da literatura existente.

Aspectos éticos e legais

A pesquisa foi realizada de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde,²⁸⁶ que incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatros referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e do trabalho.

O presente estudo respeitou este referencial, possibilitando aos sujeitos o direito de participarem ou não da pesquisa, bem como fornecerem suas opiniões sem nenhum tipo de influência. No respeito ao princípio da não-maleficência, procuramos realizar a estratificação dos questionários de maneira a respeitar o anonimato dos participantes da pesquisa. Segundo Costa, Oselka e Garrafa,²⁸⁷ respeitar a autonomia é reconhecer que todo indivíduo tem seu ponto de vista e cabe a ele deliberar e tomar decisões segundo seu próprio plano de vida e ação. Já o princípio da beneficência possui dois fatores que lhes são norteadores: não causar danos aos sujeitos e maximizar o número de possíveis benefícios, sendo, portanto, minimizados os prejuízos. De acordo com Lira,²⁸⁸ a justiça é encontrada no equilíbrio entre a beneficência e a maleficência, isso pode ser alcançado através da busca por reduzir os riscos, atribuindo um alto grau de beneficência.

Salientamos que a pesquisa foi realizada após a autorização da Diretoria da Penitenciária Industrial Regional de Sobral e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú, com parecer de nº 869.063.

286 BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. **Normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Resolução 466/12. Brasília: 2013.

287 COSTA, S. I. F.; OSELKA, G.; GARRAFA, V. **Iniciação à Bioética**. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998.

288 LIRA, R. C. M. Participação Masculina na opção pela esterilização feminina a partir do discurso das mulheres: ocultamento de uma ideologia? 2002. Monografia (Especialização em Saúde da Família) – Universidade Estadual Vale do Acaraú/ Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia, Sobral, 2002.

Resultados

A amostra final foi composta por 200 detentos da Penitenciária Regional de Sobral – PIRES, Ceará/Brasil, de um total de 523 detentos que cumpriam pena na ocasião da pesquisa. Do quantitativo da amostra, 100 praticavam futebol e 100 não praticavam futebol em 2014.

Esta seção apresenta os resultados, obedecendo à ordem das perguntas de pesquisa que orientaram o presente estudo: inicialmente será apresentada a análise do Questionário de Agressão de Buss & Perry – BPAQ₋,²⁸⁹ adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.*,²⁹⁰ que identifica a comparação do nível médio de agressividade dos detentos no sistema penitenciário entre praticantes e não praticantes de futebol; em seguida serão mostrados os resultados intergrupos (praticantes e não praticantes de futebol) das dimensões da agressividade aferidas na pesquisa: instrumental (agressão física e agressão verbal), emocional (raiva) e cognitiva (hostilidade).

Nível médio de agressividade dos detentos no sistema penitenciário

A Tabela 1 apresenta a comparação do nível médio de agressividade dos detentos entre praticantes 2,07 (0,30)* e não praticantes 3,55 (0,37)* de futebol.

Tabela 1 - Média de escores de Agressividade do Questionário de Agressão de Buss & Perry – BPAQ₋ (BUSS; PERRY, 1992), adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.* (2008), Sobral-CE, 2014.

	Praticantes de Futebol	Não Praticantes de Futebol	Valor p**
Agressividade (total)	2,07 (0,30)*	3,55 (0,37)*	<0,0001

*() Desvio Padrão

**Diferença estatisticamente significante intergrupos (p ≤ 0,05).

Fonte: Primária.

289 BUSS; PERRY, *Op. cit.*

290 GOUVEIA *et al.*, *Op. cit.*

Pelo resultado, rejeita-se a hipótese nula (H_0) e aceita-se a hipótese alternativa (H_1), ou seja, há diferenças no nível médio de agressividade entre os grupos de detentos praticantes e não praticantes de futebol. Indicando que o nível médio de agressividade dos detentos que praticam futebol é menor do que o dos detentos que não praticam futebol.

Dimensões da agressividade aferidas na pesquisa

O Questionário de Agressividade, segundo a Escala de Buss & Perry,²⁹¹ adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.*,²⁹² é composto por 26 itens, nos quais o sujeito responde numa escala de Likert de 5 pontos, desde 1 (discordo totalmente) até 5 (concordo totalmente). O questionário possui quatro subescalas: Agressão Física (8 itens), Agressão Verbal (4 itens), Raiva (6 itens) e Hostilidade (8 itens), que representam quatro fatores que compõem as dimensões instrumental, emocional e cognitiva da agressividade.

A seguir apresentam-se os resultados intergrupos (praticantes e não praticantes de futebol) das dimensões da agressividade aferidas na pesquisa: instrumental (agressão física e agressão verbal), emocional (raiva) e cognitiva (hostilidade).

Dimensão instrumental

Agressão física

Dos 26 itens do Questionário de Agressividade segundo a Escala de Buss & Perry, adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.*,²⁹³ 8 estão vinculados à agressão física:

01. — Se alguém me bater, eu bato de volta.
02. — Quando me provocam o suficiente, é possível que eu bata em outra pessoa.
05. — Eu tenho ameaçado algumas pessoas que conheço.
06. — Eu entro em brigas um pouco mais que outras pessoas.

291 BUSS; PERRY, *Op. cit.*

292 GOUVEIA *et al.*, *Op. Cit.*

293 *Ibidem.*

14. — Existem pessoas que me provocam tanto que nós acabamos brigando.
 15. — Eu tenho ficado tão nervoso (a) e irritado (a) que quebro coisas.
 21. — Se eu tiver que partir para violência para garantir os meus direitos, eu parto.
 22. — Uma vez ou outra não consigo controlar a vontade de bater em outra pessoa

A Tabela 2 apresenta a comparação do nível médio de agressão física dos detentos entre praticantes 2,05 (0,33)* e não praticantes 3,58 (0,38)* de futebol.

Tabela 2 - Nível Médio de Agressão Física do Questionário de Agressão de Buss & Perry - BPAQ- (BUSS; PERRY, 1992), adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.*(2008), Sobral-CE, 2014.

	Praticantes de Futebol	Não Praticantes de Futebol	Valor p**
Agressão Física	2,05 (0,33)*	3,58 (0,38)*	<0,0001

*() Desvio Padrão

**Diferença estatisticamente significativa intergrupos ($p \leq 0,05$).

Fonte: Primária.

Pelo resultado, rejeita-se a hipótese nula (H_0) e aceita-se a hipótese alternativa (H_1), ou seja, há diferenças no nível médio de agressão física intergrupos - praticantes e não praticantes de futebol, indicando que o nível médio de agressão física dos detentos que praticam futebol é menor do que o dos detentos que não praticam futebol.

Agressão verbal

Dos 26 itens do Questionário de Agressividade segundo a Escala de Buss & Perry, adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.*,²⁹⁴ 4 estão vinculados à agressão verbal:

10. — Meus amigos dizem que sou bastante discutiador, sempre tenho algo a debater.
 16. — Quando as pessoas me aborrecem, é possível que eu fale o que realmente penso delas.
 20. — Constantemente me vejo discordando das pessoas.
 26. — Eu não consigo ficar calado (a) quando as pessoas discordam de mim.

A Tabela 3 apresenta a comparação do nível médio de agressão verbal dos detentos entre praticantes 2,12 (0,43)* e não praticantes 3,55 (0,45)* de futebol.

Tabela 3 - Nível Médio de Agressão Verbal do Questionário de Agressão de Buss & Perry – BPAQ – (BUSS; PERRY, 1992), adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.* (2008), Sobral-CE, 2014.

	Praticantes de Futebol	Não Praticantes de Futebol	Valor p**
Agressão Verbal	2,12 (0,43)*	3,55 (0,45)*	<0,0001

*() Desvio Padrão

**Diferença estatisticamente significante intergrupos ($p \leq 0,05$).

Fonte: Primária.

Pelo resultado, rejeita-se a hipótese nula (H_0) e aceita-se a hipótese alternativa (H_1), ou seja, há diferenças no nível médio de agressão verbal intergrupos - praticantes e não praticantes de futebol, indicando que o nível médio de agressão verbal dos detentos que praticam futebol é menor do que o dos detentos que não praticam futebol.

Dimensão emocional

Raiva

Dos 26 itens do Questionário de Agressividade segundo a Escala de Buss & Perry, adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.*,²⁹⁵ 6 estão vinculados à raiva:

- 03. — Alguns amigos dizem que sou cabeça quente.
- 08. — Quando decepcionado, deixo minha irritação aparecer.
- 11. — Algumas vezes me sinto como uma bomba prestes a explodir.
- 12. — Fico furioso (a) facilmente, mas também me acalmo rapidamente.
- 13. — Às vezes fico nervoso (a) sem nenhuma boa razão e não consigo me controlar.
- 17. — Tenho dificuldade em controlar meu temperamento.

A Tabela 4 apresenta a comparação do nível médio de raiva dos detentos entre praticantes 2,05 (0,37)* e não praticantes 3,55 (0,42)* de futebol.

295 *Ibidem.*

Tabela 4 - Nível Médio de Raiva do Questionário de Agressão de Buss & Perry – BPAQ – (BUSS; PERRY, 1992), adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.*(2008), Sobral-CE, 2014.

	Praticantes de Futebol	Não Praticantes de Futebol	Valor p**
Raiva	2,05 (0,37)*	3,55 (0,42)*	<0,0001

*() Desvio Padrão

**Diferença estatisticamente significante intergrupos ($p \leq 0,05$).

Fonte: Primária.

Pelo resultado, rejeita-se a hipótese nula (H_0) e aceita-se a hipótese alternativa (H_1), ou seja, há diferenças no nível médio de raiva intergrupos - praticantes e não praticantes de futebol, indicando que o nível médio de raiva dos detentos que praticam futebol é menor do que o dos detentos que não praticam futebol.

Dimensão cognitiva

Hostilidade

Dos 26 itens do Questionário de Agressividade segundo a Escala de Buss & Perry, adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.*,²⁹⁶ 8 estão vinculados à hostilidade:

- 04. — Algumas vezes gostaria de saber por que sou tão exigente com as coisas.
- 07. — Eu desconfio de pessoas estranhas que são amigáveis demais.
- 09. — Sei que “amigos” falam de mim pelas costas.
- 18. — Algumas vezes o ciúme me corrói por dentro.
- 19. — Algumas vezes eu sinto que as pessoas estão rindo de mim pelas costas.
- 23. — Às vezes sinto que a vida tem sido injusta comigo.
- 24. — Quando as pessoas são muito gentis, duvido de suas intenções.
- 25. — Outras pessoas parecem sempre se controlar para não desrespeitar as leis.

A Tabela 5 apresenta a comparação do nível médio de hostilidade dos detentos entre praticantes 2,09 (0,34)* e não praticantes 3,51 (0,39)* de futebol.

Tabela 5 - Nível Médio de Hostilidade do Questionário de Agressão de Buss & Perry – BPAQ – (BUSS; PERRY, 1992), adaptado para o contexto brasileiro por Gouveia *et al.* (2008), Sobral-CE, 2014.

	Praticantes de Futebol	Não Praticantes de Futebol	Valor p**
Hostilidade	2,09 (0,34)*	3,51 (0,39)*	<0,0001

*() Desvio Padrão

**Diferença estatisticamente significativa intergrupos ($p \leq 0,05$).

Fonte: Primária.

Pelo resultado, rejeita-se a hipótese nula e aceita-se a hipótese alternativa (H_1), ou seja, há diferenças no nível médio de hostilidade intergrupos - praticantes e não praticantes de futebol, indicando que o nível médio de hostilidade dos detentos que praticam futebol é menor do que o dos detentos que não praticam futebol.

Discussão

Este estudo objetivou investigar o efeito da prática de futebol sobre a agressividade de detentos, tomando por *locus* da pesquisa a Penitenciária Industrial Regional de Sobral - PIRES, Ceará/Brasil. Para tanto elencamos duas perguntas centrais: a) Será que o nível médio de agressividade dos detentos no sistema penitenciário é afetado por intervenção da prática de futebol? b) Será que há diferença entre praticantes e não praticantes de futebol quanto às dimensões da agressividade aferidas na pesquisa: instrumental (agressão física e agressão verbal), emocional (raiva) e cognitiva (hostilidade)?

Os resultados apontam que tanto a agressividade no geral quanto cada uma de suas dimensões investigadas (instrumental, emocional e cognitiva) apresentam nível médio menor no grupo dos detentos que praticam futebol, quando comparado com o grupo de detentos não praticantes de futebol.

Considerando-se os resultados, a pesquisa referenda a perspectiva de explicação da agressividade humana como fenômeno aprendido, sendo resultante das normas sociais e culturais e de experiências de socialização, uma vez que se evidenciou haver uma relação positiva entre a variável prática de futebol e o nível de agressividade entre os detentos.

Nesse sentido, nosso estudo corrobora com a assertiva de que ao tratar da problemática agressividade deve-se levar em conta as explicações sociopsicológicas, segundo as quais os fatores sociais são capazes de controlar e de fazer a manutenção dos comportamentos agressivos, de modo que se houver intervenções apropriadas no ambiente, como, por exemplo, a prática do futebol na prisão, aqui investigada, comportamentos agressivos tais como agressão física, agressão verbal, raiva e hostilidade, tendem a ser reduzidos.

Considera-se oportuno recuperar nesse momento de discussão que a expansão do esporte moderno, um dos fenômenos sociais mais sig-

nificativos dos últimos tempos, chega ao novo milênio atingindo uma dimensão ímpar pela sua abrangência dos campos político, econômico, cultural e educacional.²⁹⁷

Neste estudo, todavia, o foco foi averiguar a viabilização do futebol como ferramenta para minimizar a agressividade entre os presos de uma penitenciária.

O esporte moderno, conforme recuperado por Bracht,²⁹⁸ pode ser considerado como instituição disciplinadora dos corpos, o que nos possibilita pensar que o futebol também é uma instituição disciplinadora de corpos.

Para Foucault,²⁹⁹ “[...] o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu”. O poder moderno ao invés de massificar, descaracterizar, individualiza e unifica. É neste sentido que a noção de poder disciplinar foi usada para investigar o controle da agressividade dos detentos na penitenciária.

Não deixamos de considerar o objetivo político e econômico do poder disciplinar de tornar o corpo humano útil e dócil, ou seja, o poder disciplinar na sua concepção negativa de produzir um corpo humano mais útil e doce, fácil de controlar, denunciado por Foucault.³⁰⁰ No entanto, focamos o aspecto positivo que é capaz de produzir no indivíduo, enquanto uma técnica de controle social desenvolvida nas sociedades modernas desde o século XIX.

Distanciando-se, portanto, do caráter negativo do disciplinamento dos corpos anunciado e analisado por Foucault³⁰¹ e aqui retomado por Bracht,³⁰² vinculado à prática de futebol, nossa pesquisa aponta um aspecto positivo da disciplina do corpo engendrada pela modalidade esportiva futebol, vinculado à diminuição do nível médio de agressividade entre detentos praticantes do referido desporto. Cabe sublinhar que a literatura aqui revisada advoga que esta disciplina, proporcionada pela prática de

297 KORSAKAS, ROSE JUNIOR, *Op. cit.*

298 BRACHT, *Op. cit.*

299 FOUCAULT, 2001, p. 183-184.

300 *Ibidem.*

301 *Ibidem.*

302 BRACHT, *Op. cit.*

futebol, vincula-se a outros comportamentos positivos, tais como responsabilidade, determinação, desejo de vencer, educação, entre outros.³⁰³

Os resultados vinculam-se, ainda que imediatamente, à defesa da educação como um direito humano universal, e como tal, extensível a todas as pessoas, sem qualquer distinção. Reforça-se que o cometimento de um crime não é suficiente para extirpar a humana condição, de forma que o aprisionamento de um sujeito não o descaracteriza como ser humano, permanecendo ele titular dos direitos daí decorrentes. Destacamos, pois, a importância do papel da educação, em geral, e da educação física, em particular, no processo de ressocialização atualmente adotado no sistema penitenciário brasileiro.

Recupera-se no curso de nossa análise que os estabelecimentos penais têm por finalidade promover a execução administrativa das medidas restritivas de liberdade dos presos, provisórios ou condenados, cuja inclusão se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio preso, podendo também abrigar presos, provisórios ou condenados, sujeitos ao regime disciplinar diferenciado.

O Estado do Ceará, a exemplo de todos os demais Estados da União, passa por problemas deveras preocupantes no tocante ao aumento desproporcional da população carcerária em relação à disponibilidade de Estabelecimentos Penais, lembrando que o crescimento da população carcerária aumenta vertiginosamente, considerando um aumento de 4,3% dessa população em relação a 2009.³⁰⁴

Diante da precariedade do sistema penitenciário, tendo em vista o crescimento da população carcerária em todo o País e o consequente aumento dos conflitos gerados pelas condições precárias de vida nas superlotadas prisões, torna-se relevante estabelecer programas que possam agenciar produtivamente as forças desses homens em direção a seu desenvolvimento como cidadãos.³⁰⁵

Competições esportivas e recreativas, religião, possibilidades de trabalho em oficinas, formações profissionais e cursos às vezes são oferecidos aos detentos. Além do bem-estar físico, social e intelectual que essas iniciativas devem trazer, elas são destinadas, sobretudo, ao processo de ressocialização do detento, bem como corroborar com a ordem no interior da instituição.

303 *Ibidem.*

304 BRASIL, 2011a.

305 MAMELUQUE, *Op. cit.*

Tendo em vista que é necessário estimular o preso a emendar-se, a estratégia é humanizar o processo de execução penal, pois como bem observa Mirabete: “o condenado continua sendo uma pessoa, cujo *status* é de condenado [...] que conserva todos os direitos reconhecidos aos cidadãos pelas normas jurídicas vigentes [...]”.³⁰⁶

Pode-se observar com Vasques³⁰⁷ que no Brasil ocorreu uma transformação do conceito de pena: de “pena-castigo” a “pena-prisão”, incorporando na atualidade um novo paradigma introduzindo a educação como forma de tratamento dos detentos, expressa nas equações “pena-defesa” e “pena-educação”.

Não restam dúvidas de que a educação oferecida no âmbito do sistema penitenciário se encontra dentre as principais ações no processo de reinserção social dos detentos. No entanto, reforça-se com Duarte³⁰⁸ que é preciso ter ciência de que não é qualquer oferta educacional que poderá trazer reais benefícios. Principalmente pelo fato de que no sistema penitenciário o professor não está lidando com uma demanda de alunos quaisquer, os alunos além de adultos, também se encontram privados de liberdade.

Observa-se, ainda, com o referido autor que a ressocialização mediada pela educação se configura um grande desafio do ambiente prisional, uma vez que, além de preocupar-se com o saber propriamente, é preciso que o professor possa promover uma educação que contribua para a restauração da autoestima e para reintegração do indivíduo à sociedade.

No âmbito da Educação Física, a análise empreendida em nosso estudo vincula-se às assertivas de Olimpo Coelho³⁰⁹ presentes na sua obra “*Pedagogia do Desporto*”, na qual descreve que o desporto apoia a autoconsciência e ajuda a digerir e compensar os insucessos do cotidiano. Atua, por esse prisma, como escoamento da agressividade, diminui o sentimento de inferioridade, uma vez que iguala a todos, gera disciplina e satisfação, transforma a “animalidade” em humanidade; é a ordem no caos, a criação a partir da falta, a necessidade feita liberdade, o obstáculo feito impulso.

Gomes³¹⁰ advoga que o “jogo dos homens” nunca foi nem será neutro, livre de finalidades, independente de orientações e princípios; é sempre a ex-

306 MIRABETE, *Op. cit.*, p. 43.

307 VASQUES, *Op. cit.*

308 DUARTE, *Op. cit.*

309 COELHO, *Op. Cit.*

310 GOMES, 2013a.

pressão e instrumento de escolhas e opções. Nessa direção, o esporte aparece como instrumento capaz de orientar o indivíduo nesse “jogo”, diante do qual a identidade corporal torna-se inseparável da identidade social e psicológica, afirmando os direitos da cidadania e qualificando a vida do cidadão.

Gomes³¹¹ sugere que os juízes poderiam utilizar a concessão da remissão da pena pelo esporte. Referida defesa em torno da importância da remissão amparada na Lei de Execução Penal é justificada pelo autor sobre o que denomina de ócio forçado, que corrói a personalidade e a conduta do preso num ambiente já marcado pela hostilidade e promiscuidade física e moral. Nesta realidade, uma atividade dentro dos presídios se denota como uma alternativa saudável e eficiente para o cumprimento da sanção penal, tanto para o preso como para a sociedade, posto que dimensione o ser humano através de sua capacidade produtiva, inculcando-lhe valores e aptidões de forma a promover uma reinserção social bem sucedida.

A pedagogia do Esporte, nesse sentido, lidará com a relação entre o ambiente esportivo, a modalidade praticada e a intencionalidade da prática educativa. Uma perspectiva inovadora de Pedagogia do Esporte está balizada por dois referenciais: um referencial técnico-tático e outro socioeducativo.³¹²

Recupera-se de nossa análise que por meio da convivência com as regras do esporte e jogos nos quais alguns consentem certas formas de agressividade, algumas pessoas conseguem aturar mais a agressividade e distribuir da melhor forma suas atitudes, avaliando a gravidade de seus atos.³¹³

Peres³¹⁴ ressalta que o esporte, para o praticante, é um canalizador de sentimentos hostis para fins úteis (sublimação), evidenciando o instinto de vida, liberando mecanismos de defesa do Ego, do qual o indivíduo livra-se de seus impulsos agressivos lançando-os no ambiente de forma construtiva, aceita e valorizada pela cultura.

O esporte pode auxiliar, e os resultados de nossa pesquisa apontam nessa direção, no domínio da agressividade, evitando suas manifestações reais. Devem-se trabalhar atividades, dentre elas as desportivas, nas quais o indivíduo, num contexto simbólico, possa exercer sua agressividade.³¹⁵

311 *Ibidem.*

312 PAES, *Op. cit.*

313 BALBINO; MIOTTO; SANTOS, *Op. cit.*

314 PERES, *Op. cit.*

315 BALBINO; MIOTTO; SANTOS, *Op. cit.*

O contexto desportivo, nomeadamente as chamadas “modalidades de contato”, além de constituir um contexto propício ao natural contato físico entre participantes e adversários, contém frequentemente regras e princípios, implícitos ou explícitos, que dão legitimidade e promovem comportamentos agressivos e não raramente violentos.

Os dados de nossa pesquisa corroboram com aqueles apresentados por Cruz *et al.*,³¹⁶ Kavussanu *et al.*³¹⁷ e Rutten *et al.*³¹⁸ ao identificarem mais comportamentos pró-sociais do que antissociais entre jogadores da modalidade desportiva futebol.

Oportuno destacar, quanto à dimensão instrumental da agressividade (agressão física e agressão verbal), as aproximações que podem ser realizadas entre os dados de nossa pesquisa e os estudos de Chow, Murray e Feltz,³¹⁹ por exemplo, analisaram o potencial preditivo dos fatores socioambientais e pessoais na probabilidade de agressão de jovens jogadores de futebol. Os autores concluíram que o preditor mais forte da probabilidade para agredir foi a norma da equipe acerca da agressão. Este preditor foi relevante, quer ao nível das percepções individuais da norma, mas também da percepção coletiva da norma da equipe.

A título de desdobramentos de nossos estudos, destaca-se também em relação às dimensões emocional (raiva) e cognitiva (hostilidade) da agressividade, a aproximação com os estudos, no contexto desportivo, de Bolgar, Janelle, Giacobbi Jr.,³²⁰ ao concluírem que os atletas com níveis mais elevados de controle de raiva demonstraram maior controle, capacidade de modificar a situação e mais *coping* focado no problema e na emoção quando comparados com os que demonstraram níveis mais baixos.

Encerra-se a discussão dos resultados desta pesquisa sublinhando que o objetivo precípua do presente estudo tenha sido dar um contributo inicial e exploratório para a análise das relações entre a agressividade em detentos e a prática de futebol, através da investigação psicométrica da medida de agressividade.

316 CRUZ *et al.*, *Op. cit.*

317 KAVUSSANU *et al.*, *Op. cit.*

318 RUTTEN *et al.*, *Op. cit.*

319 CHOW; MURRAY; FELTZ, *Op. cit.*

320 BOLGAR; JANELLE; GIACOBBI JR., *Op. cit.*

O universo do estudo através de fotos



Figura 1 - Campo de futebol vista do alto



Figura 2 - Campo de futebol vista do solo



Figura 3 - Escolta para realização do jogo



Figura 4 - Canto do Hino Nacional 98



Figura 5 - Disputa acirrada pela posse da bola



Figura 6 - Jogo entre agente penitenciário x detento



Figura 7 -Comemoração de um gol



Figura 8 - Reinício da partida após o gol



Figura 9 - Intervenção durante o jogo



Figura 10 - Bola rolando durante a competição



Figura 11 - Aplicação da regra do jogo



Figura 12 - Penalidade máxima



Figura 13 - Premiação coletiva



Figura 14 - Premiação individual



Figura 15 - Cobertura da final do campeonato pela Rádio Caiçara AM



Figura 16 - Cobertura da final do campeonato pela TV Verdes Mares

Conclusão

A concretização desta pesquisa permeou diversos desafios, deste a escolha da temática, passando pela escassez de literatura que versasse sobre a relação agressividade em detentos e prática de futebol, até a realização da coleta de dados e sua análise.

De acordo com os resultados da presente investigação, tanto a agressividade no geral quanto cada uma de suas dimensões investigadas (instrumental, emocional e cognitiva) apresenta nível médio menor no grupo dos detentos que praticam futebol, quando comparado com o grupo de detentos não praticantes de futebol.

A agressividade é um fenômeno presente no cotidiano do sistema penal, e nos cabe entendê-la, buscando compreender tanto os seus aspectos positivos quanto os negativos. Neste contexto, o esporte fornece ao indivíduo a possibilidade de vivenciar experiências alegres e alcançar efeitos positivos diversificados, como as interações sociais, a superação dos desafios de forma sadia, o aumento das habilidades e o desenvolvimento físico. Uma atmosfera segura e positiva denota que as habilidades do indivíduo e a competência compreendida são adequadas para o desafio que o desporto oferece.

Isto é possível se ao indivíduo é oferecida a possibilidade de ser independente e se for proporcionada uma atmosfera de controle emocional. Sob tais circunstâncias, o desporto pode ampliar a iniciativa e a independência do indivíduo, bem como sua identidade e autoestima.

Através deste ponto de vista, o esporte é considerado um recurso capaz de contribuir com o desenvolvimento do sujeito e abrandar as condutas agressivas e seus efeitos. Para tanto é fundamental que a metodologia utilizada seja adequada, ou seja, que os recursos e as técnicas sejam compatíveis com os objetivos do desenvolvimento físico e mental integral.

Importa salientar que o presente trabalho não pretende solucionar a crise do sistema penitenciário brasileiro, e sim evidenciar que há uma re-

lação positiva entre a prática de futebol entre detentos e um menor índice médio de agressividade. Assim, recomenda-se a prática de esportes em geral e do futebol em particular como política pública a ser adotada no sistema penitenciário. Uma vez que a prática do futebol parece ser um esporte propício para canalizar e diminuir o nível médio de agressividade entre os detentos nas suas diferentes dimensões, seja cognitiva (hostilidade), seja emocional (raiva), seja instrumental (agressão física e verbal), requisito base para o engajamento do detento no processo de ressocialização.

Com esta pesquisa, esperamos contribuir para o avanço das ciências da educação, embora reconhecendo a mobilidade que se impõe aos resultados apurados num trabalho investigativo. Nele residem importantes fundamentos para subsidiar novos estudos, e desta feita, o cruzamento dos diversos olhares científicos acerca do problema aqui relatado proporcionará um rico e vasto campo de implementação de soluções inovadoras e criativas no âmbito das relações entre agressividade em detentos e práticas de modalidades esportivas.

Almejamos também que esta pesquisa possa servir de subsídio para embasar as políticas públicas voltadas para o processo de ressocialização em cárcere com a participação do esporte enquanto ferramenta capaz de contribuir para o controle das emoções e redução dos impulsos agressivos dos detentos, melhorando seu convívio interno e os tornando mais aptos a conviver de forma pacífica com os demais.

APÊNDICE

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, Adílio Moreira de Moraes, discente do Doutorado em Educação da Universidad San Carlos, Assunção-Paraguai, estou desenvolvendo a pesquisa: **AGRESSIVIDADE EM DETENTOS E PRÁTICA DE FUTEBOL: ESTABELECENDO RELAÇÕES.**

Seu objetivo central é avaliar o índice de agressividade entre os praticantes e os não praticantes de futebol na Penitenciária Industrial Regional de Sobral-PIRES, em Sobral-CE, na perspectiva de aferir em que medida a prática de futebol colabora ou não na diminuição do índice de agressividade dos detentos.

Assim gostaria de contar com sua participação autorizando-me a entrevistá-lo, enquanto detento desta Unidade Penitenciária.

Sua colaboração será muito importante para a realização desta pesquisa. As informações/opiniões emitidas por você não causarão nenhum dano, risco ou ônus a sua pessoa e serão tratadas anonimamente no conjunto dos demais respondentes.

Informo, ainda, que:

- Mesmo tendo aceitado participar, se por qualquer motivo, durante o andamento da pesquisa, resolver desistir, tem toda liberdade para retirar seu consentimento;

- Sua colaboração e participação poderão trazer benefícios para o desenvolvimento da ciência e para a melhoria da assistência nesta Unidade Penitenciária;

- Responder a este questionário não trará risco pra você. Entretanto, caso se sinta constrangido em alguma informação interromperemos a mesma.

- Estarei disponível para qualquer outro esclarecimento no endereço: Rua Dona Maria Tomazia, 827 – Centro – Sobral/CE. Telefone: (88) 3611-2307. Podendo procurar também o Comitê de Ética em Pesquisa ao qual este trabalho foi submetido localizado na Av. Comandante

Mauro célio Rocha Ponte, 150 - Derby - Sobral/CE Derby, Sobral-CE. Telefone: (88) 3677-4255.

Desta forma espero contar com sua participação e autorização para divulgação dos resultados.

Atenciosamente,

Adílio Moreira de Moraes
Pesquisador

CONSENTIMENTO PÓS – INFORMADO

Eu, _____, aceito participar da entrevista da pesquisa **AGRESSIVIDADE EM DETENTOS E PRÁTICA DE FUTEBOL: ESTABELECCENDO RELAÇÕES** e estou ciente de que seus resultados serão tratados sigilosamente e, caso não queira mais participar da investigação, tenho liberdade de retirar esse consentimento.

_____, _____ de 2014

Assinatura

ANEXO

ANEXO I – INSTRUMENTO DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO DE AGRESSIVIDADE SEGUNDO A
 ESCALA DE BUSS & PERRY (1992), ADAPTADO PARA O
 CONTEXTO BRASILEIRO POR GOUVEIA ET AL. (2008).

INSTRUÇÕES – Por favor, leia atentamente as frases seguintes e pensando em você mesmo, indique o quanto concorda ou discorda de cada uma delas. Para isso utilize a escala de resposta que segue.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

01. _____ Se alguém me bater, eu bato de volta.
02. _____ Quando me provocam o suficiente, é possível que eu bata em outra pessoa.
03. _____ Alguns amigos dizem que sou cabeça quente.
04. _____ Algumas vezes gostaria de saber por que sou tão exigente com as coisas.
05. _____ Eu tenho ameaçado algumas pessoas que conheço.
06. _____ Eu entro em brigas um pouco mais que outras pessoas.
07. _____ Eu desconfio de pessoas estranhas que são amigáveis demais.
08. _____ Quando decepcionado, deixo minha irritação aparecer.
09. _____ Sei que “amigos” falam de mim pelas costas.
10. _____ Meus amigos dizem que sou bastante discutidor, sempre tenho algo a debater.
11. _____ Algumas vezes me sinto como uma bomba prestes a explodir.
12. _____ Fico furioso (a) facilmente, mas também me acalmo rapidamente.
13. _____ Às vezes fico nervoso (a) sem nenhuma boa razão e não consigo me controlar.
14. _____ Existem pessoas que me provocam tanto que nós acabamos brigando.
15. _____ Eu tenho ficado tão nervoso (a) e irritado (a) que quebro coisas.
16. _____ Quando as pessoas me aborrecem, é possível que eu fale o que realmente penso delas.

17. _____ Tenho dificuldade em controlar meu temperamento.
18. _____ Algumas vezes o ciúme me corrói por dentro.
19. _____ Algumas vezes eu sinto que as pessoas estão rindo de mim pelas costas.
20. _____ Constantemente me vejo discordando das pessoas.
21. _____ Se eu tiver que partir para violência para garantir os meus direitos, eu parto.
22. _____ Uma vez ou outra não consigo controlar a vontade de bater em outra pessoa.
23. _____ Às vezes sinto que a vida tem sido injusta comigo.
24. _____ Quando as pessoas são muito gentis, duvido de suas intenções.
25. _____ Outras pessoas parecem sempre se controlar para não desrespeitar as leis.
26. _____ Eu não consigo ficar calado (a) quando as pessoas discordam de mim.



Este livro foi composto em fonte Adobe Caslon Pro, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 132 páginas e em e-book formato pdf. Fevereiro de 2023.

A concretização desta pesquisa permeou diversos desafios, desde a escolha da temática, passando pela escassez de literatura que versasse sobre a relação agressividade em detentos e prática de futebol, até a realização da coleta de dados e sua análise.

De acordo com os resultados da presente investigação, tanto a agressividade no geral quanto cada uma de suas dimensões investigadas (instrumental, emocional e cognitiva) apresentam nível médio menor no grupo dos detentos que praticam futebol, quando comparado com o grupo de detentos não praticantes de futebol. Com esta pesquisa, esperamos contribuir para o avanço das ciências da educação, embora reconhecendo a mobilidade que se impõe aos resultados apurados num trabalho investigativo.

Nele residem importantes fundamentos para subsidiar novos estudos e, desta feita, o cruzamento dos diversos olhares científicos acerca do problema aqui relatado proporcionará um rico e vasto campo de implementação de soluções inovadoras e criativas no âmbito das relações entre agressividade em detentos e práticas de modalidades esportivas.

Almejamos também que esta pesquisa possa servir de subsídio para embasar as políticas públicas voltadas para o processo de ressocialização em cárcere com a participação do esporte enquanto ferramenta capaz de contribuir para o controle das emoções e redução dos impulsos agressivos dos detentos, melhorando seu convívio interno e os tornando mais aptos a conviver de forma pacífica com os demais.

